

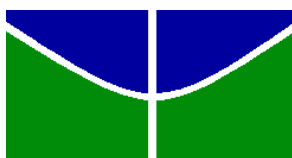
**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**DEFESA DE DISSERTAÇÃO**

**REFLEXÕES SOBRE NARRATIVA E MEMÓRIA:  
Diálogo entre Machado de Assis e a história**

**Carina de Aquino Calheiros**

**Brasília  
– 2013 –**



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

DEFESA DE DISSERTAÇÃO

# **REFLEXÕES SOBRE NARRATIVA E MEMÓRIA:**

## **Diálogo entre Machado de Assis e a história**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora como requisito final para obtenção do grau de mestra em História.

**Linha de pesquisa:** História Cultural.

**Orientador:** Prof. Dr. Daniel Barbosa Andrade de Faria.



Carina de Aquino Calheiros

REFLEXÕES SOBRE NARRATIVA E MEMÓRIA:  
Diálogo entre Machado de Assis e a história

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade de Brasília como requisito final para a obtenção do grau de mestra em História.

**Banca Examinadora:**

Prof. Dr. Daniel Barbosa Andrade de Faria – HIS/UnB  
**Orientador**

Prof. Dr. André Pereira Leme Lopes – HIS/UnB  
**Avaliador**

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Jacy Alves de Seixas – HIS/UFU  
**Avaliadora**

Prof. Dr. José Otávio Nogueira Guimarães – HIS/UnB  
**Suplente**

## **AGRADECIMENTOS**

A ideia de relacionar as obras de Machado de Assis à escrita da história me foi sugerida pelo amigo Fernando Borges, em 2008, no período de entrega do projeto final do Trabalho de Conclusão da graduação em história. No mesmo semestre, a então mestranda Camila de Deus Pereira sugeriu algumas alterações no projeto (bem como me indicou outras leituras) que proporcionaram uma mudança de paradigma com relação ao diálogo que eu pretendia fazer entre o romance e a historiografia. A estes dois, que estiveram presentes no processo inicial deste trabalho, meus sinceros agradecimentos.

Esta dissertação tampouco seria possível sem o apoio e a orientação do professor Daniel Faria, que incansavelmente leu e releu a pesquisa, discutiu comigo questões antes obscurecidas e realmente acreditou no seu desenvolvimento. Agradeço também ao Jairo Faria, companheiro de todas as horas, ao Grupo Vocal Laugi, que me manteve sempre conectada à arte do canto e do teatro, tornando a minha vida mais lúdica e intensa, e à CAPES, pela concessão da bolsa de mestrado durante os 24 meses que se seguiram. Agradeço a todos aqueles que se interessaram pelo objeto desta pesquisa e me apresentaram questões que, em princípio, não foram respondidas. Por fim, agradeço ao Departamento de Pós-Graduação da Universidade de Brasília pelo apoio para que eu pudesse apresentar parte do meu trabalho no 6º Seminário Nacional de História da Historiografia, em Mariana-MG, no ano de 2012.

## RESUMO

Nesta dissertação, foi feita uma reflexão interdisciplinar ao fazer dialogarem a escrita da história com as obras *Memórias Póstumas de Brás Cubas* e *Dom Casmurro*, de Machado de Assis. A pesquisa mostrou como o estudo das obras de Machado de Assis contribui para uma melhor compreensão da relação que a historiografia manteve/mantém com a memória. Este trabalho empreendeu uma reflexão crítica sobre a escrita da história e sobre o lugar que a historiografia atribuiu à memória, bem como problematizou questões como o não pertencimento de Machado de Assis ao "Realismo", a objetividade histórica, a ilusão do distanciamento, a ideia de verdade e a desconfiança entre narrador e leitor.

**Palavras-chave:** história, memória, narrativa, Machado de Assis, escrita, processo, ficção.

## Abstract

In this thesis, we conduct an interdisciplinary analysis, making possible the dialog between history writing and the novels *Memórias Póstumas de Brás Cubas* and *Dom Casmurro*, from Machado de Assis. The research has shown how the study of Machado de Assis works contributes to a better understanding of the relationship that historiography kept/keeps with the memory. This work undertook a critical reflection on the writing of history and the place history has assigned to memory, as well as problematized issues such as the not belonging of Machado de Assis to "Realism", the historical objectivity, the detachment illusion, the idea of truth and the mistrust between narrator and reader.

**Keywords:** history, memory, narrative, Machado de Assis, writing, process, fiction.

## SUMÁRIO

## PÁGINA

### Introdução

Processo epistemológico \_\_\_\_\_ 01

Sinopse dos capítulos \_\_\_\_\_ 11

### **CAPÍTULO 1. Escrita da História: narrativa, tempo e memória**

1.1. Narrativa histórica: como se deu o processo? \_\_\_\_\_ 13

1.1.1. O presente é o tempo da história e da memória? \_\_\_\_\_ 20

1.2. A historiografia e sua relação com a memória e o esquecimento \_\_\_\_\_ 23

1.2.1. O papel do historiador e sua relação com a memória \_\_\_\_\_ 34

### **CAPÍTULO 2. Narrativa e memória em Machado de Assis**

2.1. Sobre o que não é \_\_\_\_\_ 37

2.2. “A realidade é boa, o realismo é que não serve pra nada” \_\_\_\_\_ 39

2.3. Machado de Assis e a tradição Luciânica \_\_\_\_\_ 44

2.4. Narrativa e memória nos romances \_\_\_\_\_ 46

### **CAPÍTULO 3. Machado de Assis e a história: diálogos**

3.1. Considerações sobre a objetividade na história e no romance \_\_\_\_\_ 55

3.2. Ilusão do distanciamento \_\_\_\_\_ 57

3.2.1. Distância e verdade \_\_\_\_\_ 59

3.2.2. Distância e seletividade \_\_\_\_\_ 61

3.2.3. Distância e desconfiança \_\_\_\_\_ 62

3.2.4. Distância e julgamento \_\_\_\_\_ 64

3.3. Característica fragmentária da lembrança \_\_\_\_\_ 66

3.4. Sobre a memória voluntária e involuntária no romance \_\_\_\_\_ 69

3.5. Percepção pessoal da “verdade” e da história \_\_\_\_\_ 74

**Considerações Finais** \_\_\_\_\_ 79

**Referências Bibliográficas** \_\_\_\_\_ 84

# 1. INTRODUÇÃO

## 1.1. PROCESSO EPISTEMOLÓGICO

O projeto inicial para ingresso no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília consistiu em abordar o estudo da historiografia - com ênfase nas análises sobre a parcialidade da narrativa e o distanciamento do historiador - e a sua relação com a trajetória de um relevante personagem da literatura brasileira. Neste contexto, foi proposta uma relação entre a narrativa de Brás Cubas, no livro *Memórias póstumas de Brás Cubas*, de autoria de Machado de Assis, e a narrativa construída pelos historiadores sobre os estudos de historiografia a partir do século XX. No decorrer da pesquisa, o foco de análise tornou-se mais amplo e versou sobre mais uma obra: *Dom Casmurro*. As contribuições das obras de Machado passaram a destacar, então, não só a compreensão do processo de escrita da história, como também as relações que esta manteve com a memória, do século XX em diante.

Com o estudo dos memoriais de Machado de Assis e a análise da memória com base na produção historiográfica, vislumbrou-se um melhor conhecimento do processo de escrita da história e novas questões puderam ser apresentadas a partir da leitura dos romances: os personagens Brás Cubas e Bento Santiago propiciaram uma análise fecunda sobre a rememoração e a dinâmica do distanciamento da fala. Brás Cubas, por exemplo, afirma para o leitor que será fiel aos acontecimentos e se compromete em “apenas” contar os fatos, sem que seus pensamentos de “defunto-autor” interfiram na narrativa, o que não ocorre no transcurso da obra. Com isso, compreendeu-se que essa suposta fidelidade narrativa proposta pelo personagem estaria vinculada à desconfiança da veracidade do autor. A partir de questões como essa, buscou-se refletir sobre a narrativa historiográfica e também sobre a sua relação com a memória, sobre a parcialidade da narrativa histórica e sobre esse desejo de “veracidade” nas características da observação histórica. Sobre isso, Marc Bloch afirma que:

O historiador, por definição, está na impossibilidade de ele próprio constatar os fatos que estuda. Nenhum egiptólogo viu Ramsés; nenhum especialista das guerras napoleônicas ouviu o canhão de Austerlitz. Das eras que nos precederam, só poderíamos [portanto] falar segundo testemunhas. Estamos, a esse respeito, na situação do

investigador que se esforça para reconstituir o crime ao qual não assistiu.<sup>1</sup>

A palavra “veracidade” está aqui associada ao compromisso de buscar a verdade. A observação histórica não pretende reconstituir a verdade, por vezes ligada à realidade, mas pretende aproximar-se dela. Os estudos das obras de Machado permitem que se esse desejo de veracidade seja questionado e que o próprio conceito de realidade seja trazido para a discussão. Se, conforme se pode depreender dos romances machadianos, a verdade e a realidade são inalcançáveis, a veracidade seria equivalente à tentativa de aproximação do intangível e, portanto, também deve ser questionada.

Como se pode ver a partir da citação de Bloch, o ato de “reconstituir” não precisaria estar mesmo presente no ofício do historiador. Mais do que isso – já que, mesmo que fosse possível, a reconstituição seria precária –, compreendeu-se que o trabalho de análise do passado, através de vestígios manipulados deixados no presente, envolve uma reflexão sobre o tempo, abarca interesses pessoais e procedimentos de pesquisa que abrangem muito mais perguntas do que respostas. Na obra *Memórias póstumas de Brás Cubas* encontrou-se afirmação parecida com a de Marc Bloch, tal como a que se segue:

Nenhum de nós pelejou a batalha de Salamina, nenhum escreveu a confissão de Ausburgo; pela minha parte, se alguma vez me lembro de Cromwell, é só pela ideia de que Sua Alteza, com a mesma mão que trancara o Parlamento, teria imposto aos ingleses o emplasto Brás Cubas. (...) Quem não sabe que ao pé de cada bandeira grande, pública, ostensiva, há muitas vezes várias outras bandeiras modestamente particulares, que se hasteiam e flutuam à sombra daquela, e não poucas vezes lhe sobrevivem?<sup>2</sup>

O que se quer afirmar dessa parte é o destaque que Machado de Assis dá à pluralidade de sujeitos históricos e à percepção que esses sujeitos tinham da “verdade” e da própria história. Os estudos dos romances de Machado possibilitaram observar uma questão que é fundamental para os estudos historiográficos atuais, já que, desde o início do século passado, a variedade desses sujeitos permitiu, antes de tudo, o questionamento de uma história unilateral, previsível numa escrita

---

<sup>1</sup> BLOCH, Marc. **Apologia da História:** ou o ofício do historiador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 2002, p. 69.

<sup>2</sup> ASSIS, Machado de. **Memórias Póstumas de Brás Cubas.** Rio de Janeiro: W. M. Jackson INC., 1962, p. 21.



patriarcal e militarizada. Também a partir daí foi possível fazer as produções de Machado e o estudo da historiografia dialogarem.

As reflexões sobre a escrita da história são muitas e, em sua maioria, apaixonantes. Marc Bloch, em seu livro *Apologia da História ou o Ofício do historiador*, discorre sobre a importância da compreensão da escrita, da análise histórica que não se exime da observação e da crítica e sobre o instigante ofício do historiador. A inquietação sobre a utilidade da história certamente, ainda segundo Bloch, perpassou a mente de muitos que a escreveram. Ainda hoje, essa discussão – que se deveria ater menos a um interesse corporativo<sup>3</sup> – promove a releitura da historiografia, de suas metodologias e de seus conceitos. “Decerto, mesmo que a história fosse julgada incapaz de outros serviços, restaria dizer, a seu favor, que ela entretém”.<sup>4</sup> Lloyd Kramer, ao discursar sobre a importância da ampliação das fronteiras da história, reiterou as considerações de uma nova perspectiva crítico-literária, que pretende “reconhecer o papel ativo da linguagem, dos textos e das estruturas narrativas da criação e descrição da ‘realidade’ histórica”.<sup>5</sup> Para Kramer, “os historiadores intelectuais tendem a tornarem-se os teóricos e analistas críticos da disciplina como um todo”.<sup>6</sup>

Michel de Certeau, em seu livro *A Escrita da História*, relaciona a história e o lugar do sujeito, a história e o silêncio epistemológico, a história e o seu objeto. “A prática da história, da reunião dos documentos à redação do livro, é inteiramente relativa à estrutura da sociedade”.<sup>7</sup> Uma mudança da sociedade e muda-se a relação do historiador com o que analisa. O objeto da pesquisa está também vinculado ao lugar que o historiador ocupa na estrutura social da qual faz parte. Assim, a historiografia é criação de um sujeito – complexo socialmente – e a sua análise crítica é de extrema importância: O que está sendo dito e de que forma? Por

---

<sup>3</sup> Em relação a isso, ressalta-se que as discussões sobre a utilidade da história e as releituras da historiografia deveriam abranger questões que ultrapassassem o desejo de legitimar a profissão do historiador, de legitimar a disciplina apenas para fins de proteção ao trabalho institucional. Talvez a insistência de historiadores como Le Goff em atribuir à história um status de ciência – mesmo que se falasse em uma ciência diferente da física ou da química – estivesse vinculada à necessidade de qualificar a história junto às demais disciplinas e, dessa forma, fortalecer seu o “poder” político, social e econômico.

<sup>4</sup> Cf. BLOCH. Op. cit., p. 43.

<sup>5</sup> KRAMER, Lloyd. *Literatura, crítica e imaginação histórica: o desafio literário de Hayden White e Dominick Lacapra*. In: HUNT, Lynn (org.). **A Nova História Cultural**. Tradução de Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1992, p.132.

<sup>6</sup> Ibidem, p. 133.

<sup>7</sup> CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1982, p. 67.

quem? Compreender as narrativas, tais como a escolha do tema pelo autor, a ênfase a determinados conceitos, as conclusões ou as exaltações de alguns acontecimentos, proporciona uma leitura mais cuidadosa, um estudo abrangente sobre como a história está sendo transmitida e o que vem sendo considerado relevante. Essa perspectiva alcançou a historiografia em meados do século XX e “mostrou que toda interpretação histórica depende de um sistema de referência; (...) que se infiltrando no trabalho de análise, organizando-o à sua revelia, remete à subjetividade do autor”.<sup>8</sup>

Carlo Ginzburg, em seu livro *Mitos, emblemas e sinais*, fala sobre o método “morelliano” de examinar os detalhes das obras de arte, com a finalidade de descobrir possíveis fraudes nas cópias das produções de renomados pintores europeus. Ginzburg passou a concentrar seus trabalhos na análise da que ficou conhecida como “micro-história”, na análise dos detalhes antes tão negligenciados em prol de uma historiografia global e generalizante. Mais uma vez (antes com o advento da revista dos *Annales* em 1929, sobre a qual se discorrerá no primeiro capítulo), só que agora já na década de oitenta do século XX, o ofício do historiador passou a ser um dos principais temas nos estudos realizados pela historiografia, considerando-se a apresentação de outro paradigma, o paradigma de observação dos indícios: “Se a realidade é opaca, existem zonas privilegiadas – sinas, indícios – que permitem decifrá-la”.<sup>9</sup> No decorrer da pesquisa, observou-se que a realidade é um enigma indecifrável, inclusive quando o objetivo é conhecer o passado. O que a história propõe são possibilidades, através de métodos determinados de análise. Ou seja, a verdade em história não será alcançada. Mas nos romances de Machado de Assis, a verdade não é sequer o objetivo. Por isso que a própria ideia de “veracidade” pode ser questionada com o auxílio dos romances: Se as próprias produções historiográficas afirmam que jamais se alcançará uma verdade completa, por que insistir no compromisso em buscá-la, em aproximar-se dela?

Principalmente a partir de meados do século XX, os fatores sociais e psicológicos passaram a ganhar mais importância para a análise das produções historiográficas. Conforme o que ficou conhecido do trabalho de Carlo Ginzburg sobre trazer à tona os detalhes, um olhar mais amplo sobre o destino da história

---

<sup>8</sup> Ibidem, p. 58.

<sup>9</sup> GINZBURG, Carlo. **Mitos, Emblemas, Sinais**: morfologia e história. Tradução Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 177.

como instituição cultivou seu terreno nas pesquisas acadêmicas. No entanto, faz-se necessário ampliar ainda mais o campo de avaliação da escrita histórica a partir de rompimentos de alguns paradigmas como, por exemplo, o de “decifrar a realidade”. Se a “micro-história” deu suporte à apresentação de novos temas de estudo para a historiografia, preciso é questionar se essa aproximação com os fatores psicológicos e individuais não foi feita de forma equivocada. A memória passou a ser “tratada” pela história como produtora de um conhecimento sobre o passado e essa questão foi problematizada durante toda a pesquisa, já que o estudo dos cotidianos, como sugere Ginzburg, não objetiva apenas apresentar ao público suas subjetividades, mas sim aproximar-se de uma “realidade”, que se acreditava passível de decifração e que Machado mostra ser inalcançável.

A partir do aprofundamento da pesquisa, foi possível perceber que as lacunas comuns à historiografia – próprias quando se tem apenas lembranças como vestígios para a investigação – não se restringiram aos estudos sobre o distanciamento dos historiadores com relação às fontes que escolhiam, nem sobre a realidade subjetiva na narrativa. Embora, segundo Paul Veyne, “elas se fechem espontaneamente a nossos olhos e só a possamos discernir com esforço”,<sup>10</sup> as lacunas historiográficas abrangem também o modo como essas dinâmicas de aproximação e distanciamento vêm sendo observadas nos discursos e como esses discursos se tornam/tornaram legítimos socialmente. A proposta de Paul Veyne versa sobre a dificuldade que ele encontrou em discernir esses “espaços vazios” na pesquisa, como se eles deversem ser preenchidos. Mesmo que a afirmação de uma história lacunar tenha reconhecimento acadêmico há algum tempo, saber o que possivelmente preencheria essas lacunas, se elas precisam mesmo ser preenchidas, exige do historiador um esforço de pesquisa e reflexão.

Para o intento desta pesquisa, importante se fez estudar o cada vez mais recorrente “uso” das memórias pela historiografia, assim como, e principalmente, as críticas feitas por diversos autores a isso que se tornou um hábito. Machado de Assis foi chamado para o diálogo, já que suas últimas obras pautaram-se no discurso memorialístico e já que a historiografia começou a repensar de forma minuciosa esse aspecto, ainda no paradigma de individualização da história e da ampliação dos sujeitos, com suas dimensões afetivas. Foi possível observar um

---

<sup>10</sup> VEYNE, Paul. **Como se escreve a história**. Tradução Alda Baltar e Maria Auxiliadora Kneipp. Brasília: EDUNB, 1982, p. 27.

expressivo crescimento do “uso” da memória e do estudo das relações história-memória, bem como dos direitos e deveres sociais de memória. No entanto, viu-se que muito pouco, conforme explica a historiadora Jacy Alves de Seixas, se refletiu sobre o assunto dentro da própria história. Segundo Seixas,

Essa reflexão (...) parece iluminar-se no âmbito da transdisciplinaridade, a partir da construção de tramas que coloquem a história em diálogo com campos do saber e da sensibilidade que também, e de formas diversas, tematizaram e problematizaram a memória.<sup>11</sup>

Embora esses diálogos interdisciplinares tenham sido feitos até o presente momento principalmente com a psicologia e com a filosofia, é justamente pela prática do olhar sensível que se pretende chamar a atenção para o diálogo que se pretende fazer sobre as relações que os romances de Machado de Assis e a historiografia mantiveram com a memória, ao problematizar e questionar a função utilitarista da memória na escrita da história. Se as narrativas não renunciam à anamnese, será que as referências ao passado correspondem a uma expectativa do presente, a uma carência de orientação? “carência profunda de todos os homens, que agem e sofrem as consequências das ações dos outros, de orientar-se em meio às mudanças que experimentam em seu mundo e em si mesmo”.<sup>12</sup> Como se poderia discutir a questão da temporalidade ao abordar as relações da historiografia com a memória? Foi o que também se tentou desenvolver na pesquisa.

Falar das memórias nos romances de Machado de Assis vai muito além de falar de possíveis orientações que o escritor pudesse ter sobre o presente no qual escreveu. Um processo muito mais complexo pode ser observado em suas obras. A ironia, por exemplo, não está dissociada da recordação nos romances machadianos e mesmo que Enylton Rego os relacione a uma antiga tradição literária, “há mais de vinte séculos chamada de sátira menipeia”,<sup>13</sup> essa ironia poderia representar uma negação, uma fissura entre o ser e o mundo (ao qual os personagens apresentam resistência). O estudo das memórias em Machado permitiu compreender suas obras

---

<sup>11</sup> SEIXAS, Jacy Alves de. *Percursos de memória em terras de história: problemáticas atuais*. In: BRESCIANI, Stella, NAXARA, Márcia (Orgs.). **Memória (res)sentimento**: indagações sobre uma questão sensível. Campinas: Editora da UNICAMP, 2001, p. 38.

<sup>12</sup> RUSEN, Jorn. Tarefa e função de uma teoria da história In: **Razão Histórica**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001, Cap. 1, p. 14.

<sup>13</sup> REGO, Enylton José de Sá. **Machado de Assis: a Sátira Menipeia e a tradição Luciânica**. Brasília: UnB-BCE, 1986, p. 2.

de uma forma mais intrínseca, com aprofundamento no aspecto memorialístico das narrativas.

Se por um lado Machado foi acusado de “macaquear tradições literárias estrangeiras” (mesmo que com seu toque pessoal) – com uma clara referência a Sterne –, por outro foi tido como escritor realista que procurava refletir “a realidade política e social do Brasil no segundo reinado” por escritores como Sidney Chalhoub.<sup>14</sup> Entretanto, tentar identificar nos escritos de Machado um mero reflexo do que se passava em seu tempo se contrapõe a muitas análises modernas de seus escritos, as quais afirmam que Machado não só não era “realista” como criticava o “realismo”. É possível ainda que Machado de Assis tenha se utilizado dos memoriais para demonstrar uma desilusão contida no próprio ato da retrospectiva.

As formas de rememoração do personagem principal eram o alvo dos capítulos em *Memórias póstumas de Brás Cubas* e em *Dom Casmurro*. Os acontecimentos considerados gloriosos e dignos de menção nas pesquisas de cronistas como Varnhagen<sup>15</sup> eram menos importantes do que o impacto simbólico que algum fato pudesse ter na vida dos “sem-nome”, para utilizar uma palavra de Jeanne Marie Gagnebin.<sup>16</sup> Essa percepção pessoal que cada sujeito tem da história, feita de modo mais ou menos claro nas últimas obras de Machado, ganhou mais projeção na historiografia do século XX, quando o indivíduo e suas emoções, o indivíduo e suas memórias, passaram a ser também fontes de um campo mais abrangente de estudo, de acordo com a assimilação pessoal que cada um faz do que rememora, no entanto, talvez ainda não se tenha dado maior atenção à recepção que os indivíduos têm da narrativa histórica. Nos romances machadianos, o narrador menciona que cada pessoa resignifica a história de acordo com as próprias expectativas e, portanto, a recepção da historiografia seria pessoal.

Em *Memórias póstumas* e *Dom Casmurro* foi possível dialogar com a historiografia quanto ao distanciamento da fala, já que há desde o princípio o súbito advento da morte do personagem-narrador e o distanciamento de Bento das próprias memórias que narra. Brás Cubas pretensamente conseguiu ver além, com

---

<sup>14</sup> CHALHOUB, Sidney. **Machado de Assis, historiador**. São Paulo, Companhia das Letras, 2003.

<sup>15</sup> Francisco Adolpho de Varnhagen foi diplomata e historiador brasileiro (adquiriu a nacionalidade). Trabalhou para o IHGB no ano de 1841 e coletou grande quantidade de documentos sobre o Brasil em bibliotecas e arquivos. Conhecido como cronista, escreveu vários livros sobre História Geral do Brasil, nos quais continham as transcrições das informações encontradas nos diversos documentos por ele compilados.

<sup>16</sup> GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Lembrar, escrever, esquecer**. São Paulo: Editora 34, 2006, p. 97.

maior “nitidez” do que na época em que estava vivo. O personagem assistiu a sua vida como quem vai a um espetáculo e se encanta ou desencanta com ele. Hannah Arendt compara o historiador justamente a um espectador, quando diz que “seu lugar está no mundo e a sua nobreza está somente em não participar do que está ocorrendo, em observá-lo como a um mero espetáculo”.<sup>17</sup> Se o preço a ser pago pelo historiador para o alcance de uma objetividade é a sua retirada do espetáculo, o personagem Brás Cubas sugere que o olhar do espectador está cheio de tendências particulares, ou seja, que cada pessoa escolhe o que deseja ver do espetáculo, já que não seria possível apreendê-lo por inteiro. A distância do olhar do observador estaria vinculada aos seus desejos e necessidades particulares. Cubas sugere também que o ato de rememorar aquilo que viu ou viveu – ou leu, ou ouviu – envolve muitos esquecimentos, de maneira mesmo voluntária. Lembrar-se de algumas coisas é necessariamente esquecer-se de outras. Brás Cubas, durante a narração das lembranças de sua existência, selecionou os acontecimentos e essa seleção implicou em esquecimentos voluntários, de acordo com o que o narrador considerou mais relevante.

É possível observar nas obras machadianas uma possível desilusão com o ato da retrospectiva, já que o narrador seleciona o que merece ou não ser contado, já que ele apresenta a desconfiança que o leitor deve manter com o narrador. Isto poderia ser dialogado em parte com a ideia apresentada por Marc Bloch, de que a transmissão da história passa por um monte de “não vistos”, de “não sentidos”, embora não se tenha discutido amplamente na historiografia a importância dessa relação de desconfiança entre o emissor e o receptor da histórica. Tomado como estudo por diversas teorias e perspectivas críticas, Machado de Assis teve sua habilidade técnica amplamente reconhecida. O grande número de interpretações de suas obras enche hoje as prateleiras das universidades e livrarias pelo mundo afora, “mas são poucos os estudos que abordam as características específicas de sua ficção”.<sup>18</sup>

Juracy Assmann, ao se debruçar sobre as inquietações de cunho poético das produções machadianas, reservou grande espaço para a discussão do estatuto do

---

<sup>17</sup> ARENDT, Hannah. **A vida do espírito**. Tradução Antônio Abranches, César Augusto R. de Almeida, Helena Martins. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000, p. 62.

<sup>18</sup> SARAIVA, Juracy Assmann. **O circuito das memórias**: narrativas autobiográficas romanescas de Machado de Assis. São Paulo: Edusp, 2009, p. 23.

narrador. Ao refazer o percurso da crítica literária sobre o assunto, ela descortinou um campo da escrita que discute a polissemia da palavra “narrativa”, baseada nas pesquisas de Gérard Genette: narrativa enquanto discurso narrativo, sequência de acontecimentos, ato de narrar e modo de representação. Com base nas pesquisas de Juracy Assmman, foi possível dar maior atenção à construção das memórias dentro dos romances. Segundo ela, os livros *Memórias póstumas* e *Dom Casmurro* rompem, por exemplo, com a convenção que institui a veracidade ou a autenticidade do relato: “Narrar não é, para Brás Cubas, reproduzir fielmente a vida, mas pôr em ação regras que concretizam o relato, de modo a dimensionar uma ilusão de vida”.<sup>19</sup>

Ao voltar o olhar para a historiografia, foi possível ver que há muito tempo – e de várias formas – a memória teve seu papel íntimo com a história e acabou sendo confundida com esta várias vezes. A dificuldade em distingui-las tornou suas relações tão profundas que se passou a empregar (de maneira equivocada) a metodologia histórica para a análise das memórias e estas passaram a servi-la.

A história e o esquecimento aqui também só existem sob os olhares da história, investindo-se na reconstrução de novas identidades, a partir de um critério utilitário-político.<sup>20</sup>

Uma visão menos atenta pode ter levado a crer que tudo se passava como se a memória só existisse mesmo sob as luzes da história. Aqui, a proposta é contrária a essa observação centrada. O estudo de outras literaturas contribui para que se escreva uma história mais rica e para que se admita a pessoalidade do historiador, o que contraria a máxima de que “o cientista, em outros termos, é obrigado a se ofuscar diante dos fatos”.<sup>21</sup> A pesquisa apresenta questão sobre a pretensa exterioridade do historiador frente à memória que analisa. Machado de Assis aparece em papel fundamental, uma vez que suas obras foram o ponto de partida para a inquietação dos estudos sobre essa relação de exterioridade em relação às memórias nos romances em questão e na história.

Com o auxílio da psicanálise e da filosofia, principalmente no que concerne ao estudo sobre a lógica das lembranças, teóricos como Paul Ricoeur pensaram a memória também sob o ponto de vista da legitimação do discurso historiográfico, da

---

<sup>19</sup> Ibidem, p. 42.

<sup>20</sup> SEIXAS, Jacy Alves de. Op. cit., p. 42.

<sup>21</sup> BLOCH, Marc. Op. cit., p. 125.

legitimação do dever de memória e, quem sabe, de uma reparação das injustiças cometidas no passado. Essa legitimação – que parte de uma dimensão veritativa da memória – tornou-se cada vez mais contundente, por exemplo, com o uso das biografias como fontes para os historiadores, que vem aumentando desde a década de 1990.<sup>22</sup> Na verdade, os debates sobre as biografias são bem antigos e ocorrem com “certa fartura”. Esse gênero interpretativo certamente traz as riquezas próprias da constituição de uma vida. Sobre isso, Vavy Pacheco Borges, uma das especialistas sobre assunto, explica melhor a relação que a historiografia mantém com as biografias ao afirmar que:

Atualmente, a biografia, como, aliás, quase tudo o mais, é vista como parte da história. [...] Percebendo uma grande proximidade entre esse dito retorno [da biografia] e um outro, o da história política, concluo que seus pontos em comum provêm da ampla renovação historiográfica que temos vivido nas últimas décadas. Os motivos do interesse atual pela biografia podem ser agrupados em dois eixos interligados: um primeiro eixo que diz respeito aos movimentos da sociedade, e um segundo que se refere à evolução do conhecimento histórico, a partir das influências interdisciplinares.<sup>23</sup>

Essas influências interdisciplinares das quais fala Vavy envolvem uma maior aproximação da história também com o gênero romance, bem como com os testemunhos orais e escritos. No entanto, embora não seja objetivo nesta pesquisa o aprofundamento nas relações da escrita histórica com a biografia, de pronto se pode perceber que a história atribui à análise das biografias uma metodologia própria à disciplina, aproximando-a mais do testemunho, assim como fez com a memória. As biografias tornaram-se fonte para a história e passaram a “servi-la”. A memória passou pelo mesmo caminho e o que se pode perceber, no decorrer do processo de escrita desta dissertação, é que o seu caráter afetivo – tanto no “uso” das memórias como no das biografias – foi sendo deixado de lado no processo historiográfico.

Tanto na historiografia como na filosofia e no direito é possível encontrar várias obras, vários estudos, que discorrem sobre os “usos” das memórias relacionadas às guerras civis e militares de diversos países, às ditaduras, aos

---

<sup>22</sup> As questões que envolvem a história e o uso da biografia como fonte não ganharam maior espaço de discussão nesta pesquisa, mas a passagem torna-se relevante porque durante o desenvolvimento da pesquisa esse tema foi também estudado.

<sup>23</sup> BORGES, Vavy Pacheco. *Desafios da memória e da biografia*: Gabrielle Brune-Sieler, uma vida (1874-1940). In: BRESCIANI, Stella, NAXARA, Márcia (Orgs.). **Memória (res)sentimento**: indagações sobre uma questão sensível. Campinas: Editora da UNICAMP, 2001, p. 288.



direitos humanos, ao holocausto, ao imaginário coletivo, aos indígenas, às comemorações, aos monumentos e museus, à política e suas transições, às instituições, à anistia, à comissão da verdade no Brasil e na América Latina, dentre outros.<sup>24</sup> A partir de uma análise minuciosa dos romances de Machado de Assis, a pesquisa não focalizou no “uso” da memória como objeto de reparação social ou numa análise psicanalítica do romancista do século XIX, mas sim numa reflexão e numa problematização sobre a escrita da história, a partir das relações que esta manteve/mantém com a memória.

## 1.2. SINOPSE DOS CAPÍTULOS

A dissertação está dividida em três capítulos, sendo que o primeiro deles faz um breve histórico da construção da narrativa histórica e da influência da revista dos *Annales* para a historiografia do século XX. A importância desse capítulo está em compreender a construção da historiografia e o pensamento crítico dessa construção dentro da própria disciplina. Para isso se discute se o presente é considerado a temporalidade da memória e da história, bem como as relações afetivas que a memória suscita e como a historiografia de meados do século XX em diante problematizou essas questões.

No segundo capítulo, que norteia o campo de discussão sobre as obras machadianas, explica-se o porquê de Machado de Assis não ser um escritor realista e o porquê de ele ter criticado o próprio realismo. Fala-se também sobre o ceticismo presente nos romances de Machado, sobre a influência literária da sátira menipeia, com a contribuição de Enylton Rego, e sobre a imaginação como preenchimento das lacunas presentes no ato da rememoração. A ilusão sobre o distanciamento do narrador também é abordada, ao se questionar, junto com Machado, a possibilidade de um distanciamento total. O desenvolvimento desse capítulo é importante para que um panorama de leitura dos romances fique mais claro e o diálogo feito no terceiro capítulo se baseie em questões que também forem abordadas aqui.

No capítulo terceiro, serão dialogados os dois capítulos anteriores, com o objetivo de mostrar as contribuições da análise dos romances de Machado para a compreensão do processo de escrita histórica, com ênfase na relação que a

---

<sup>24</sup> Algumas das obras que tratam dessas questões estão referenciadas neste projeto.

historiografia mantém com a memória. Com isso, a ilusão do distanciamento é questionada, com base na obra *Olhos de madeira*, de Carlo Ginzburg, e a objetividade na literatura histórica e na literatura machadiana também é repensada.

## CAPÍTULO 1 – ESCRITA DA HISTÓRIA: NARRATIVA, TEMPO E MEMÓRIA

### 1.1. NARRATIVA HISTÓRICA: COMO SE DEU O PROCESSO?

*“Um homem é sempre um contador de contos, ele vive rodeado pelas suas histórias e pelas histórias dos outros, ele vê tudo o que lhe acontece através delas e tenta viver sua vida como se estivesse narrando isso.” – Jean Paul Sartre – Nausea.<sup>25</sup> (tradução minha)*

Em primeiro lugar, é importante esclarecer que as literaturas aqui abordadas referem-se a processos vivenciados principalmente pelo ocidente, pela dinâmica da escrita e da compreensão ocidentais da história. Este fato, apesar de abranger uma imensa possibilidade de leituras, gera algum incômodo no processo de pesquisa. Neste capítulo, a partir das obras de Machado de Assis, busca-se analisar a construção da narrativa histórica de meados do século passado em diante, com ênfase na memória. Isto é relevante para uma melhor compreensão das críticas que alguns historiadores fizeram à produção da própria disciplina.

Ao adentrar pouco a pouco o objeto desta análise e os caminhos que levaram a ele, pode-se perceber que a escrita histórica tornou-se alvo de maiores reflexões dentro da própria disciplina principalmente em meados do século XX. A relação que a historiografia manteve com a memória passou a ser problematizada e, se o século XIX foi considerado o século da história (voltada em grande parte para a história nacional, tanto porque o conhecimento do passado tornou-se tarefa de uma disciplina, que abrangia método e carreira, como porque se tornou alvo de disputas de poder, com a já conhecida busca do seu caráter científico)<sup>26</sup>, o século XX passou a ser considerado o século da memória, como afirmou o francês Jacques Le Goff.<sup>27</sup>

Na trajetória dos estudos sobre a historiografia, buscou-se observar as relações que esta mantinha com a memória. Sobre a construção da narrativa

---

<sup>25</sup> “A man is always a teller of tales; he lives surrounded by his stories and the stories of others; he sees everything that happens to him through them, and he tries to live his life as if he were recounting it.” Retirado do artigo de Martin Kreiswirth, referenciado neste trabalho.

<sup>26</sup> GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Entre amadorismo e profissionalismo: as tensões da prática histórica no século XIX. **Topoi**, Rio de Janeiro, dez., p. 184-200. Neste artigo, Guimarães discorre sobre a trajetória da história na França, quando ela passa a ser instituída, na década de trinta do século XIX, como disciplina e quando a prática do ofício do historiador vincula-se a ideólogos políticos.

<sup>27</sup> LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Tradução de Bernardo Leitão... [et. al.]. São Paulo: Editora da UNICAMP, 1990, p. 23.

histórica tem-se que, em França, principalmente com o lançamento da revista dos *Annales* em 1929, a teoria da história passou por algumas transformações, que estiveram vinculadas a uma maior aproximação dela com a sociologia e com o estudo dos homens e das suas ações no tempo.

Com isso, algumas análises priorizavam as dinâmicas sociais, os movimentos políticos e culturais. Marc Bloch e Lucien Febvre foram os precursores dos *Annales*, mas não se pode esquecer que as ideias que estiveram na origem da revista – e que posteriormente ganharam maior difusão através da criação da *École des Hautes Études en Science Sociales* – não tiveram um caráter homogêneo, e que as chamadas múltiplas gerações são disso a prova mais eficaz. As críticas feitas a alguns aspectos dos pensamentos publicados na revista merecem aqui algum destaque, uma vez que a inquietação desta pesquisa foi gerada a partir de uma perspectiva crítica da construção da narrativa historiográfica.

O século XIX possibilitou a “entrada” de novos objetos no campo de pesquisa histórica - como a história da loucura, a história rural, entre outros - e o século XX possibilitou um “enriquecimento dos métodos, dos horizontes, dos domínios”<sup>28</sup> da pesquisa, segundo Jacques Le Goff. Para ele, a história deveria se esforçar por ser mais científica e por diferenciar-se cada vez mais de uma história a que chamou “narrativa”. As afirmações do historiador francês sobre o caráter científico da história referem-se à diferença que ele mesmo fez entre o que chamou de história-conto e história-problema:

A terceira consequência abusiva que se extraiu do papel do particular em história consiste em reduzi-la a uma narração, a um conto. (...) Toda concepção da história que a identifica com o conto afigura-se-me, hoje, inaceitável.<sup>29</sup>

Ainda, ao mencionar os estudos realizados por Hayden White em *Meta-História* – que por sinal são muitos e não se restringem apenas a essa obra – Le Goff afirma que “(...) a história, intimamente misturada até o fim do século XIX com a arte e com a filosofia, esforça-se (o que consegue parcialmente) por se tornar mais específica, técnica e científica e menos literária e filosófica”.<sup>30</sup>

---

<sup>28</sup> LE GOFF. Op. cit., p. 23.

<sup>29</sup> Ibidem, p. 35.

<sup>30</sup> Ibidem, p. 39.

Com essa observação de Le Goff, é possível perceber que alguns historiadores da *Annales* buscaram diferenciar o que eles entendiam como “história narrativa” da “história científica”. No entanto, ao observar os discursos do historiador inglês Lawrence Stone em seu artigo intitulado “A volta da narrativa”, Sônia Lacerda<sup>31</sup> afirma que esse debate em torno do conceito de narrativa e ficção, quando numa abordagem historiográfica, foi realizado em premissas frágeis. A historiadora questiona a tentativa de alguns membros da *Annales* de trocar o modelo narrativo da história (usado desde a antiguidade clássica) por um que se designasse científico, como propõe Le Goff nas passagens demonstradas acima. Ela problematiza a polarização que passou a existir entre “história narrativa” e “história científica”, ao afirmar que houve uma confusão em relação ao conhecimento histórico e a sua forma de produção. Essa polarização que Sônia critica estaria associada ao debate mal formulado e ao instável conceito de narrativa que o permeou.

Eric Hobsbawm, em seu livro *Sobre Histórias: Ensaios*,<sup>32</sup> no capítulo intitulado “A volta da narrativa”, também problematizou a ideia de “retorno”, sugerida por Lawrence Stone, ao esclarecer que a história nunca teria deixado de ser mesmo narrativa. Mas a que essa discussão interessaria para esta pesquisa? Como já foi mencionado, o processo de escrita histórica, o qual se pretende melhor entender, compreende uma série de fatores, entre eles as críticas que foram feitas à própria historiografia. E a Sônia Lacerda, em argumentos que muito contribuem para esta pesquisa, apresenta alguns possíveis motivos para que historiadores como Jacques Le Goff tenham menosprezado a narrativa em prol de uma “história explicativa”.

Ao analisar a obra de Braudel, Sônia percebe alguma incongruência, pois, apesar de ser contra a “história narrativa”, Braudel utilizava-se de categorias especificamente narratológicas. Já Furet criticava o “narrativismo” porque acreditava estar intimamente ligado ao romance e à contaminação ideológica. Ele critica inclusive a “história científica” defendida por Le Goff, por acreditar que esta estaria ainda muito ligada à “história narrativa”. Essa teria sido sua grande crítica à chamada “história das mentalidades”. Mas Sônia, apesar de apresentar aos leitores

---

<sup>31</sup> LACERDA, Sônia. *História, narrativa e imaginação histórica*. In: SWAIN, Tânia Navarro (Org.). **História no plural**. Brasília: Ed. UnB, 1993.

<sup>32</sup> HOBBSAWN, Eric. **Sobre História**: ensaios. Tradução de Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, cap. 14.

uma crítica interessante sobre o desdém de alguns historiadores à “história narrativa”, também complementa a observação ao dizer que esta estaria, para Braudel e Furet, por exemplo, ligadas ao relato factual, guiados pelos eixos políticos e militares, os quais eles criticavam amplamente. Daí um dos aspectos da confusão na utilização do termo “narrativa”: a percepção dos historiadores sobre o que a “história narrativa” contemplaria. O que Sônia deseja é ampliar essa questão, ao afirmar que a maioria dos historiadores não compreende o próprio conceito de ficção.

Sônia faz uma leitura crítica do texto de Stone, que admite um “retorno” da narrativa na história com base na ampliação dos objetos antes excluídos das pesquisas. Ao deslocarem suas atenções para os sentimentos, as emoções, os comportamentos, os historiadores passaram a dar lugar a dimensões inconscientes dos processos sociais, lembra Stone, eles aproximam-se da antropologia e mudaram o foco de análise. Sônia afirma que isso explica porque Lawrence Stone acreditou na ideia de um “retorno” da narrativa. No entanto, as tentativas de categorização (história estrutural, explicativa, conceitual, etc.) por parte de Stone tornaram-se confusas e conflitantes, uma vez que, para cada conceito, deveriam ser feitas muitas ressalvas. Com tantas exceções, a diferenciação entre a “história narrativa” e “história serial ou científica” tornou-se quase impossível.

Sônia também chama a atenção para o fato de que o emprego do termo “narrativa” seria confuso e equivocado tanto no texto de Stone como nas objeções dos demais historiadores. Sônia afirma que essas análises da escrita da história conduzem à irônica constatação de que “a história social científica, tal como a história narrativa, tem um importante ancestral na novela romântica”.<sup>33</sup> Diante disso, ela pergunta, com o autor do artigo no qual ela baseia seus argumentos (Kellner): “quem escreve e quem não escreve história narrativa?”.<sup>34</sup> Sônia afirma que, para Kellner, o debate sobre narrativa e história estaria baseado em falsas premissas, pois até então o termo “narrativa” estaria essencialmente atrelado à ideia de ficcionalidade e o foco se ateria aos aspectos temáticos e não ao conhecimento histórico. Essas reflexões são importantes para esta pesquisa porque Sônia explica

---

<sup>33</sup> Sônia Lacerda refere-se à comparação entre a obra de Braudel e Michelet.

<sup>34</sup> LACERDA, Sônia. Op. cit., p. 15.

que o foco principal da crítica “antinarrativista” seria o seu parentesco “com as estruturas e os efeitos de certo gênero de ficção literária”.<sup>35</sup>

O desejo de Le Goff, Furet, Braudel, etc. seria o de diferenciar-se dos romances, dos gêneros ditos ficcionais, e aí Lacerda apresenta sua visão sobre o conceito de ficção, que será o mesmo adotado nesta pesquisa. Segundo ela, a dimensão fictícia seria um procedimento da narrativa que envolve tanto a historiografia como o romance. Em suas perspectivas, os historiadores também teriam se utilizado do conceito de ficção de maneira pejorativa<sup>36</sup> e não em sua acepção filosófica, qual seria a que se refere à ficção como “constructos imaginários utilizados para resolver problemas ou para citar idealmente um ‘real’”.<sup>37</sup>

Chega-se num ponto relevante no estudo da trajetória da escrita da história de meados do século passado em diante: o da credibilidade da disciplina. É possível perceber, tanto no discurso de Le Goff como no de Furet, que a necessidade de legitimar a disciplina como ciência, ao instituí-la como produtora de conhecimento, como saber, atropelou algumas questões, como mostra Sônia. Dentre elas, a ideia de que cada vez menos se reivindicava um caráter de verdade para a historiografia, já que, afastando-se das correntes positivistas do século XIX, os próprios historiadores abdicavam das certezas “factuais” para darem mais espaço à interpretação. No entanto, a solidez da disciplina, lembra Sônia, estaria no rigor do controle do ofício do historiador, no método crítico, como declarou George Duby. Este, ao mesmo tempo em que concede à historiografia um estatuto literário, exalta a elaboração rigorosa das categorias de análise histórica.

Para Sônia, “nada diferencia, de modo absoluto, a composição de história da obra literário-ficcional no sentido estrito. (...) O que de fato distingue as duas categorias de escritas são as convenções disciplinares que as governam”.<sup>38</sup> Com isso, ela chega à conclusão de que “o problema da demarcação de fronteiras entre narrativa histórica e narrativa literária (...) converteu-se primordialmente numa preocupação ética”,<sup>39</sup> que levava em consideração a autoridade da história e dos

---

<sup>35</sup> LACERDA. Op. cit., p. 24.

<sup>36</sup> Ibidem, p. 36-37. Cita a perspectiva de Michel de Certeau ao classificar a história como “ficção científica”.

<sup>37</sup> Ibidem, p. 37.

<sup>38</sup> Ibidem, p. 38.

<sup>39</sup> Ibidem, p. 39.

processos verídicos aos quais ela estaria vinculada e, em decorrência disso, o exercício da imaginação deveria ser controlado.

Como esta pesquisa partiu de inquietações que surgiram com a leitura dos romances machadianos, perguntas que envolviam a diferença entre história e romance surgiram e foram respondidas até aqui – pelo menos em parte – com a ajuda das reflexões trazidas por Sônia Lacerda. É comum, em trabalhos que priorizem as relações entre a história e o romance, surgirem dúvidas quanto às críticas empreendidas por alguns historiadores à “história narrativa”. O artigo de Sônia auxilia a discussão porque ela trabalha com o conceito de ficção como procedimento. Dessa forma, a maneira empregada por Machado de Assis em seus memoriais poderá ser dialogado com a utilizada pela historiografia, no terceiro capítulo. Sônia afirma que os aspectos ficcionais da composição historiográfica causariam ainda algum embaraço porque eles estariam ligados ao estatuto incerto da disciplina no campo do conhecimento.

Todo esse processo de escrita histórica e de crítica à produção da historiografia tem valor quando se ressaltam as estratégias utilizadas para o cerco feito à memória. Toda essa leitura crítica apresentada por Lacerda permite conferir que a própria história não se coloca apenas no reino do fato e que ficção não é sinônimo de inventividade. Talvez os conceitos ainda não estejam muito claros na pesquisa, devido ao excesso de informação referente ao assunto, mas história e ficção aqui não serão tratadas como pares opostos.

Na análise do processo de escrita histórica, percebe-se que o temor demonstrado por alguns historiadores de uma possível deslegitimação da história como disciplina – ser comparada com processo intelectual idêntico ao romanesco – ocupou várias páginas de discussão nas obras de outros autores como Louis Mink. Este, sem desejar exatamente interpor uma diferença – ou oposição – entre história e ficção, observou que, embora elas se permeiem, para o senso comum as diferenças entre elas são bastante claras, como se houvesse um “contrato” estipulando o que é “real” ou “não real” nas narrativas – embora esse “contrato” nem sempre seja explícito e embora a história, segundo a visão adotada, não seja a representante do “real”.<sup>40</sup> Mink explica que, para os historiadores, “a diferença entre

---

<sup>40</sup> O conceito de “real” não está claro para a pesquisadora deste trabalho.



história e ficção é menos uma questão de verdade que de evidência”.<sup>41</sup> Para Sônia, seria incoerente, talvez, tentar interpor uma diferença entre história e ficção, já que esta é um procedimento do qual aquela se utiliza. A historiografia procurou, antes de tudo, apresentar possibilidades ao invés de certezas. A capacidade pessoal de análise das fontes é o que permite, segundo Mink, uma pluralidade da narrativa historiográfica, que é visivelmente arbitrada.<sup>42</sup>

Essas reflexões sobre a historiografia permitem compreender que o estudo da sua construção no tempo proporciona, sem dúvida, maior número de elementos críticos do próprio ofício. Martin Kreiswirth,<sup>43</sup> canadense com pesquisa sobre teoria narrativa e literária, crítica histórica, ficção e interdisciplinaridade, estuda a narrativa como uma forma de redescrição: narrar o narrado – como os grupos científicos definem, postulam e reivindicam maneiras de contar histórias? Desde a década de setenta do século passado, segundo Martin, houve um grande interesse pela teorização da narrativa. Em seu artigo de mais perguntas do que respostas, ele propõe a análise de três viradas anteriores à virada da narrativa: a linguística, a retórica e a interpretativa, bem como propõe um estudo mais aprofundado sobre as narrativas construtivistas.

Um dos objetivos de Martin é também abordar o que ele chama de bivalência da narrativa, sua dupla temporalidade existente, quais sejam o tempo de quem conta e o tempo do acontecimento. O autor advoga a favor da ideia elaborada por Paul Ricoeur nos três volumes de *Tempo e Narrativa*, que classifica a narrativa como multidisciplinar: o tempo se torna dizível à medida que é organizado sob a forma narrativa.<sup>44</sup> O processo de construção da narrativa histórica relaciona-se também com as reflexões que foram feitas sobre a temporalidade da historiografia. Ao considerar a relação que esta mantém com a memória, muitas vezes atribuiu-se a ela uma ligação entre o passado e o presente. No próximo item essa questão será melhor problematizada.

---

<sup>41</sup> MINK, Louis O. *Narrative Form as a cognitive instrument*. In: CANARY, R. e KOZICKI, H. (orgs.). **The writing of History**. The University of Wisconsin Press, 1978, p. 129-149. [tradução minha]

<sup>42</sup> Possui conceito diferente da palavra “arbitrária”.

<sup>43</sup> KREISWIRTH, Martin. Merely Telling Stories? Narrative and Knowledge in the human Sciences. In: **Poetics Today**, V. 21, n. 2, p. 293-318.

<sup>44</sup> KREISWIRTH, Op. cit., p. 308.

### 1.1.1. O PRESENTE É O TEMPO DA HISTÓRIA E DA MEMÓRIA?

Desde a afirmação de Marc Bloch, na década de quarenta do século XX, de que a história não é uma ciência do passado, mas o estudo do homem no tempo, dos grupos organizados, verificou-se um aumento das pesquisas sobre a relação da história e da memória com o presente. Esta questão que se encontra no subtítulo é importante para compreender por que a historiografia, nas relações que manteve/mantém com a memória, atribuiu a esta uma “subordinação” ao tempo presente – como se verá mais adiante – e por que essa temporalidade passou a ser alvo de tantas análises.

Ao citar a frase de Benedetto Croce: “por mais afastados do tempo que pareçam os acontecimentos de que trata, (...) a história liga-se às necessidades e às situações presentes nas quais esses acontecimentos têm ressonância.”, Le Goff vai além da ideia de um eterno presente para considerar a história uma reinterpretação constante.<sup>45</sup> Ao estudar a dinâmica do passado e do presente à luz da linguística, por exemplo, Le Goff faz entender que a partir dos estudos linguísticos se reencontra a ideia fundamental do passado e do presente como “construção”, como “organização lógica”, e não como um dado bruto.

Le Goff cita ainda Joseph Vendryès, que pontua as insuficiências gramaticais do tempo e o uso possivelmente inconsequente que aparece nas línguas, notando-se o emprego do presente em função do futuro: “A distinção passado/presente (futuro) é maleável e está sujeita a múltiplas manipulações”.<sup>46</sup> O presente não poderia adquirir o status de uma temporalidade fixa, que permite o “conhecimento” de algo, já que a sua atualização é de tal forma constante que o instante deveria ser muito mais considerado. Pensa-se o tempo, portanto, não só dentro de um arcabouço cronológico, como também na estrutura narrativa. Ao compreender que “passado não é só passado, é também, no seu funcionamento textual, anterior a toda exegese, portador de valores religiosos, morais, civis, etc.”,<sup>47</sup> conclui-se que a expressão afetiva da relação que cada sujeito mantém com o tempo merece maior cuidado de análise por parte da historiografia.

---

<sup>45</sup> LE GOFF, Op. cit., p. 24-25.

<sup>46</sup> Ibidem, p. 212.

<sup>47</sup> Ibidem, p. 212-213.

Machado de Assis, ao trabalhar com as memórias dos personagens, apresentou a relação pessoal que os narradores tinham com o tempo, principalmente quando narravam suas memórias de infância. A maior parte da narrativa de *Dom Casmurro* é da vida de Bentinho ainda criança. Segundo Le Goff, a criança compreende o tempo de forma a senti-lo reversível, assim, o futuro acaba se confundindo no presente e vice-versa. Isso dá à criança alguma liberdade para formar sua memória pessoal sem o efeito inteligível das pressões que vêm de fora – tradição, cultura, ensino formal.<sup>48</sup>

Na obra de Machado, muitas vezes o presente da narrativa de Casmurro é confundido com o passado de Bentinho. Como se, em alguns momentos, o personagem ainda criança narrasse as próprias experiências com mais autoridade, como no capítulo três, intitulado “A denúncia”.<sup>49</sup> A narrativa menciona o momento em que a mãe de Bentinho recebe a denúncia de que ele e Capitu talvez estivessem juntos demais, dando a entender um envolvimento amoroso, que certamente os separaria caso a suspeita fosse confirmada. Nesse momento, Machado de Assis permite que o leitor perceba o sentimento de reversibilidade do tempo para Bentinho, quando este, ao ouvir de soslaio aquela “fofoca”, coloca-se a pensar – e a sofrer – na promessa de tornar-se padre. Presente e futuro em confusão, numa narrativa sobre um acontecimento passado.

Ao estudar a oposição entre passado e presente na psicologia e compreender como a criança faz aquisição e domina o tempo no seu espaço, Le Goff conseguiu traçar indicações gerais que metaforicamente esclarecem alguns aspectos do tempo em um nível histórico e coletivo. Mas por que, no entanto, o tempo histórico comporta uma referência constante ao presente? Estaria ele ligado exclusivamente ao tempo cronológico (tempo do calendário, tempo do acontecimento), segundo a distinção estabelecida por Émile Benveniste e apresentada por Le Goff? Ou pode-se compreender que o tempo histórico também abrange o tempo linguístico, “que tem o próprio centro no presente da instância da palavra”?<sup>50</sup>

François Hartog, em seu artigo *Tempo e Patrimônio*,<sup>51</sup> menciona o alargamento da categoria do presente e faz uma crítica à aceleração do que ele

---

<sup>48</sup> LE GOFF, Op. cit., p. 210.

<sup>49</sup> ASSIS, Machado de. **Dom Casmurro**. São Paulo: Ática, 39ª Ed., 2001, p. 15-17.

<sup>50</sup> LE GOFF, Op. cit., p. 214.

<sup>51</sup> HARTOG, François. Tempo e Patrimônio. Tradução de José Carlos Reis. **Vária História**, Belo Horizonte, v. 22, n. 36, p. 261-273, Jul.-Dez. 2006.

chamou de “presentismo”. O seu trabalho objetiva discorrer sobre a instrumentalização do tempo e sobre a patrimonialização da França em contraposição à ordem de atualização japonesa. Que temporalidade seria essa que diz - através da excessiva patrimonialização ocidental<sup>52</sup> - que o tempo não pode passar? Hartog demonstra a sua preocupação com esse retorno ao passado através da sua materialização excessiva – e nem sempre problematizada -, que teria a função de remeter o ocidente a um passado supostamente inesquecível. Ao questionar a necessidade atual de manter referências do passado em monumentos e ao pensar a aceleração do tempo, Hartog vai ao encontro do que afirmou Le Goff, quando este disse que “a aceleração da história (...) levou as massas dos países industrializados a ligarem-se nostálgicamente às suas raízes”.<sup>53</sup>

Entretanto, por que a história teria respondido à expectativa contemporânea ocidental da vontade de nada esquecer? A resposta a essa expectativa talvez esteja atrelada ao século da memória (século XX), no qual a história ampliou os estudos sobre a lembrança e o esquecimento. Até que ponto a ampliação dos estudos sobre a memória, por exemplo, invadiram a historiografia devido a uma carência de orientação do presente? Até que ponto a memória estaria necessariamente atrelada a essa dinâmica entre passado/presente?

Santo Agostinho exprimiu o sistema das três visões temporais ao dizer que só vivemos no presente, mas que este “presente” tem várias dimensões: “o presente das coisas passadas, o presente das coisas presentes e o presente das coisas futuras”.<sup>54</sup> Seria então o presente uma categoria universal do tempo? Jacy Seixas afirma que, “situando-se inicialmente no presente, ela (a memória) dele logo se descola, ou decola, ganhando seu próprio movimento”.<sup>55</sup> Já Ricoeur afirma que “a memória continua sendo a guardiã da problemática da relação representativa do presente com o passado”.<sup>56</sup>

Essas reflexões e questões trazidas aqui são desafios encontrados na busca pela resposta ao subtítulo: “O presente é o tempo da história e da memória?”. Pode-se perceber que essa relação entre o presente e a rememoração na narrativa é

---

<sup>52</sup> Nesta pesquisa não haverá espaço para a discussão da patrimonialização excessiva do ocidente, embora seja tema de grande interesse.

<sup>53</sup> LE GOFF, Op. cit., p. 224-225.

<sup>54</sup> *Confessions*, XI, 20-26. In: LE GOFF, Op. cit., p. 205.

<sup>55</sup> SEIXAS, Jacy. *Os campos (in)elásticos da memória: reflexões sobre a memória histórica*. \_\_\_\_\_. (Org.). In: **Razões e sentimentos na política**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 2002, p. 76.

<sup>56</sup> RICOEUR, Op. cit., p. 100.

ainda alvo de muitos estudos, mas sobre tudo é possível afirmar, bem como a citação da Jacy Seixas, que a lembrança situa-se em princípio no presente, mas rapidamente dele se desloca e ganha um movimento próprio, que está na perspectiva da atualização, onde passado, presente e futuro se misturam.

## 1.2. A HISTORIOGRAFIA E A SUA RELAÇÃO COM A MEMÓRIA E O ESQUECIMENTO

*“É possível viver quase sem lembrança, e mesmo viver feliz, como mostra o animal; mas é inteiramente impossível, sem esquecimento, simplesmente viver” - Nietzsche.*<sup>57</sup>

Nesta pesquisa, o estudo sobre as relações que a historiografia mantém com a memória está atrelado ao conhecimento do processo de escrita da história. Mas quando se fala de memória, assunto tão recorrente na historiografia e objeto de estudo desta pesquisa, antes de tudo se fala da sua complexidade e das suas múltiplas possibilidades de análise. A história, a antropologia, a psicanálise, a medicina, a hermenêutica, a sociologia, a ciência jurídica a estudaram a fim de desvendarem minimamente a sua “nebulosidade”. No entanto, não puderam certamente esquecer os esquecimentos, os silêncios que nela se manifestam de maneira praticamente inaudível. Para Pierre Janet, “o ato mnemônico fundamental é o ‘comportamento narrativo’ que se caracteriza antes de mais nada pela sua função social, pois que é comunicação a outrem de uma informação na ausência do acontecimento”.<sup>58</sup>

Estudar as relações entre memória e história é tanto uma preocupação intelectual como uma necessidade, já que as relações sociais são também fonte de estudo para a historiografia. Andreas Huyssen ampliou seus estudos sobre memória para tentar compreender as preocupações culturais e políticas centrais das sociedades ocidentais. Segundo ele, “os discursos de memória aceleraram-se na Europa e nos Estados Unidos no começo da década de 1980, impulsionados, então,

---

<sup>57</sup> NIETZSCHE, Friedrich. *Da utilidade e desvantagem da história para a vida* (1874). In: **Obras Incompletas**. Seleção de textos Gérard Lebrun. Tradução de Rubens Rodrigues Torres Filho. São Paulo: Abril Cultural, 1983, p. 58.

<sup>58</sup> FLORES, 1972, p. 12 Apud LE GOFF, Op. cit., p. 424-425.

primeiramente pelo debate cada vez mais amplo sobre o holocausto”.<sup>59</sup> A mídia teria dado ênfase às emergências dos discursos testemunhais, dando publicidade a alguns movimentos de reparação das vítimas da Segunda Guerra Mundial, com base no pretensão “acesso” às suas memórias.

Politicamente, a ampliação dos estudos sobre as memórias levantou, na segunda metade do século XX principalmente, importantes questões sobre violação de direitos humanos, justiça e responsabilidade coletiva no ocidente.<sup>60</sup> Os “usos” do passado e da memória como sua principal interlocutora aproximaram outros campos do saber, o que possibilitou justamente o questionamento desses “usos” e dos conceitos atrelados às discussões sobre memória e história, memória e política, memória e romance.

Na década de cinquenta do século XX, em França, foi lançado o livro com compilações dos artigos e aulas de Maurice Halbwachs, no qual se observa uma ênfase ao conceito de memória coletiva. O objetivo do sociólogo era fundamentar o conceito de que a memória individual se formaria a partir de uma memória coletiva, já que as lembranças seriam constituídas no interior de um grupo e evocadas ou reconstruídas sob a perspectiva do tempo e dos pares.

Jacy Seixas, ao refletir sobre a proposta de Halbwachs, diz que é legítima a sua tese central, “a de que a memória significa fundamentalmente reconstruir o passado a partir dos quadros sociais do presente”.<sup>61</sup> Isso porque, seria possível ter uma lembrança em uma situação na qual muitas pessoas descrevessem fatos e objetos também experienciados e vistos por um indivíduo. A memória individual, portanto, está atrelada a outros relatos de memória que podem ser feitos no presente. No entanto, Seixas utiliza-se da literatura de Proust e dos estudos do filósofo Bergson para repensar a ideia de Halbwachs, para refletir se a memória estaria vinculada à “possibilidade de fazer reviver o passado, à possibilidade de fazê-lo ‘ressurgir’ de um aparente ‘não lugar’ para assombrar ou fecundar o presente”.<sup>62</sup>

---

<sup>59</sup> HUYSEN, Andreas. **Seduzidos pela memória**: arquitetura, monumentos, mídia. Tradução de Sergio Alcides. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000, p. 11.

<sup>60</sup> HUYSEN. Op. cit., p. 16.

<sup>61</sup> SEIXAS, Jacy Alves de. Halbwachs e a memória-reconstrução do passado: memória coletiva e história. **História**. São Paulo: EdUNESP, v. 20, 2001, p. 97.

<sup>62</sup> Ibidem, p. 95.

A questão está em pensar se são realmente os quadros sociais que contribuem para o surgimento da lembrança (através da sobrevivência dos grupos e das testemunhas dos acontecimentos) e se reconstruir o passado seria um objetivo único, racional e voluntário. Para Jacy Seixas, as memórias referendam lutas, defendem identidades, apoiam e justificam as ações dos indivíduos; não estão atreladas a um “conhecimento do passado” ou mesmo ao que se entende como presente, como afirmou Le Goff. A reflexão trazida por Jacy é importante para a proposta desta pesquisa porque permite compreender que a historiografia, em sua relação com a memória, empregou estratégias comuns à disciplina (como o que já foi dito sobre a necessidade de alguns historiadores em legitimar a história como conhecimento científico) para analisar as lembranças às quais teve acesso.

Os grupos sociais têm uma relação afetiva com a memória e quando trazem suas lembranças para o “presente” não deixam de lado os sentimentos. Assim, os grupos pleiteiam direitos e deveres de memória e ocasionam essa explosão de referências memorialísticas. “Fenômeno desconhecido de Halbwachs e, entretanto, admiravelmente intuído por ele quando nos fala da tendência à pluralidade das memórias coletivas, da diversidade das memórias sociais”.<sup>63</sup> Jacy Seixas chama a atenção para a ideia de que a memória, na escrita da história, precisa ser analisada sobre vários aspectos, inclusive sob o da afetividade. Enquanto a historiografia aliou o estudo da memória à perspectiva de “conhecer o passado”, Jacy lembra que é importante analisar a carga afetiva que emerge junto com essa memória, já que ela também delimita as ações políticas dos indivíduos.

Ainda sobre as ideias compiladas de Halbwachs, Michael Pollak mencionou sua inquietação com o conceito de memória coletiva apresentado pelo francês. Pollak afirma que “na tradição europeia do século XIX, em Halbwachs, inclusive, a nação é a forma mais acabada de um grupo, e a memória nacional a forma mais completa de uma memória coletiva”.<sup>64</sup> Pollak diz ser preciso ir além desse conceito de coletividade atrelada ao status nacional e dá ênfase à conjunção da memória coletiva com as memórias individuais, analisando a predileção dos pesquisadores pelos conflitos relacionados às batalhas de memória, principalmente na Europa.

---

<sup>63</sup> Ibidem, p. 96.

<sup>64</sup> POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989, p. 3.

Esse “uso” das memórias como “conhecimento do passado” teve respaldo midiático, como lembra Huyssen, e não serviu apenas para tentar definir a identidade de grupos ou para cumprir um dever, como também para “espetacularizar” situações da memória associadas ao trauma. Além disso, não se “transportou” a memória pública inocentemente,<sup>65</sup> deixou-se de lado o caráter afetivo da sua rememoração. Pollak também tentou ressaltar, em uma crítica às relações que a historiografia manteve com a memória, que o “uso” político da memória no ocidente, a tentativa de uma memória oficial, silenciou durante tempos as reivindicações das memórias chamadas “subterrâneas”.

Jacy seixas lembra também que o possível encontro da memória com o “passado” não se resume num exercício de “recuperação”. A sensibilidade que o estudo sobre a memória exige cabe perfeitamente no conceito proposto por Marc Bloch de que a história é a ciência que estuda o homem no tempo. Se a história estuda “o homem”, não pode descartar as características político-afetivas de suas ações, presentes em suas lembranças.

Tanto no romance como na historiografia os discursos sobre memória – seja de uma pessoa ou de um personagem – são atravessados pelo fluxo do esquecimento, “esquecimento que seria não só uma falha, um ‘branco’ de memória, mas também uma atividade que apaga, renuncia, recorta, opõe ao infinito da memória a finitude necessária da morte e a inscreve no âmago da narração”.<sup>66</sup> Entretanto, seria o esquecimento uma fraqueza da memória? Essa questão foi proposta pelo filósofo Paul Ricoeur que, antes de tentar respondê-las, procurou compreender a correlação entre ela e a história.<sup>67</sup> Embora o esquecimento possa ter a significação de lacuna, o não esquecimento remete à aberração. Seja por apagamento dos rastros ou por preservação da memória através de “mecanismos de latência”, o esquecimento está atrelado à confiabilidade da memória, ou melhor, à falta dessa confiabilidade, caso se admita – coisa que até aqui não foi feita – que a memória teria algum tipo de compromisso com a verdade.

Muitas questões já foram discutidas em matéria de memória no Ocidente. Ainda assim, a história passou a lidar com o esquecimento de forma quase

---

<sup>65</sup> HUYSEN, Op. cit., p. 23.

<sup>66</sup> GAGNEBIN, Jeanne Marie. **História e narração em W. Benjamin**. São Paulo: Perspectiva, 2004, p. 03.

<sup>67</sup> RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Tradução de Alain François. São Paulo: Editora da UNICAMP, 2007, p. 424.



distanciada. Se “Heródoto ambiciona preservar do esquecimento a glória dos gregos e dos bárbaros”,<sup>68</sup> é possível compreender que a memória esteve, desde a Grécia antiga, atrelada a um dever, lembra Ricoeur. Essa obrigação de nada esquecer talvez estivesse intrinsecamente mais próxima da historiografia quanto mais esta se aproximava dos estudos de memória. No entanto, a lembrança só é possível através da sua subtração à vigilância da consciência, ou seja, esquecer é praticamente condição necessária para lembrar.

O esquecimento reveste-se de uma significação positiva na medida em que o tendo sido prevalece sobre o não mais ser na significação vinculada à ideia de passado. O tendo sido faz do esquecimento o recurso imemorial oferecido ao trabalho da lembrança.<sup>69</sup>

Ricoeur propõe que o esquecimento seja parte constituidora da narrativa, que a relação que a historiografia manteve/mantém com a memória não deveria subtraí-lo, pois ele também está vinculado às perspectivas do indivíduo.

As expectativas e os sentimentos dos sujeitos que selecionam o que merece vir à tona e o que permanecerá esquecido. As lembranças envolvem aspectos da afetividade que, como já se falou com o auxílio dos textos de Jacy Seixas, merecem maior atenção da historiografia. Uma das propostas para se ampliar a análise historiográfica sobre a característica afetiva da memória seria, sob um ponto de vista, aproximar o ato de rememoração do conceito de ficção proposto por Sônia Lacerda. Ela lembra que, por mais que se tenha admitido a participação da imaginação nas obras historiográficas, muitos profissionais da disciplina ainda atribuíam à história a pretensão de verdade e, talvez ainda hoje, a diferenciação que tentam realizar entre a criação histórica e a criação romanesca esteja fidelizada a essa pretensão.

Como já se falou em linhas acima, a memória, em sua relação com a historiografia, sofreu/sofre as consequências da aplicação dos métodos da disciplina. Com isso, ao admitir que a rememoração possa envolver procedimentos ficcionais, constructos imaginários, percebe-se que a oposição invenção-veracidade,

---

<sup>68</sup> Ibidem.

<sup>69</sup> Ibidem, p. 448-451 (Paul Ricoeur discorre sobre o esquecimento de reserva e sobre o conceito de rastro. Após essas explicações ele discorrerá sobre os usos e abusos dos esquecimentos de recordações, pensando a problemática da influência coletiva nas manifestações das lembranças individuais).

tão polêmica ainda em história, também recairia sobre ela (a memória). Por isso Machado traz sua grande contribuição, já que na proposta das obras *Memórias póstumas* e *Dom Casmurro* a memória está livre da aplicação dos métodos e está vinculada aos desejos dos “rememoradores”.

Em acordo com as reflexões de Jacy Seixas, pode-se concluir que existe uma noção de “positividade do esquecimento”, por exemplo, na literatura proustiana: ele critica o imperialismo da memória-conhecimento. O esquecimento é negativo e inexorável na medida em que a memória da vida é, a cada momento, por ele aniquilada. Há uma positividade que reside na ideia de que o esquecimento se apresenta como condição básica da experiência, da qual a memória se alimentará. O esquecimento antecede e serve de substância aos movimentos descontínuos da memória.<sup>70</sup> Proust traduz esse esquecimento anterior, que se institui como condição necessária ao ato criativo da memória, ao afirmar que:

(...) o ato mais simples permanece enclausurado como em mil recipientes fechados, onde cada um é preenchido por coisas de uma cor, um odor, uma temperatura absolutamente diferentes; sem contar que esses recipientes, dispostos ao longo dos anos durante os quais não cessamos de mudar, ainda que apenas em sonhos ou em pensamento, estão situados em altitudes diversas, e nos dão a sensação de atmosfera singularmente variada.<sup>71</sup>

Dessa forma, entre o esquecimento e a memória percebe-se uma cumplicidade. Eles são inseparáveis em sua estreita relação. Como lembra Jacy Seixas, há para Proust a busca de um equilíbrio, que se exprime como a “infalível proporção entre luz e sombra, entre lembrança e esquecimento, que a memória e a observação conscientes ignorarão sempre”.<sup>72</sup>

Em contraposição ao que se defende nesta pesquisa, importante apresentar as considerações do historiador português Fernando Catroga. Ele se remete à ideia de Marc Augé, de que a “recordação tende a esquecer-se do esquecido que ela mesma constrói”<sup>73</sup> para falar da ameaça da amnésia à memória. Para ele, no mesmo momento em que as recordações procuram referenciar a “realidade”, tenta-

<sup>70</sup> SEIXAS, Jacy Alves de. Comemorar entre memória e esquecimento: reflexões sobre a memória histórica. **História: questão e debates**. Curitiba, v. 1, n. 1, 1980, p. 88.

<sup>71</sup> PROUST, Marcel. **O tempo redescoberto**. São Paulo: Editora Globo, 1992, p. 237. Apud SEIXAS, Jacy Alves de. Os campos (in)elásticos da memória: reflexões sobre a memória histórica. In: **Razões e sentimentos na política**. Brasília, Ed.UnB.

<sup>72</sup> Ibidem.

<sup>73</sup> CATROGA, Fernando. **Memória, História e Historiografia**. Coimbra: Quarteto, 2001, p. 20-23.

se resolver sua dialética espontânea com o esquecimento. Essa característica complexa e dual estaria ligada, para Catroga, à capacidade seletiva da memória, que é “retenção afetiva e quente do passado feita dentro da tensão tridimensional do tempo”.<sup>74</sup>

Jacy Seixas e a proposta desta dissertação pretende criticar exatamente essa noção da memória atrelada a um “conhecimento do passado”, a esse “uso” que a historiografia se sente autorizada a fazer das lembranças, supondo uma relação de exterioridade, supondo que as recordações “referenciem a realidade”. Essa é mais uma relação que a historiografia manteve/mantém com a memória e o esquecimento, atribuindo a ela (memória), novamente um “estatuto de verdade”, o mesmo que tentou/tenta-se atribui à história.

A memória não é a responsável por resolver a problemática da história em relação ao tempo (passado-presente), porque ela não está fixa, presa, a apenas uma temporalidade, como tentou impor a historiografia (a memória não é passado, não é do passado e não representa o passado). Ela está incessantemente vinculada às emoções de quem lembra e, portanto, sua temporalidade flutua sob a ótica da atualização. Essa reflexão sobre a história e as relações que ela mantém com a memória trouxe para os meios de discussão acadêmica uma revisão dos paradigmas da própria disciplina. Segundo Jedlowski,

(...) a memória é aquilo que fornece aos indivíduos o sentido da própria colocação no tempo, interligando o passado, o presente e o futuro numa rede de afetos, de reflexão e de esperança, ainda que sabedores de que, na realidade, o passado não permanece mais idêntico a si mesmo; ao contrário, é incorporado seletivamente e reformulado constantemente, com base nas alterações das exigências da vida.<sup>75</sup>

Essa consideração do Paolo tem relação direta com o que até aqui foi discutido sobre a relação afetiva que o indivíduo mantém com a memória e sobre a memória sofrer uma constante atualização. Ao trabalhar com a memória, a historiografia não deveria pretender articular e transmitir conhecimentos sobre o passado. É possível conhecer a atualização das lembranças, frente às relações que o indivíduo que rememora mantém com estas.

---

<sup>74</sup> Ibidem.

<sup>75</sup> JEDLOWSKI, Paolo. Memória: temas e problemas da sociologia da memória no século XX. **Proposições**, Campinas, v. 1, n. 40, jan/abr., 2003, p.44.

Quando os estudos sobre as memórias se restringiram a notar-lhe a importância apenas em datas comemorativas, empobreceram-se novamente os argumentos. Pierre Nora afirma que se fala tanto de memória atualmente porque ela não existe mais. Que o fato de terem consagrado tantos lugares de memória se deve mesmo ao esquecimento, à ruptura de equilíbrio na qual a sociedade ocidental se encontra:

Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notoriar atas, porque essas operações não são naturais. (...) Se vivêssemos verdadeiramente as lembranças que eles (monumentos) envolvem, eles seriam inúteis.<sup>76</sup>

É uma crítica ao excesso de patrimonialização, ao excesso de lugares de memória – semelhante ao que enfatizou François Hartog -, mas não é uma idealização da memória humana total. Nora discute em seu trabalho a diferença entre memória e história, o que é de extrema importância, pois esta dissertação pressupõe uma visão crítica da historiografia e da sua relação com a memória. Segundo Nora, a história separou-se da memória no momento em que a história da história deixou de ser uma “operação inocente”.<sup>77</sup> Para Pierre Nora, “a memória é um fenômeno sempre atual”.<sup>78</sup> E o que Nora chama de “eterno presente” envolve a atualização.

A crítica do historiador francês vai muito além de pensar sobre o tratamento que a historiografia dá às lembranças. Ele afirma que, se antes a sociedade vivia na opressão de uma história total, oficial, globalizante, no século XX viveu-se sob a imposição dos arquivos, sob a glória dos vestígios. Estocou/estoca-se uma quantidade inimaginável de vestígios - dos quais a sociedade poderia ter necessidade de lembrar. Sacralizaram-se os mínimos sinais e à história atribuíram o dever de lhes dar algum sentido. Um temor do esquecimento assolou o século passado – e ainda este – a ponto de tudo caber nos arquivos, museus, bibliotecas e praças públicas, como também critica Andreas Huyssen. A ameaça da amnésia está

---

<sup>76</sup> NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Tradução de Yara Aun Khoury. In: **Revista Projeto História**. PUC/SP, n. 10, 1993, p. 13.

<sup>77</sup> Ibidem, p. 10.

<sup>78</sup> Ibidem, p. 9.

exposta em grandes instituições organizadoras. Esquecer passou a ser algo não só imprevisto, como inaceitável.

Ao mencionar o aumento do volume dos testemunhos orais, Pierre Nora questiona o método de análise que arbitra as memórias narradas – uma vez que é necessário selecionar o que foi dito - e pergunta: “que vontade de memória elas (as vozes dos sujeitos) testemunham, a dos entrevistados ou a dos entrevistadores?”.<sup>79</sup> A organização, a secreção, a seleção dessas memórias merece ser questionada, criticada pela própria historiografia. Essa “prótese”<sup>80</sup> que a história dá às memórias precisa ser, de alguma forma, melhor analisada. “O fim da história-memória multiplicou as memórias particulares que reclamam sua própria história”.<sup>81</sup> A obrigatoriedade de lembrar ficou cada vez mais impositiva e a psicologia individual ganhou o terreno dos estudos de memória e também da historiografia.

Bergson, Freud, Proust caracterizaram o que se pode chamar de emergência dos estudos das memórias individuais. Seria um novo regime de memória, como afirma Nora? A relação dos indivíduos com o passado mudou através da psicologização da memória e por isso também a relação dos sujeitos com a história? Pierre Nora afirma que,

Se ninguém sabe do que o passado é feito, uma inquieta incerteza transforma tudo em vestígio, indício possível, suspeita de história com a qual contaminamos a inocência das coisas. Nossa percepção do passado é a apropriação veemente daquilo que sabemos não mais nos pertencer.<sup>82</sup>

No mesmo momento em que lembrar torna-se essencial, o “conhecimento do passado” torna-se apenas uma “suspeita”, uma “inquieta incerteza”. A historiografia também se adaptou aos horizontes de expectativas e passou a trabalhar com a descontinuidade.

Tanto a imaginação como a recordação remetem a um objeto ausente. Para o historiador Catroga “o ato de recordar pretende subordinar-se ao princípio da

---

<sup>79</sup> Ibidem, p. 16.

<sup>80</sup> Quando Nora fala em prótese, entende-se que ele tenha se referido à roupagem que a historiografia dá às memórias que analisa, não as apresentando cruas, mas revestidas de um arcabouço teórico e metodológico.

<sup>81</sup> Ibidem, p. 17.

<sup>82</sup> Ibidem, p. 20.

realidade”,<sup>83</sup> ou seja, a memória estaria, mais uma vez, atrelada a argumentos que propusessem a garantia da fidelidade do narrado, ao verídico, o que se pretende criticar. No entanto, na mesma obra Catroga diz que a imaginação artística<sup>84</sup> envolve uma potência criadora, da subjetividade, portanto, desfaz os laços com a realidade, ao invés de subordinar-se a ela.<sup>85</sup>

Ora, se ele admite que imaginação e recordação se interpenetram e que a imaginação é uma potência criadora, como pode a memória estar atrelada à realidade, como ele mesmo afirmou anteriormente? Essa aparente incoerência no texto de Fernando Catroga é fruto desse “uso” desmesurado, pode-se dizer, da memória como um subproduto da análise histórica, de uma memória “historicizada”, como afirma Nora. Já não se consegue atribuir à recordação as características da imaginação juntamente com a expectativa de “conhecimento do passado” sem cair numa contradição. Catroga afirma ainda que “se a historiografia reivindica a exatidão das suas leituras, a memória limitar-se-á ao verossímil, pois a sua retrospectiva não põe entre parêntesis as paixões, emoções e afetos do sujeito evocador”.<sup>86</sup> Mais um exemplo de que Catroga não sabe se determina memória como conhecimento do passado – “subordinado ao princípio da realidade” – ou se ele põe história e recordação em lados opostos, mas sempre atribuindo à história a “exatidão”, comum no ideal de “história científica”.

Nos últimos anos, a historiografia procurou abrir espaço justamente para as emoções e afetos que a memória mobiliza. No livro *Memória e sociedade: lembranças de velhos*, Ecléa Bosi registra não só a memória pessoal, social, familiar e grupal dos “recordadores”, como também as emoções que afloravam no esforço de recordação, suas escolhas, seus pensamentos, os seus silêncios. O compromisso dela com os entrevistados era afetivo, envolvia confiança. Seu trabalho baseia-se principalmente na fenomenologia da lembrança desenvolvida por

---

<sup>83</sup> Ibidem, p. 22.

<sup>84</sup> Ele diferencia a imaginação artística da imaginação histórica e da imaginação memorial (?), conceitos apresentados por Robin G. Collingwood em 1935. A imaginação histórica e memorial interrogariam indícios e traços do passado através de imagens, pressupondo um compromisso com o verídico. Já a imaginação artística estaria isenta desse compromisso, mesmo que ela se utilizasse de traços do passado, de evidências historicamente comprováveis. Não dá pra entender claramente essa diferenciação proposta por Catroga, já que parece estranho subordinar a imaginação ao que seria “traços do passado” e menos ainda compreender a imaginação com um compromisso com o verídico.

<sup>85</sup> ISER, Wolfgang. **O fictício e o imaginário**: perspectivas de uma antropologia literária. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 1996.

<sup>86</sup> CATROGA, Op. cit., p. 39.

Henri Bergson. Ao evocar as imagens do passado, Bergson percebe que estão mediadas pela imagem sempre presente do corpo.<sup>87</sup> O ambiente corporal, atual, vai interagir com a percepção e com a ação. A abertura político-afetiva da memória, a que se deseja dar ênfase, não tem repercussão apenas na voz, na narrativa, mas em toda a memória que o corpo carrega.

Quando a memória amadurece e se extravasa lúcida, é através de um corpo alquebrado: dedos trêmulos, espinha torta, coração acelerado, dentes falhos, urina solta, a cegueira, a ânsia, a surdez, as cicatrizes, a íris apagada, as lágrimas incoercíveis.<sup>88</sup>

Ecléa Bosi chama a atenção para o fato de que, para Bergson, a memória é uma força espiritual prévia, que se opõe à substância material, seu limite e obstáculo. A matéria seria a única fronteira que o espírito pode conhecer, responsável pelo esquecimento e pelo bloqueio do curso da memória. Bergson apresentou a oposição entre matéria e memória,<sup>89</sup> mas não adentrou com profundidade o tema da memória como um fenômeno social. Enquanto Halbwachs, sociólogo já citado, procurou centrar seus estudos nos quadros sociais de memória, ao perseguir a realidade interpessoal das instituições sociais.

A apresentação desses dois teóricos da memória, feita aqui com o auxílio dos estudos de Bosi, objetiva mostrar um pouco mais sobre a relação que a historiografia mantém com a memória. Bosi se valeu dos estudos de um filósofo e um sociólogo em sua práxis historiográfica. Essa discussão interdisciplinar sobre a memória também ganhou maior análise nas pesquisas desenvolvidas por Jacy Seixas. Ao comparar os estudos de Bergson e Proust, a historiadora adentra os conceitos de memória voluntária e involuntária – ou “espontânea”, para Bergson – e afirma que para os dois autores a memória voluntária seria superficial, já que está muito atrelada ao hábito. Embora ela apresente as divergências que cabem nos argumentos deles, percebe-se que ambos categorizam a memória voluntária como “superficial”.

A memória involuntária estaria atrelada ao despertar, a partir de circunstâncias diferenciadas. Não pressuporia a evocação, mas sim espontaneidade

---

<sup>87</sup> BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: lembrança de velhos. São Paulo: T.A. Queiroz, 1979, p. 44.

<sup>88</sup> Ibidem, p. 39.

<sup>89</sup> BERGSON, Henri. **Matéria e Memória**. Tradução de Paulo Neves. São Paulo: WMF Martins Fontes, 4ª Ed., 2011.

para emergir. No entanto, Jacy explica que, se para Bergson as memórias voluntária e involuntária caminham lado a lado e comumente se apoiam, para Proust elas seriam antagônicas em procedimento. Mas tanto para um como para o outro a memória involuntária permite que sentimentos ambíguos aflorem.

A história optou em trabalhar maciçamente com a memória voluntária. No contexto de crítica desta pesquisa, Jacy pergunta: “Mas o que, essencialmente, a memória voluntária perde? Toda a dimensão afetiva e descontínua da vida e das ações dos homens”.<sup>90</sup> No capítulo três, as obras de Machado de Assis entrarão nessa discussão, demonstrando como o romance pode auxiliar a reflexão sobre a escolha do historiador por uma memória voluntária e como a historiografia equivocou-se ao atribuir à memória métodos da própria disciplina.

Todo o tempo, a historiografia propõe, cria, entremeia diálogos interdisciplinares quando o estudo é sobre a memória, a lembrança e o esquecimento. Enquanto Bergson irá direcionar os seus estudos para o mundo do indivíduo, Maurice Halbwachs irá defender que a memória do indivíduo depende das suas relações familiares, por exemplo. As duas análises se complementam, ao invés de se anularem, e hoje a historiografia volta-se tanto para o lado do indivíduo como para as relações sociais. Como lembra Jacy Seixas, é justamente a “dimensão afetiva e descontínua relegada pela memória voluntária” o que a historiografia recente tem buscado, através do “estudo dos mitos, das utopias, das sensibilidades e das paixões políticas”.<sup>91</sup> O caminho feito até aqui demonstra o quanto a dimensão político-afetiva das memórias está sendo mais estudada pela historiografia.

### 1.2.1. O PAPEL DO HISTORIADOR E SUA RELAÇÃO COM A MEMÓRIA

É importante o desenvolvimento deste subtítulo porque, ao tentar compreender o processo de escrita histórica e suas relações com a memória, não se pode esquecer os profissionais que produzem os textos historiográficos, já que são eles que atribuem (talvez de forma equivocada) à memória o status de subsídio inerente à história. O historiador Peter Gay, ao realizar um estudo sobre os estilos de quatro outros historiadores clássicos – Gibbon, Macaulay, Ranke e Burckhardt –,

---

<sup>90</sup> SEIXAS, Jacy. *Os campos (in)elásticos da memória: reflexões sobre a memória histórica*. \_\_\_\_\_. (Org.). In: **Razões e sentimentos na política**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 2002, p. 74.

<sup>91</sup> Ibidem, p. 75.



apresentou algumas questões sobre a natureza do próprio conhecimento histórico: “seria ciência ou arte, verdade ou ficção?”, utilizando-se de um conceito de ficção que a aproxima da mentira e não da criação, do procedimento narrativo, como propõe esta pesquisa. Ou seja, Peter Gay, mesmo tendo quisto relativizar a “verdade” em história e tendo concluído sobre a “natureza dual” da história, que seria ciência e arte simultaneamente,<sup>92</sup> fez uma possível confusão em torno do termo “ficção”.

Esse diálogo com Gay está sendo proposto para ressaltar que o ofício do historiador há tempos é questionado e que, igualmente há tempos o conceito de ficção esteve atrelado à invenção, exclusivo da arte, onde se permitia a “liberdade imaginativa e criadora”. Mesmo que Peter Gay tenha ressaltado a importância da personalidade do historiador como sujeito histórico, a personalidade dos seus discursos, ele demonstra que os profissionais estavam/estão ligados, “subordinados”, ao método historiográfico.

Não se trata de dizer que a história e a arte em nada se diferenciam. O que se pretende abordar é que, durante algum tempo, houve pouco aprofundamento no que concerne às diferenças entre o que faz o historiador e o romancista. Essa falta de aprofundamento pode ter causado o uso impróprio do termo “ficção”, “imaginação” e “criação” na historiografia, principalmente quando se trata de trabalhos com/de memória. Peter Gay faz algumas considerações sobre o ofício do historiador e afirma que:

Ele (o historiador) é um escritor profissional e um leitor profissional. Como escritor, sofre a pressão de se tornar estilista mantendo-se cientista; cabe-lhe proporcionar prazer sem comprometer a verdade. (...) Como leitor, ele preza a qualidade literária, absorve fatos e interpretações, explora as palavras diante de si em busca de verdades atuantes sob a superfície.<sup>93</sup>

Mais uma vez, vê-se a história atrelada a um ideal de ciência, vê-se a historiografia propondo uma “verdade”. Para Peter Gay, era importante que a historiografia se aproximasse do historiador e da sua relação com a pesquisa, que ela se aproximasse das suas limitações com o trabalho, das “verdades que ele, em sua

---

<sup>92</sup> GAY, Peter. **O estilo na história**: Gibbon, Ranke, Macaulay, Burckhardt. Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 21-29.

<sup>93</sup> Ibidem, p. 18.

singularidade, é capaz de captar”,<sup>94</sup> ou seja, Peter Gay pensou o ofício do historiador dentro daquele limite já questionado linhas acima. A proposta desta pesquisa é ampliar, além de questionar, essas barreiras colocadas por alguns com relação à delimitação do ofício em história.

Jacques Le Goff afirma que a reivindicação de um caráter de arte para a história, feita, por exemplo, por Georges Duby, não a coloca estritamente como uma obra de arte, mas como um gênero literário no qual o discurso deve ser bom, mas que contém as suas especificidades.<sup>95</sup> Nesta passagem, Le Goff não está admitindo que a composição da história e do romance se aproximam muito em caráter de reconstituição do ‘real’, ele está, como fez Peter Gay, estabelecendo limites para o discurso historiográfico, de preferência que o distancie da arte e o aproxime do caráter científico.

Com as considerações feitas até aqui, é possível observar que sujeito, espaço, confiabilidade e temporalidade anunciam o tripé de análise da relação que a história mantém com a memória. No capítulo que sucederá a este, ao se aprofundar nos estudos de memória, especificamente nas obras *Memórias póstumas de Brás Cubas* e *Dom Casmurro*, de Machado de Assis, será possível compreender melhor o porquê da proposta desse diálogo. Ao invés de centralizar a análise nas passagens históricas do Rio de Janeiro do século XIX (o que fizeram muitos estudiosos das obras machadianas), procurar-se-á compreender as formas empregadas por Machado para trabalhar a memória, ressaltando alguns aspectos semelhantes aos que até aqui foram trazidos nessa releitura da relação entre a historiografia e a memória.

A dissimulação da transitividade do tempo, os aspectos da recordação do narrador, a necessidade da lembrança, a morte como esquecimento, a ilusão do distanciamento do narrador e do protagonista e a aparente onisciência desse afastamento, semelhante ao que pretende o historiador, ganharão maior espaço para análise. Com a convicção de que para que haja diálogo não é necessário que se apresente apenas o conflito, a análise historiográfica empreendida neste primeiro capítulo possibilitará apresentação de ideias semelhantes e diferentes entre Machado e a historiografia.

---

<sup>94</sup> Ibidem, p. 23.

<sup>95</sup> LE GOFF, Op. cit., p. 37-38.

## CAPÍTULO 2 – NARRATIVA E MEMÓRIA EM MACHADO DE ASSIS

*“Cada conto, como de resto cada romance de Machado é um caso teórico, ou seja: contém, um pouco implícita, um tanto explicitamente, a teoria que o organiza e funda”.<sup>96</sup>*

### 2.1. SOBRE O QUE NÃO É

O objetivo deste capítulo é apresentar os estudos feitos sobre as obras *Memórias póstumas de Brás Cubas* e *Dom Casmurro* no âmbito das memórias. Essa releitura crítica possibilitará o diálogo entre essas obras e as relações que a historiografia mantém com a memória, de acordo com o que já foi abordado no capítulo anterior.

Vasta é a bibliografia de estudos sobre as obras machadianas, com foco em muitos aspectos da narrativa do romancista. Neste capítulo, a problematização focalizará na relação que a narrativa machadiana manteve com as memórias dos personagens e na forma empregada por Machado de Assis para a composição dos romances de memória. Com isso, será possível compreender que os estudos sobre as memórias não estiveram restritos às chamadas Ciências Sociais e que eles alcançaram grande projeção na análise crítica da literatura de Machado de Assis (que também não teve suas obras analisadas somente pelos olhos dos defensores de que elas estariam vinculadas a uma representação social realista do século XIX). Existem muitos estudos sobre a relação direta da narrativa de Machado de Assis com a história ou com a filosofia da história do século XIX, sobre as críticas sociais que Machado possa ter quisto realizar ou sobre Machado como historiador.

Pode-se compreender que, com a pretensão de refletir sobre os romances na perspectiva da história social, Sidney Chalhoub e Leonardo Pereira<sup>97</sup> assumiram a ideia de historicizar o romance, o conto, a poesia ou a crônica ao inserirem-nos no movimento da sociedade, ao analisarem suas redes de interlocução social, ao esmiuçarem não a autonomia deles em relação à sociedade, mas sim as suas formas de construírem e representarem o que eles entendem por “realidade” social.

---

<sup>96</sup> BERNARDO, Gustavo. **O problema do realismo de Machado de Assis**. Rio de Janeiro: Rocco, 2011, p. 66.

<sup>97</sup> CHALHOUB, Sidney; PEREIRA, Leonardo A. de Miranda (Orgs.). **A História Contada: Capítulos de História Social da Literatura Brasileira**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

A proposta dos autores é que a obra literária seria uma evidência histórica objetivamente determinada, situada no processo histórico, e que precisaria, portanto, ser interrogada a partir de suas propriedades específicas. O intuito dos autores não seria o de reduzir os romances a um único objetivo - histórico -, mas de ampliar o horizonte de análise dos textos literários, a fim de que eles pudessem também ser questionados como uma produção sócio-histórica. Sidney e Leonardo organizaram um livro que busca apresentar a lógica social da produção dos textos, e compilaram artigos de intelectuais como John Gledson. Em *Machado de Assis: Ficção e História*, Gledson defende que história e ficção – exaltando, de alguma forma, o que eles compreendem como as “diferenças” entre elas – caminhavam juntas nas obras de Machado, e que o escritor brasileiro pode ter tido importante papel na representação da sociedade carioca da segunda metade do século XIX.

Roberto Schwarz, em seu livro *Ao vencedor as batatas*, afirma que nos romances *A mão e a luva*, *Helena* e *Iaiá Garcia*, de Machado de Assis, o tema central das obras giraria em torno da desigualdade social: “as heroínas são moças nascidas abaixo do seu merecimento, e tocará às famílias abastadas elevá-las, reparando o ‘equívoco’ da natureza.”.<sup>98</sup> Schwarz também procura ressaltar as características sócio-históricas das produções machadianas, como se Machado tivesse a pretensão de expor alguma teoria sobre o Brasil. Segundo Enylton Rego, apesar dos esforços que alguns críticos empreenderam para documentar o realismo nas obras de Machado, elas “continuavam a resistir a uma abordagem puramente mimética”.<sup>99</sup> Apesar de Enylton discordar da ideia de um Machado de Assis realista, ele afirma que a obra do Roberto Schwarz teria sido a mais inovadora dentro dessa perspectiva crítica (realista):

Apesar do ponto de vista marxista adotado e desenvolvido por Schwarz, seu trabalho aponta na obra de Machado uma característica bastante pertinente (...). O ecletismo de Machado “registra” a “salada intelectual” que caracterizaria a produção ideológica – e artística – no Brasil. (...) Este ecletismo é julgado como algo inovador e positivo na literatura brasileira.<sup>100</sup>

---

<sup>98</sup> SCHWARZ, Roberto. **Ao vencedor as batatas**. São Paulo: Duas cidades, 1992, p. 66.

<sup>99</sup> REGO, Enylton José de Sá. **Machado de Assis: a Sátira Menipeia e a tradição Luciânica**. Brasília: UnB-BCE, 1986, p. 15.

<sup>100</sup> Ibidem, p. 15-16.

No artigo *Machado de Assis, Historiador*<sup>101</sup>, Jefferson Cano procurou analisar o que Capistrano de Abreu chamou de “intenção latente” das *Memórias póstumas de Brás Cubas*, com a finalidade de interpretar os possíveis aspectos históricos naquele romance. Para Cano não é possível pensar *Memórias póstumas* apenas como uma alegoria da história do Brasil, mas também como um amplo diálogo com toda a historiografia brasileira da época. Jefferson aborda igualmente a questão da identidade nacional em *Brás Cubas* e relaciona o romance com a historiografia brasileira da época. Para ele Machado apresentava sua discordância com a historiografia positivista. Ele afirma ainda que Machado defenderia um hiato entre o fato histórico e a narrativa literária.

As leituras críticas apresentadas até aqui servem para compreender melhor alguns estudos feitos sobre os romances de Machado. No entanto, esta dissertação procura centralizar os argumentos no diálogo entre a historiografia (e sua relação com a memória) e os estudos sobre as obras de Machado de Assis, no âmbito da criação das memórias dos personagens. Não se pretende, com isso, a separação entre a forma e o conteúdo, mas sim um estudo mais aprofundado sobre a relação que a narrativa mantém com a memória também em Machado.

## 2.2. “A REALIDADE É BOA, O REALISMO É QUE NÃO SERVE PARA NADA”

O livro *Memórias póstumas de Brás Cubas* foi publicado em 1881 e considerado por intelectuais como Enylton Rego a principal produção de Machado de Assis.<sup>102</sup> As obras do escritor acabaram sendo divididas em duas fases (pode-se dizer que o próprio Enylton corroborou com essa divisão, pois, no lugar de problematizá-lo, repete o adjetivo reiteradas vezes em sua tese).<sup>103</sup> No entanto, se *Memórias póstumas* – bem como *Dom Casmurro* – aparece aqui como ponto de

---

<sup>101</sup> CANO, Jefferson. *Machado de Assis, historiador*. In: CHALHOUB, Sidney; PEREIRA, Leonardo A. de Miranda (Orgs.). Op. cit., p. 35-65.

<sup>102</sup> REGO, Enylton. Op. cit., p. 4-5.

<sup>103</sup> Atualmente não se fala mais em “fases” da literatura machadiana. Desde que o crítico José Veríssimo propôs a separação da obra de Machado em duas fases, uma romântica e outra realista, a maioria dos críticos brasileiros tem seguido essa tendência. No entanto, Gustavo Bernardo diz que “esta divisão, que mostra um Machado algo esquizofrênico e inverossímil, reflete bem a querela entre o romantismo e o realismo: como o realismo supostamente evoluiu a partir do romantismo, então o realismo é melhor; como os romances da chamada segunda fase de Machado de Assis são realistas, então eles são melhores do que os da primeira fase. Essa querela é falsa”. In: BERNARDO, Gustavo. **O problema do realismo de Machado de Assis**. Rio de Janeiro: Rocco, 2011, p. 18.

partida para as reflexões sobre a relação que a historiografia mantém com a memória, não é pelo status de ser a “divisora de águas”, mas sim pela capacidade que teve Machado de Assis de tornar as memórias do personagem uma quebra de paradigma, por despertar no leitor a consciência de que “a representação do real é sempre fragmentária e parcial”.<sup>104</sup>

No ano em que foi lançada a obra que surgiu da compilação dos folhetins escritos para a Revista Brasileira entre março e dezembro de 1880, um enigma se fez para os esquemas interpretativos da época. Machado fora questionado por Capistrano de Abreu com a pergunta que ele fez em resenha de sua autoria, publicada na Gazeta de Notícias em 1881: “*Memórias póstumas de Brás Cubas* serão um romance?”. Capistrano continuou a resenha com a seguinte interpretação:

O romance aqui é simples acidente. O que é fundamental e orgânico é a descrição dos costumes, a filosofia social que está implícita. (...) Segundo esta filosofia, nada existe de absoluto. O bem não existe; o mal não existe; a virtude é uma burla; o vício é um palavrão. (...) Filosofia triste, não é? O autor é o primeiro a reconhecê-lo, e por isso põe-na nas elucubrações de um defunto, que nada tendo a perder, nada tendo a ganhar, pode despejar até às fezes tudo quanto se contém nas suas recordações.<sup>105</sup>

A citação longa é necessária porque ajuda a compreender as tentativas de enquadramento das obras de Machado de Assis. Capistrano, por exemplo, identifica na obra uma filosofia que está implícita.

Essas interpretações são importantes para que se perceba a característica controversa e singular da obra. Essa singularidade, que passou a receber o adjetivo de “machadiana”, foi o que provavelmente fomentou estudos mais cuidadosos, principalmente sobre as obras *Memórias póstumas* e *Dom Casmurro*. No entanto, a resposta de Machado de Assis à querela de Capistrano está no prólogo da 3ª edição do livro: “respondia já o defunto Brás Cubas que sim e que não, que era romance para uns e não o era para outros”.<sup>106</sup>

A controvérsia sobre a obra refere-se a sua singularidade, que vários especialistas assumem tentando, com isso, reafirmar a sua “representação realista”. Este capítulo problematiza essa ideia de que as obras de Machado estariam, de

<sup>104</sup> BERNARDO. Op. cit., p, 71.

<sup>105</sup> ABREU, Capistrano. Apud FACIOLI, Valentim. **Um defunto estrambótico**: análise e interpretação das *Memórias póstumas de Brás Cubas*. São Paulo: EDUSP, 2008, p. 62.

<sup>106</sup> ASSIS, Machado de. **Memórias Póstumas de Brás Cubas**. São Paulo: Abril, 2010, p. 17.

alguma forma, vinculadas à realidade social do Rio de Janeiro no século XIX já que, mais adiante, será apresentado argumento que mostra o contrário: Machado seria avesso ao próprio “realismo”. A escolha de se trabalhar com essa quebra de paradigmas quanto aos romances machadianos vão ao encontro da problematização sobre a relação que a historiografia manteve/mantém com a memória. Assim como se questiona o “atributo de verdade” concedido à memória pela historiografia, pretende-se questionar neste capítulo a aproximação dos romances de Machado com a realidade sociopolítica brasileira. A narrativa nos romances se relacionará com a memória dos personagens abrangendo todo o potencial criativo que lhe cabe (à memória).

Gustavo Bernardo questiona o conceito de realismo e a afirmação de que Machado teria sido seu fundador. A tese de Bernardo servirá como auxílio para a análise das memórias em Machado, bem como para justificar o subtítulo anterior, no qual se afirma que esta dissertação não objetiva inserir Machado na “série histórica de sua época”.<sup>107</sup> Mais do que defender a tese de que Machado de Assis não é realista, Bernardo demonstra que o escritor brasileiro é ainda o adversário mais veemente e mais qualificado do realismo em qualquer época.<sup>108</sup> Antes de adentrar a oposição de Machado ao “realismo”, Gustavo Bernardo faz uma releitura dos trabalhos que defendem que as produções de Machado teriam pertencido ao “realismo”. A controvérsia que ele apresenta é a de que, para que se enquadrasse Machado num suposto realismo e o diferenciasse dos demais escritores de sua época (já que *Memórias póstumas* e *O Mulato*, de Aluísio Azevedo, não têm absolutamente nada em comum), adjetivou-se essa modalidade artística de diferentes formas.

Um desses adjetivos foi o que ficou conhecido como realismo de “sondagem moral”, de acordo com a leitura que Bernardo fez das reflexões de Alfredo Bosi sobre as obras machadianas. Tem-se também o realismo “enganoso”, como propôs John Gledson; o realismo “fenomenológico”, como defendeu Patrick Pessoa; o “microrrealismo psicológico”, de Eugenio Gomes; o realismo “exterior”, defendido por Massaud Moisés; o realismo “autoral”, explicitado por Sérgio Rouanet; o realismo “superior”, de Nelson Coutinho, dentre outros.<sup>109</sup>

---

<sup>107</sup> BERNARDO, Gustavo. Op. cit., p. 63.

<sup>108</sup> Ibidem, p. 13.

<sup>109</sup> Ibidem, p. 32-47.

Em estudo aprofundado sobre esses autores, Gustavo Bernardo concluiu que os adjetivos que reforçariam o “realismo”, acabaram por enfraquecê-lo, pois esses críticos que consideraram Machado de Assis um escritor realista tiveram que subverter o “realismo”, tiveram que criar um “novo tipo” no qual se encaixariam as obras machadianas. O próprio nome “realismo” talvez carregue muitos equívocos, por isso a necessidade de criar novas expressões, como “realismo fantástico”: “para driblar o vazio, como se o adjetivo pudesse cobrir o equívoco do nome”.<sup>110</sup> Machado de Assis não era realista, nem romântico, desde o seu primeiro conto. *Helena e Iaiá Garcia* já marcam, segundo Alex Martins, uma crítica irônica às convenções do romantismo.<sup>111</sup>

Essas considerações permitem inferir que a característica memorialística das obras de Machado não estava vinculada (segundo a leitura aqui proposta) à necessidade de aproximação do romance com a “realidade”. Isso oferece subsídio para compreender que as lembranças dos personagens se aproximavam mais dos aspectos emocionais da rememoração do que de um pretenso conhecimento do passado dos narradores. Aliás, Machado, através da condução da narrativa dos personagens (como se verá adiante), observa que a realidade é algo inalcançável, imprevisível, que a pretensão de narrá-la poderia ser considerado um equívoco.

O personagem Brás Cubas tinha as características de um homem sem muitos escrúpulos e nenhum interesse político. Quanto a isso, Gustavo Bernardo afirma que o crítico Abel Baptista chama a atenção para a ideia de que as narrativas de Machado remeteriam a homens que salientam a ruína da interpretação. As narrativas machadianas afirmariam também que o sentido da ação humana não é dado, não é decifrável, tampouco transmissível.<sup>112</sup> Já segundo José Raimundo Maia Neto, essas características da personalidade de Brás Cubas estariam ligadas ao “ceticismo machadiano”. Ceticismo que se opõe ao positivismo de Comte e ao evolucionismo social de Spencer. Segundo Maia Neto, todos os seus personagens seriam céticos também em relação à religião e à filosofia da época.<sup>113</sup>

---

<sup>110</sup> LIMA, Luiz Costa. *A metamorfose do silêncio*: análise do discurso literário. Rio de Janeiro: Eldorado, 1974, p. 28. Apud BERNARDO, Gustavo. Op. cit., p. 49.

<sup>111</sup> MARTINS, Alex Lara. **O ceticismo aporético nas Memórias póstumas de Brás Cubas de Machado de Assis**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, p. 36.

<sup>112</sup> BAPTISTA, Abel Barros. *A formação do nome*: duas interrogações sobre Machado de Assis. Campinas: Ed. UNICAMP, 2003, p. 231. Apud BERNARDO, Gustavo. Op. cit., p. 66.

<sup>113</sup> NETO, José Raimundo Maia. *Machado de Assis: ceticismo e literatura*. In: BERNARDO, Gustavo (Org.). **Literatura e ceticismo**. São Paulo: Annablume, 2005, p. 14.



Para Gustavo Bernardo, enquadrar Machado no “realismo” seria justamente negar esse ceticismo: “Reage-se ao ceticismo de Machado ‘colando’ nele a pecha de realista para, desse modo, neutralizar-se exatamente o ceticismo”.<sup>114</sup> Machado de Assis apresenta também um pensamento cético quanto o alcance tanto de uma objetividade completa quanto de toda a expressão da verdade.<sup>115</sup> Para Marta de Senna, os narradores de Machado – e também os de Sterne – podem ter tido o propósito de despertar nos leitores a consciência de que a realidade seria sempre fragmentária e parcial.<sup>116</sup>

Nos romances de Machado, a “realidade” dos personagens estaria vinculada à imaginação e à seletividade dos seus narradores. Ela seria intangível. Em estudo sobre a narrativa “realística” (o que não pretendia Machado), Enylton afirma que, para o escritor carioca, a narrativa continha um aspecto referencial (que pode ou não ser “verdadeiro”) e um aspecto formal, no qual o valor simbólico depende, sobretudo, da imaginação na organização da narrativa.<sup>117</sup> Aliás, segundo Enylton, Machado identificava na história essa característica simbólica – uma vez que ela seria essencialmente narrativa. Ao afirmar a importância desse valor simbólico para Machado, Enylton sugere uma discussão interessante, na qual afirma que Machado acreditava que a história, para ser representativa, não precisava necessariamente fiar-se aos fatos, mas “dar (à sua narrativa) uma nova organização formal que tivesse um novo valor simbólico”.<sup>118</sup>

Enylton também reafirma que Machado era um cético em relação à história. Esse ceticismo estava também vinculado à crítica da ideia de progresso. No capítulo intitulado “O delírio”, de *Memórias póstumas*, Brás Cubas exemplifica isso atribuindo à passagem do tempo uma repetição da condição miserável humana: “as gerações não estão umas sobre os ombros das antecessoras, apenas se sucedem”,<sup>119</sup> lembra Daniel Faria em artigo no qual afirma que, no delírio de Brás Cubas, a história seria uma sequência de acontecimentos e não de transformações. Esse ceticismo estaria

---

<sup>114</sup> BERNARDO, Gustavo. Op. cit., p. 21.

<sup>115</sup> Ibidem, p. 69. Ao defender a ideia de que Machado não era um autor realista, Bernardo dialoga com Luiz Costa Lima e com Roberto Schwarz.

<sup>116</sup> SENNA, Marta de. *Dos benefícios de um piparote*. In: **Revista Tempo Brasileiro**, n. 133-134, abr.-dez. 1998. Apud BERNARDO, Gustavo. Op. cit., p. 71.

<sup>117</sup> REGO, Enylton. Op. cit., p. 158-159.

<sup>118</sup> Ibidem, p. 160.

<sup>119</sup> FARIA, Daniel. *Memórias póstumas de Camões: ou o anacronismo em três tempos*. **Artcultura**, Uberlândia, V. 10, n. 17, p. 57-72, jul.-dez., 2008, p. 70-71.

representado, segundo Enylton e Daniel, pelo emprego da ironia, ao “criticar” não só a história do século XIX, como também a dinâmica da rememoração.

Os romances machadianos não tem função de delimitar uma “realidade” para que a história possa deles absorver alguns fatos. Pelo contrário, Machado de Assis subverte a lógica de aproximação da “realidade” e propõe que a imaginação faça parte de todo procedimento narrativo. Em diálogo que está sendo empreendido com a historiografia e a sua relação com a memória isso é de grande importância, pois o romance confere o caráter imaginativo à recordação, que pode ter sido negligenciado pela narrativa histórica na análise das lembranças.

### 2.3. MACHADO DE ASSIS E A TRADIÇÃO LUCIÂNICA

Nos estudos sobre as narrativas memoriais das obras de Machado de Assis, Enylton Rego aproximou seus textos à tradição luciânica, conhecida como sátira menipeia há mais de vinte séculos. Rego afirma que Machado teria conhecimento não só dos textos de Luciano de Samosata como de outros autores que também teriam baseado suas obras nessa tradição literária. Segundo Enylton, é precisamente em *Memórias póstumas* que o autor passa a utilizar as características mais conhecidas da sátira menipeia.

Com ênfase nos estudos de Mikhail Bakhtin e José Guilherme Merquior, Rego apresenta uma lista de cinco características da obra de Machado que fariam alusão ao Lucianismo: ausência de distanciamento, mistura do sério e do cômico, liberdade do texto em relação à verossimilhança, frequente representação literária de estados psíquicos aberrantes e o uso de gêneros intercalados.<sup>120</sup> É uma redução, como explica Rego, das catorze características principais da sátira menipeia apresentadas por Bakhtin. Desde a década de setenta do século XX, segundo Enylton, alguns críticos literários compararam a literatura de Machado a essa tradição literária clássica. O esforço de Rego em aproximar *Memórias póstumas* e *Dom Casmurro* dos escritos de Luciano de Samosata rendeu um trabalho minucioso e profundo sobre as possíveis influências das leituras feitas por Machado na composição das memórias e na construção dos personagens.

---

<sup>120</sup> REGO, Enylton. Op. cit., p. 17.

Outra aproximação recorrente nos estudos sobre as obras de Machado é com Laurence Sterne, em *Tristram Shandy*. O próprio Machado de Assis reconheceu essa influência. No entanto, Brás Cubas, diferentemente de Shandy, tentou relatar e rememorar os principais eventos da sua vida.<sup>121</sup> Essas aproximações dos textos de Machado com o de outros escritores estão geralmente vinculadas ao caráter sério-cômico de suas obras, à melancolia, à ironia, ao paradoxo, dentre outros pontos comuns. O aspecto sério-cômico da obra está vinculado, segundo Enylton Rego, ao ponto de vista do *Kataskopos*, ligado à tradição luciânica: ao mesmo tempo em que pressupõe a distância, tem uma visão de mundo ambígua, que pode ser rotulada de “pessimista”, mas que permite ao mesmo tempo uma leitura “séria” e uma leitura “cômica”.<sup>122</sup> Considerar a obra de Machado pessimista poderia ser o mesmo que reduzi-la, rotulá-la de acordo com uma visão simplista.

A tradição literária menipeia caracteriza-se pelo estilo fragmentário, descontínuo e não discursivo, conforme explica Enylton. Ao dialogar com Gustavo Corção, Enylton ressalta também o humorismo de Machado, ligado a esse espírito sério-cômico luciânico de tratar as coisas que seriam consideradas graves com alguma leveza e as comumente consideradas leves com gravidade. Ao discorrer sobre a relação da sátira menipeia com os textos de Machado, Enylton não objetiva reduzir as produções deste à imitação dos textos que pertenceram à sua biblioteca. Pelo contrário, procura demonstrar que Machado sugeriu aos escritores brasileiros uma inserção nas tradições literárias universais e que, diante das referências clássicas, a inovação teria grande valor.

Sobre a aproximação entre Machado, Laurence Stern e a sátira menipeia, Enylton ressalta que o próprio Machado tinha uma opinião a respeito dessa relação entre o escritor e a tradição literária que o precedesse. Machado, segundo Rego, teria refletido sobre o “problema” da originalidade do bom escritor e sobre a imitação aos clássicos.<sup>123</sup> Enylton destaca que Machado teria compartilhado ideias alheias e dado a elas um “tempero” original. Já Gustavo Bernardo evidencia a ideia de Silviano Santiago, na qual Machado de Assis seria um escritor da “literatura de

---

<sup>121</sup> NETO, José. Op. cit., p. 15.

<sup>122</sup> REGO, Enylton. Op. cit., p. 119.

<sup>123</sup> Ibidem, p. 113.

exaustão”. Com isso Santiago quer dizer que Machado teria conhecimento de uma “biblioteca na qual tudo já teria sido escrito”.<sup>124</sup>

## 2.4. NARRATIVA E MEMÓRIA NOS ROMANCES

É possível começar esse subcapítulo com uma importante citação de um trecho do livro *O circuito das memórias*, de Juracy Assmann: “Narrar não é, para Brás Cubas, reproduzir fielmente a vida, mas pôr em ação regras que concretizem o relato, de modo a dimensionar uma ilusão de vida”.<sup>125</sup> A partir da reflexão da autora, apresenta-se uma pequena introdução a esta etapa, pois Assmann também reafirma que Machado não era um escritor “realista”. Além disso, ela se refere à narração da vida, pelos narradores machadianos, como uma ilusão.<sup>126</sup> José Paulo Paes, ao analisar a dinâmica do distanciamento em *Memórias póstumas*, afirma que essa distancia seria uma forma encontrada por Brás Cubas para pôr em relevo uma alteridade em relação a si mesmo. Brás Cubas inculcaria no leitor, segundo Paes, a ideia de que o morto se sobrepõe ao vivo, de que avaliar a vida é mais importante do que “simplesmente fruí-la”.<sup>127</sup>

Paes analisa a obra a partir do alter ego do protagonista e diz que a consciência póstuma de Brás Cubas acaba fabricando uma ética do egoísmo. O vivo que faz o caminho da existência até o fim para depois voltar a percorrê-lo morto; o narrador protagonista e o protagonista que é narrador, para José Paulo Paes, caracterizam o “domínio especular de Narciso”.<sup>128</sup> Segundo Paes, esse narcisismo pode ser exemplificado pelo reflexo do espelho, que se confundiria com o “domínio do real”. Brás Cubas apresentaria ao leitor a ilusão do ego no ato da rememoração. Paes diz ainda que a “forma livre de um Sterne”, aparentemente aberta, fechou-se numa ilusão de ótica, na qual Machado teria a intenção de fazer com que o leitor conhecesse a si mesmo e o “legado da nossa miséria”.<sup>129</sup>

---

<sup>124</sup> SANTIAGO, Silviano. *Toda a memória do mundo*. In: **Revista Tempo Brasileiro**, nº 133-134, abr.-set., 1998, p. 123. Apud. BERNARDO, Gustavo. Op. cit., p. 71-72.

<sup>125</sup> ASSMANN, Juracy. Op. cit., p. 42.

<sup>126</sup> Engano dos sentidos ou do espírito. Faz tomar a aparência pela realidade. In: **Dicionário online de português**. < <http://www.dicio.com.br/ilusao/>>, acessado em 16 de jan. 2013.

<sup>127</sup> PAES, José Paulo. *A armadilha de Narciso* (1983). In: \_\_\_\_\_. **Gregos e Baianos**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985, p. 38.

<sup>128</sup> PAES, José Paulo. Op. cit., p. 47.

<sup>129</sup> *Ibidem*, p. 48.

A visão de Paes baseia-se, em parte, na ideia de que a obra machadiana estaria ligada a um contexto de crítica sociopolítica do século dezenove. Embora se discorde dessa visão “realística” que Paes hora ou outra atribui a Machado, a leitura que fez sobre a obra enriqueceu os debates sobre os narradores machadianos. Eles se colocariam acima das vivências imediatas dos protagonistas, fazendo, através do constante uso das metáforas, com que o leitor se identificasse com as divagações dos narradores, com que o leitor acreditasse na consciência distanciada. Estas considerações são importantes para o diálogo com o processo de escrita histórica sobre as condições do distanciamento da fala, encontradas tanto nos romances machadianos como na historiografia.

No livro *Memórias póstumas de Brás Cubas*, quem conta está no tempo da morte. Brás Cubas morreu por uma ideia fixa: a da criação de um emplasto anti-hipocondríaco, “destinado a aliviar a nossa melancólica humanidade”. O seu aparente campo de experiência era a trajetória de um pensamento que o perturbou: a invenção de um medicamento considerado por ele mesmo sublime. Pode-se perceber que o lugar de fala de Brás Cubas e Dom Casmurro pressupõe um distanciamento. Este, segundo Enylton, reporta-se à tradição grega e não constitui um distanciamento total. Ver o mundo do alto, como espectadores fora do centro, pretensamente distante das paixões, das frivolidades, das suscetibilidades humanas, é o que fazem os narradores nas duas obras em questão.<sup>130</sup> “Segundo a tradição grega, havia duas maneiras de se reagir, ao se olhar o mundo do alto (...): uma delas era rir como Demócrito, e a outra era chorar, como Heráclito”.<sup>131</sup>

Os memoriais machadianos, desde os seus contos até *Memorial de Aires* (último romance do escritor), prezaram pelo não reducionismo da memória às suas bases materiais, quais sejam a de “arquivo” do passado. Com isso, quer-se afirmar que as lembranças, para os narradores machadianos, eram uma experiência de vida, carregadas, portanto, de sentimentos, de afetividade, de seletividade:

E a imaginação dela, como as cegonhas que um ilustre viajante viu desferirem o voo desde o Ilisso às ribas africanas, sem embargo das

---

<sup>130</sup> Essa questão do espectador e da vista do alto será melhor discutida no terceiro capítulo, ao apresentar, utilizando texto da Hannah Arendt, uma ligação entre esse recurso utilizado por Machado – aqui associado a uma tradição literária – ao que faz o historiador.

<sup>131</sup> REGO, Enylton. Op. cit., p. 127.

ruínas e dos tempos, a imaginação dessa senhora também voou por sobre os destroços presentes até às ribas de uma África juvenil.<sup>132</sup>

Essa senhora é Virgília, de quem Brás Cubas fora amante por muitos anos e a quem muito teria amado durante o seu tempo em vida. É possível notar, já no primeiro capítulo de *Memórias póstumas*, que o narrador admite que as lembranças que Virgília tivera enquanto constatava a morte de Cubas também a levaram a imaginar sua juventude ao lado dos encontros furtivos com o recém-finado. As lembranças estariam não só atreladas a um sentimento – no caso do de Virgília, de perda do antigo amado –, como também à imaginação, à criação de um passado que poderia ser mais belo ou mais obscuro conforme a criatividade da amiga que o velava há dias. O narrador admite isso e mais: acredita nisso, nessa relação passional da memória com o seu evocador.

No caso de Virgília, não haveria como Cubas saber exatamente o que se passava em sua mente, o que rememorava (se rememorava), a não ser que a sua condição de morto desse a ele acesso pleno à memória e à imaginação dos personagens. E é exatamente isso! Esse distanciamento fúnebre admitiria ironicamente essa visão total sobre as coisas. Quanto à recordação e à imaginação, a questão é que o personagem não faz entre uma e outra muita distinção:

Creiam-me, o menos mau é recordar, ninguém se fie da felicidade presente; há nela uma gota da baba de Caim. Corrido o tempo, cessado o espasmo, então sim, então talvez se pode gozar deveras, porque entre uma e outra dessas duas ilusões, melhor é a que se gosta sem doer.<sup>133</sup>

Neste trecho, Brás Cubas conta que, no momento que observava Virgília, começou a lembrar, ou imaginar, a juventude dos dois como amantes. O narrador apresentou ao leitor que aquela evocação em seu leito de morte dava a ilusão de um passado exclusivamente bom. No entanto, a imaginação na narrativa de Brás Cubas está tão atrelada à recordação que logo em seguida afirma o narrador: “Não durou muito a evocação; a realidade dominou logo”. Talvez por isso o ato de lembrar, para o personagem, seja um ato de criação, pois a pessoa estaria mais ou menos tendenciosa a suprir as lacunas promovidas pelo esquecimento com o recurso da

---

<sup>132</sup> ASSIS, Machado. **Memórias póstumas de Brás Cubas**, p. 22.

<sup>133</sup> Ibidem, p. 31.

imaginação. Saudade era o que o narrador disse ter sentido no instante da rememoração. Saudosismo de um tempo aparente bom e de uma Virgília formosa e bela, que aflorou em Brás Cubas o sentimento de que tudo tinha mesmo valido a pena.

Considerando a sensação descrita por Brás Cubas, tem-se que, nos romances de Machado, a lembrança está vinculada também (segundo Sávio Péres e Marina Massimi)<sup>134</sup> à vitalidade humana, ao corpo dos personagens, às impressões dos sentidos: “A vida estrebuchava-me no peito, com uns ímpetos de vaga marinha, esvaía-se-me a consciência, eu descia à imobilidade física e moral, e o corpo fazia-se-me planta, e pedra, e lodo e coisa nenhuma”.<sup>135</sup> A rememoração estaria atrelada às emoções do narrador, que eram as de um homem doente. Em *Dom Casmurro*, no capítulo trinta e quatro (no qual menciona a primeira vez em que beijou Capitu), Bento Santiago esclarece: “Outra vez senti os beijos de Capitu. Talvez abuso um pouco das reminiscências osculares; mas a saudade é isto mesmo; é o passar e repassar das memórias antigas”.<sup>136</sup> Essa rememoração está ligada a um sentimento, pois logo ele diz ser essa a lembrança mais doce.

Para esclarecer o porquê de se considerar Machado de Assis um cético em relação à memória, é importante lembrar que em *Memórias póstumas* a morte é a experiência capital do narrador; ele é um “rememorador” por excelência. Isso faz com que esteja pretensamente acima dos homens e possa ironicamente ter uma visão plena da sua vida. Ou seja, ao afirmar-se possuidor de verdades antes inalcançáveis, Brás Cubas apresenta não só a inverossimilhança do ato, qual seja a de um morto com memória, como também a ideia de que as suas memórias estariam vinculadas a uma alteridade (como também afirmou José Paes), conferida a ele pelo óbito.<sup>137</sup>

Brás Cubas precisava mostrar ao leitor, de um lado a confiança das suas palavras, de outro a desconfiança delas: “Ao narrar suas memórias (...), Brás Cubas não só se desvenda diante do eu-tu e do interlocutor, como também (...) faz com que

---

<sup>134</sup> PÉRES, Sávio Passafaro; MASSIMI, Marina. *O conceito de memória na obra de Machado de Assis. Memorandum*, n. 15, p. 20-34. Belo Horizonte: UFMG; Ribeirão Preto: USP, 2008. Disponível em: <<http://www.fafich.ufmg.br/~memorandum/a15/permas02.pdf>>, acessado em 20/06/2011.

<sup>135</sup> ASSIS, Machado. *Memórias póstumas de Brás Cubas*, p. 23.

<sup>136</sup> ASSIS, Machado. *Dom Casmurro*, p. 59.

<sup>137</sup> ASSMANN, Juracy. Op. cit., p. 44-45.

o interlocutor volte-se sobre si mesmo”.<sup>138</sup> Para Assmann, as lembranças de Brás Cubas acessam um passado que teria como objetivo desvendá-lo (a Brás Cubas). Todo esse processo de rememoração seria consciente e objetivaria “contaminar” a visão dos homens, a fim de “colocá-los diante da sua própria miséria”.<sup>139</sup> Quanto a esse processo de recordação, José Paulo Paes esclarece:

Onde melhor ilustração de semelhante tomada de consciência do que na narrativa feita por uma alma por assim dizer em estado puro, liberta para sempre do corpo, e que se compraz em reviver-lhe postumamente as alegrias e admirações, dores e sensações – a sua biografia, em suma, para proceder ao terrível balanço e achar, como único saldo, não ter ele transmitido a nenhuma outra criatura o legado da nossa miséria?<sup>140</sup>

Ao identificar o caráter intersubjetivo do relato, Assmann afirma que as palavras do narrador seriam complementadas pelas do leitor, que oscilam entre a confiança e a dúvida: “Não é impossível que eu desenvolva este pensamento antes de acabar o livro; mas também não é impossível que o deixe como está”.<sup>141</sup> Essa dúvida que o narrador coloca no leitor é proposital. Primeiro Brás Cubas e Bento Santiago chamam para si mesmos a confiança e, depois, para reforçar o ceticismo com a rememoração e o distanciamento, fazem com que surja a dúvida em duas palavras.

A princípio Bento Santiago afirma que confessa tudo ao leitor: “eu, uma vez que confesso tudo, não tive tempo de soltar as mãos da minha amiga”.<sup>142</sup> Para depois afirmar, de si mesmo: “Quantas intenções viciosas há assim que embarcam, a meio caminho, numa frase inocente e pura! Chega a fazer suspeitar que a mentira é, muita vez, tão involuntária quanto a transpiração”.<sup>143</sup> Afirma fidelidade ao leitor, mas apresenta um Bentinho por vezes mentiroso. Ou então faz menção a um Bento Santiago esquecido: “Há tanto tempo que isto sucedeu que não posso dizer com segurança se chorou deveras, ou se somente enxugou os olhos”.<sup>144</sup> Ao falar de Capitu, Bento logo apresenta uma possível insensibilidade sentimental da sua amada com relação a sua ida ao seminário. Sobre os sentimentos de Capitu, ele não

---

<sup>138</sup> Ibidem, p. 51.

<sup>139</sup> Ibidem, p. 52.

<sup>140</sup> PAES, José Paulo. *A armadilha de Narciso* (1983). In: Op. cit., p. 38.

<sup>141</sup> ASSIS, Machado. **Memórias póstumas de Brás Cubas**, p. 247.

<sup>142</sup> ASSIS, Machado. **Dom Casmurro**, p. 64.

<sup>143</sup> Ibidem, p. 69.

<sup>144</sup> Ibidem, p. 70.



tem certezas, mas faz com que a desconfiança que tinha com relação ao amor dela seja também a do leitor.

Assim, a ideia da omissão se conjuga à afirmação do sujeito de que pretende desnudar-se, desde que confessar tudo significa omitir o que, segundo a perspectiva pessoal do narrador, não interessa à história; desde que “escrever a própria essência” significa submeter-se à lembrança, vinculada às motivações do eu.<sup>145</sup>

A citação longa de um trecho das reflexões de Assmann vem corroborar o que se tentou dizer nas linhas anteriores. Tanto para Bento Santiago como para Brás Cubas, a ilusão estaria vinculada ao caráter pessoal das memórias e das narrativas, à ideia do distanciamento nunca totalizado e da aproximação com relação ao que se narra, num movimento que torna a narrativa cheia de “fraturas”, esquecimentos e omissões com os quais o leitor terá que lidar.

*Dom Casmurro* apresenta, mais do que *Memórias póstumas*, um caráter confessional – como se pode ver na citação de trecho do livro, feita na página anterior e nesta: “Eu confessarei tudo o que importar à minha história”.<sup>146</sup> Bento Santiago considera-se vítima da traição de Capitu e se autoriza a relatar sua vida quase como uma autodefesa. No entanto, embora aja como testemunha do possível adultério, Bento Santiago apresenta também características do autoengano. Machado não impôs ao leitor alguma verdade das memórias dos narradores. Mesmo que Bento esteja convicto da infidelidade (o que não se tem certeza) ele permite, através da rememoração, que o leitor tenha “provas” suficientes de que o narrador pode estar enganado.

No capítulo cento e treze, Bento afirma que era um homem realmente ciumento. Em capítulos anteriores, afirma sentir ciúme até mesmo dos pensamentos de Capitu, dando a entender que não se deve excluir a possibilidade de que a certeza da traição não passe de delírios provocados pelo ciúme excessivo. E, uma vez testemunha do próprio sofrimento, quem se colocaria a duvidar dele?<sup>147</sup> Pois mesmo com o caráter de confissão, Machado sempre concede ao leitor o benefício (ou malefício, uma vez que não se chega a uma conclusão) da dúvida. Em *Dom*

---

<sup>145</sup> ASSMANN, Juracy. Op. cit., p. 93.

<sup>146</sup> ASSIS, Machado. **Dom Casmurro**, p. 102.

<sup>147</sup> Quanto a essa relação entre o testemunho na história e em Machado de Assis, far-se-á compreender no próximo capítulo uma possível interligação.

*Casmurro* Machado vai além: coloca diante do julgamento do leitor a própria Capitu, bem como as imaginações fantasiosas de Bentinho – já que costumava tê-las desde pequeno.

Através da explicação do nome do protagonista da história – feita pelo próprio narrador –, observa-se a ambivalência da obra. O primeiro nome “Bento” deriva do latim *Benedictus*, que significa abençoado. Esse nome tem ligação com a promessa que sua mãe teria feito, uma vez que, morto o primeiro filho no ventre, o segundo que vingasse viraria padre. Bento, portanto, uma vez que está vivo é abençoado, agraciado divinamente. Já o seu sobrenome “Santiago”, herdado de seu pai, é ambivalente, uma tensão entre o bem e o mal, já que é composto pela palavra “santo” e “Iago”. Iago é um perturbado personagem do drama *Otelo*, de Shakespeare, com o qual o próprio narrador se identifica.

No capítulo cento e trinta e cinco da obra, Bento Santiago vai justamente assistir à peça de Shakespeare, certo de que Capitu, a mulher a quem havia dedicado toda a sua vida, todo o seu amor e pensamento, havia lhe traído com o seu melhor amigo Escobar. Marli Fantini lembra que todos que estavam no espetáculo sabiam que era falsa a motivação do crime de Otelo, no entanto, Bento identifica-se com a história e passa a remoer o seu próprio drama<sup>148</sup> e a ter certeza da traição da esposa – comparando-a claramente com Desdêmona. Mais uma vez Machado intercala confiança e desconfiança na relação que o narrador mantém com o leitor. Ao acreditar na traição da personagem da obra de Shakespeare – uma vez que ela era inocente –, permite que o leitor pense na própria inocência de Capitu. Ao identificar-se com Otelo, que louco de ciúme teria matado injustamente a esposa, Bento atribui a si mesmo a personalidade perturbada, confusa e ciumenta.

Na passagem da obra machadiana que será exposta a seguir, será possível visualizar tanto essa relação entre a culpabilidade de Capitu e a sua possível cegueira, como a relação que até aqui fora apresentada entre a memória e a imaginação:

Jantei fora. De noite fui ao teatro. Representava-se justamente Otelo, que eu não vira nem lera nunca; sabia apenas o assunto, e estimei a coincidência. Vi as grandes raivas do mouro (Otelo), por causa de um lenço – um simples lenço! – e aqui dou matéria à meditação dos

---

<sup>148</sup> FANTINI, Marli. *Tradução, desconstrução, renovação*. In: \_\_\_\_\_. (Org.). **Crônicas da antiga corte**: literatura e memória em Machado de Assis. Belo horizonte: Editora UFMG, 2008, p. 405.

psicólogos deste e de outros continentes, pois não me pude furtar à observação de que um lenço bastou a acender os ciúmes de Otelo e compor a mais sublime tragédia deste mundo. Os lenços perderam-se, hoje são precisos os próprios lençóis; alguma vez nem lençóis há, e valem só as camisas. Tais eram as ideias que iam me passando pela cabeça (...).<sup>149</sup>

O narrador diz ter deixado sua mente fantasiosa ser “tomada” pela perspectiva do teatro, confundindo sua existência com a trama inglesa. Conta para o leitor a sua especulação sobre a morte de Capitu, fazendo da imaginação a sua defesa. Ele transpõe sua vida e a tragédia, dando a entender que foi através da obra de Shakespeare que pode enxergar melhor o seu sofrimento e organizar melhor seu pensamento: “O último ato mostrou-me que não eu, mas Capitu devia morrer. (...) – E era inocente (Desdêmona), vinha eu dizendo rua abaixo; - que faria o público, se ela deveras fosse culpada, tão culpada como Capitu?”.<sup>150</sup>

Neste subtítulo falou-se sobre a relação da memória com o discurso dos narradores machadianos, sobre a interposição da imaginação no ato da rememoração, sobre a desconfiança dos narradores *versus* a confiança que eles mesmos pleiteiam – através de um quase distanciamento – e sobre essa confiabilidade atrelada à veracidade do relato. À história ou à memória que se tenha acesso se imporá também um aspecto da imaginação e da personalidade, que fará com que determinados sentimentos possam ser despertados. As obras abrangem o dito e o não dito, a verossimilhança “que é muita vez toda a verdade”,<sup>151</sup> como afirma Bentinho, e a inverossimilhança, na história de um narrador morto. Abrangem construção e desconstrução, como afirma Marli.<sup>152</sup> Elas aludem ao “ato de fingir”, que designa um “contrato entre autor e leitor, cuja regulamentação comprova o texto não como um discurso, mas como um discurso encenado”.<sup>153</sup>

Narrar suas memórias, para Bento Santiago, seria reafirmar a si mesmo diante do espelho que ele se coloca. A imagem que veria seria mais ou menos feliz ou dramática de acordo com a composição da história: “Se me faltassem os outros, vá; um homem se consola mais ou menos das pessoas que perde; mas falto eu

---

<sup>149</sup> ASSIS, Machado. **Dom Casmurro**, p. 170-171.

<sup>150</sup> Ibidem, p. 171.

<sup>151</sup> Ibidem, p. 25.

<sup>152</sup> FANTINI, Marli. Op. cit., p. 410.

<sup>153</sup> ISER, Wolfgang. **O fictício e o imaginário**: perspectivas de uma antropologia literária. Tradução de Johannes Kretschmer. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1996, p. 23.

mesmo, e essa lacuna é tudo”.<sup>154</sup> Assim também o faz Brás Cubas, que se vale das suas memórias para enxergar-se a si mesmo, para acessar sua identidade póstuma. E mesmo nesse jogo de espelhos, diante das considerações da física, o que se vê é a tentativa de abstrair-se da ilusão.

---

<sup>154</sup> ASSIS, Machado. Op. cit., p. 13.

## CAPÍTULO 3 – MACHADO DE ASSIS E A HISTÓRIA: DIÁLOGOS

*“O estilo que se adota para escrever está sempre associado ao estilo que se adota para ler”.<sup>155</sup>*

### 3.1. CONSIDERAÇÃO SOBRE A OBJETIVIDADE NA HISTÓRIA E NO ROMANCE

O diálogo que é proposto neste capítulo objetiva enriquecer a discussão sobre a relação que a historiografia e os romances de Machado de Assis mantêm com a memória. Para isso, algumas questões serão apresentadas. Um dos temas que já foi discutido nos capítulos anteriores é a ideia de “verdade”. Agora se discutirá a ideia de objetividade, que pode ser encontrada tanto na história como nos romances. Já que esta dissertação baseia-se nas obras de Machado de Assis, refletir sobre as suas possíveis contribuições para a compreensão do processo de escrita histórica, com ênfase na memória, é de grande importância. Mais do que simplesmente comparar, busca-se entender até que ponto as reflexões sobre a memória nos romances se aproximam e se distanciam da historiografia.

A objetividade na história não exclui a subjetividade com que o historiador dará prosseguimento a sua pesquisa. Baseia-se no método que é empregado na construção narrativa. Esse método está pautado, na maioria dos casos, na análise das fontes, na leitura crítica das produções historiográficas, na busca de testemunhas que sejam relevantes para o trabalho, no diálogo com outras produções literárias não historiográficas, enfim. A questão da objetividade em história já proporcionou muitas discussões. Para Jacques Le Goff a aporia da história (“verdade”) só tem sentido caso se separe a objetividade da imparcialidade.

Para o historiador francês, se não é possível evitar toda a “influência deformante do presente na leitura do passado”, pode-se, ao menos, “limitar as consequências nefastas (dessa influência) para a objetividade”.<sup>156</sup> Daí para frente, Le Goff irá eleger alguns métodos de exame das fontes e de produção histórica que auxiliariam as pesquisas dos historiadores. Vê-se que, no ideal de uma história que

<sup>155</sup> KRAMER, Lloyd. *Literatura, crítica e imaginação histórica: o desafio literário de Hayden White e Dominick Lacapra*. In: HUNT, Lynn (org.). **A Nova História Cultural**. Tradução de Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1992, p. 144.

<sup>156</sup> LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Tradução de Bernardo Leitão... [et. AL]. São Paulo: Editora da UNICAMP, 1990, p. 29-30.

Le Goff comumente chama de científica, que a influência do historiador em sua própria construção narrativa deve ser controlada, em prol de uma objetividade da disciplina. A partir desses argumentos, conhece-se ao menos uma ideia (bastante relevante nos meios de estudo da historiografia) sobre o que seria a objetividade para a história.

Além de discordar de Heidegger, quando este acrescenta que a história seria a projeção que o homem faz do presente no passado (projeção da parte mais imaginária do seu presente), Le Goff se mostra realmente preocupado em definir o ofício do historiador com base nas metodologias de pesquisa: “A melhor prova de que a história é e deve ser uma ciência é o fato de precisar de técnicas, de métodos, e de ser ensinada”.<sup>157</sup> Ao demonstrar uma parte dos argumentos de Le Goff, deseja-se mostrar como a objetividade é definida em história segundo um de seus grandes expoentes.

Entretanto, não se deseja reduzir as discussões sobre a objetividade em história com trechos arbitrariamente extraídos do livro de Le Goff, mas sim mostrar que essa questão sobre a objetividade esteve e ainda está atrelada ao “método” historiográfico. Seria preciso ampliar um pouco as análises sobre a escrita da história para perceber que a objetividade historiográfica não precisaria estar atrelada somente ao método. Esta é uma das contribuições dos romances de Machado de Assis. Embora a ideia do que seria ou não objetividade em história não seja o centro das discussões desta dissertação, ressalta-se que ela esteve vinculada à concepção de uma história “científica”, que não leva em consideração os aspectos da afetividade quando se tem acesso às memórias dos indivíduos, como faz o romance machadiano.

A objetividade presente nas obras de Machado não está vinculada ao exame crítico das fontes, tampouco a algum método que pretenda esclarecer o ofício. Pode-se dizer que sua objetividade parcial (já que o próprio Machado rechaça a ideia de uma objetividade total) resulta em apresentar ao leitor as características das lembranças fragmentárias de seus personagens: “e vou deitar ao papel as reminiscências que me vierem vindo”;<sup>158</sup> a percepção pessoal que os sujeitos têm da história e a percepção parcial da “verdade”: “Agora, que isto escrevo, quer-me

---

<sup>157</sup> LE GOFF. Op. cit., p. 105.

<sup>158</sup> ASSIS, Machado de. **Dom Casmurro**, p. 15.

parecer que o compromisso era uma burla”;<sup>159</sup> e a ilusão do distanciamento na narrativa: “O meu fim evidente era atar as duas pontas da vida, e restaurar na velhice a adolescência. Pois, senhor, não consegui recompor o que foi nem o que fui”;<sup>160</sup> “Não digo mais para não entrar na crítica de um defunto, que se pintou, a si e a outros, conforme lhe pareceu melhor e mais certo”.<sup>161</sup>

A partir da objetividade parcial sugerida por Machado, entende-se que a objetividade historiográfica poderia se ater menos ao rigor dos métodos e envolver-se mais com questões que ressaltem a dimensão afetiva e imaginária das narrativas. A partir das ideias de distanciamento, verdade e personalidade – tentar-se-á uma interlocução da historiografia com os romances de Machado de Assis.

### 3.2. ILUSÃO DO DISTANCIAMENTO

Carlo Ginzburg, historiador que avançou o seu trabalho crítico nos aspectos de construção do texto histórico (o que resultou em grande contribuição para a metodologia da história) fez algumas reflexões sobre a distância e reuniu nove ensaios no livro *Olhos de Madeira*. O próprio título já possibilita uma discussão sobre a ideia de distanciamento como método no ofício do historiador. O olhar distanciado, sem envolvimento direto, convida a estranhar o outro, a questionar o outro, a indagar a fonte. E esse movimento de aproximação e distanciamento é o que também faz Machado nos seus romances de memória, como já se mostrou no capítulo anterior.

Quando Carlo Ginzburg cita Montaigne, ele afirma que é preciso “ver com os olhos de um estrangeiro” para que se consiga notar algo que antes estava apenas incorporado à paisagem, devido ao olhar viciado do costume. Essa questão dialoga com a proposta do narrador machadiano, pois tanto Brás Cubas como Bento Santiago pressupõem esse distanciamento das próprias memórias. É como se ambos fossem mesmo estrangeiros em suas vidas, ao proporem uma relação de exterioridade com as próprias lembranças (de forma irônica, já que os narradores estão envolvidos com as sensações e emoções que a recordação proporciona).

No entanto, Enquanto Ginzburg reflete sobre essa dinâmica de aproximação e distanciamento no ofício do historiador, Machado, através da ironia e com a

---

<sup>159</sup> ASSIS, Machado de. **Memórias Póstumas de Brás Cubas**, p. 189.

<sup>160</sup> ASSIS, Machado de. **Dom Casmurro**, p. 14.

<sup>161</sup> ASSIS, Machado de. **Memórias Póstumas de Brás Cubas**, p. 18.

influência da sátira menipeia, afirma que o distanciamento total seria uma ilusão e que as lembranças estariam, na maioria dos casos, vinculadas a desejos pessoais.

Considerando as reflexões propostas por Ginzburg, têm-se *Memórias póstumas de Brás Cubas* e o seu *defunto-autor* - distante e onisciente -, contando sua vida de outra perspectiva, nunca antes conhecida pelo narrador: a dele próprio morto. Tal como Tolstoi, no estudo que Ginzburg fez sobre as ideias de Chklovski, em seu conto *kholstomer* - no qual o narrador é um cavalo -, o estranhamento se dá por uma mudança de visão, de lugar de fala e de percepção. Ginzburg afirma que:

Tolstoi via as convenções e as instituições humanas com os olhos de um cavalo ou de uma criança: como fenômenos estranhos e opacos, vazios dos significados que lhes são geralmente atribuídos. Ante o seu olhar, ao mesmo tempo apaixonado e distante, as coisas se revelavam – para empregar uma palavra de Marco Aurélio – “como realmente são”.<sup>162</sup>

É possível que Machado tenha tido alguma influência do ensaísta francês em seus escritos, como se pode ver no capítulo sessenta e oito de *Dom Casmurro*: “Eu confessarei tudo o que importar à minha história. Montaigne escreveu de si: *ce ne sont pas mes gestes que j’écris; c’est moi, c’est mon essence*”,<sup>163</sup> bem como é possível também a influência do russo Tolstoi. Para que os narradores pudessem estranhar suas existências talvez fosse preciso que eles admitissem a separação com o cotidiano, que eles se colocassem num outro tempo. Nesse caso, o distanciamento seria uma ilusão também pelo fato de serem ao mesmo tempo narradores e protagonistas, tornando impossível um rompimento absoluto entre um e outro.

A contribuição das obras eleitas para a análise do estranhamento e da distância traz questões interessantes a serem discutidas com a metodologia historiográfica. No capítulo primeiro de *Memórias póstumas* afirma o narrador:

Algum tempo hesitei se devia abrir estas memórias pelo princípio ou pelo fim, isto é, se poria em primeiro lugar o meu nascimento ou a minha morte. Suposto o uso vulgar seja começar pelo nascimento,

---

<sup>162</sup> GINZBURG, Carlo. **Olhos de madeira**: nove reflexões sobre a distância. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 22.

<sup>163</sup> ASSIS, Machado de. **Dom Casmurro**, p. 102. Citação feita por Dom Casmurro, narrador da obra, em francês, que significa “não são meus gestos que descrevo, mas minha essência” [tradução minha].



duas considerações me levaram a adotar diferente método: a primeira é que eu não sou propriamente um autor defunto, mas um defunto autor, para quem a campa foi outro berço; a segunda é que o escrito ficaria assim mais galante e mais novo.<sup>164</sup>

Esta passagem revela o que o próprio narrador chamou de “processo extraordinário de composição das memórias” e nela o distanciamento máximo da morte.

Segundo José Raimundo Maia Neto, “Brás Cubas compreende o mundo como um lugar onde somente a *narrabilidade* faz sentido”,<sup>165</sup> ou seja, as ações humanas não têm significado e o que resta a fazer é criá-las esteticamente, ceticamente. Se a “campa” foi outro berço, significa dizer que, ao morrer, o Brás Cubas renasce mesmo. Já não é o mesmo Brás Cubas que será contado, mas o que irá contar, com diferentes perspectivas (como apresenta Ginzburg nos ensaios), porque o túmulo foi seu berço de escritor. A morte como distanciamento para Brás Cubas teria oferecido a ele uma certa neutralidade narrativa (que o próprio Cubas questiona e desfaz, bem como Ginzburg), que permitiu nascesse o narrador, aparentemente consciente das escolhas que fez em vida.

### 3.2.1. DISTÂNCIA E VERDADE

O processo de escrita dos romances machadianos – no qual se afirma que o distanciamento total seria uma ilusão – pode contribuir para o ofício da escrita da história de algumas maneiras. Para esse diálogo, importam as reflexões trazidas por também Michel de Certeau, que alude à questão do distanciamento como recurso da narrativa historiográfica com a seguinte afirmação:

A historiografia tende a provar que o lugar onde ela se produz é capaz de compreender o passado: estranho procedimento, que apresenta a morte, corte sempre repetido no discurso, e que nega a perda, fingindo no presente o privilégio de recapitular o passado num saber. Trabalho da morte e trabalho contra a morte.<sup>166</sup>

Certeau questiona a ideia (também apresentada principalmente no primeiro capítulo desta dissertação) de “recapitular o passado num saber”. A memória, para a

---

<sup>164</sup> ASSIS, Machado de. **Memórias Póstumas de Brás Cubas**, p. 21.

<sup>165</sup> NETO, José R. Maia. *Machado de Assis: ceticismo e literatura*. In: BERNARDO, Gustavo. **Literatura e ceticismo**. São Paulo: Annablume, 2005, p. 17.

<sup>166</sup> CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1982, p.16.

historiografia, está imersa nessa relação de “captura do passado” e na sua transformação em conhecimento, em algo ensinável. Certeau critica a função de compreender o passado da própria historiografia. Por isso menciona um trabalho de morte, porque ela pretende tornar conhecimento aquilo que não existe mais; e trabalho contra a morte porque não a admite, porque nega os sucessivos silêncios, tenta tornar visível o passado com base no tangível.

As controvérsias que surgiram sobre as obras de Machado de Assis, bem como a sua grandeza, deram-se justamente porque Machado fez das memórias do personagem uma realidade intangível. Mas o autor da história, o historiador, faz das memórias com as quais trabalha algo tangível? Segundo argumento de Beatriz Sarlo, “nas últimas décadas, a história se aproximou da memória e aprendeu a interrogá-la”.<sup>167</sup> Será que basta essa atitude crítica para entender a relação da memória com a historiografia?

Brás Cubas é um narrador morto e, portanto, não tem mais nada a perder ao contar as suas memórias, fato que poderia tê-lo levado a uma narrativa total dos acontecimentos de sua extinta existência. A filósofa Hannah Arendt fala sobre a objetividade do espectador que vê o mundo de longe e compara o historiador a esse observador, ao afirmar que aquele que assiste poderá compreender a verdade sobre ao que está assistindo. A verdade estaria atrelada a esse distanciamento. Mas o acesso a essa verdade tem um preço a ser pago, qual seja a retirada do observador do espetáculo. Para assisti-lo, não pode ser o protagonista da peça. Isso lhe daria, no entanto, a oportunidade de ver a cena toda.<sup>168</sup> Parece que Brás Cubas e Bento Santiago cabem perfeitamente nesse diálogo, pois ambos dão a impressão de que conseguem ver a cena toda. No entanto, ao analisar minuciosamente os dois romances, percebe-se que o que eles veem – e narram – não é exatamente o “espetáculo”, mas o que pensam ver do espetáculo e o que querem ver dele.

Essa reflexão trazida com o auxílio de Arendt pode ser interpretada de outra maneira a partir da leitura dos romances. Aquele mesmo olhar do costume do qual fala Ginzburg ao analisar Tolstoi está presente no espectador, que enxerga tudo conforme o prévio conhecimento que pensa ter sobre as coisas. Não há distância suficiente para promover o estranhamento completo, nem quanto ao que se vê, nem

---

<sup>167</sup> Ibidem, p. 43.

<sup>168</sup> ARENDT, Hannah. **A vida do espírito**. Tradução de Antônio Abranches, César Augusto R. de Almeida e Helena Martins. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000, V. 1, p. 73.

quanto ao que se lembra. Mas é possível afirmar que, para Machado, o espectador, mesmo fora do palco, está inserido de alguma forma no espetáculo, o que anularia a ideia de exterioridade que o espectador pensa manter com aquilo que observa. E, por isso, a ideia de “verdade” ficaria igualmente comprometida, sujeita à relação afetiva que o espectador mantém com o espetáculo.

### 3.2.2. DISTÂNCIA E SELETIVIDADE

Machado de Assis “brinca” com essa dinâmica do olhar distanciado e a partir disso apresenta a seletividade dos narradores em seus romances de memória. O autor apresenta, por um lado, um narrador póstumo, que não mais sofre as consequências da existência corpórea e olha para o passado (para si mesmo no passado) e compreende as suas ilusões em vida, por isso as “rabugens de pessimismo” e a “pena da galhofa e a tinta da melancolia”. Por outro lado, apresenta um narrador (Cubas) póstumo que se preocupa em sofrer as consequências da vida em morte – ou velhice, no caso de *Casmurro* –, já que ele começa a trabalhar com uma memória arbitrariamente seletiva. Machado mostra a contradição dos narradores ao narrarem suas memórias. Mostra que, mesmo que eles tentem manter uma relação de exterioridade com as lembranças, essa exterioridade seria também ilusória e isso se comprovaria pela seletividade das memórias.

Para que se possa melhor compreender a seletividade das memórias em Machado, é importante citar o próprio discurso dos narradores: “Isto que parece um simples inventário, eram notas que eu havia tomado para um capítulo triste e vulgar que não escrevo”.<sup>169</sup> Ou ainda em *Dom Casmurro*: “No seminário... Ah! Não vou contar o seminário, nem me bastaria a isso um capítulo”.<sup>170</sup> O que poderiam pensar os leitores se realmente todas as suas memórias fossem ali expostas? Os narradores, apesar de aparentemente não terem mais nada a perder, demonstram que ainda poderiam ter muito a perder. Demonstram uma relação afetiva com as próprias memórias. A seletividade narrativa para Machado caminhará ao lado da capacidade de narrar uma vida ou uma história. Aí também se observa a ilusão do distanciamento para Machado, pois, a princípio, a integridade do relato é afirmada

---

<sup>169</sup> ASSIS, Machado de. **Memórias Póstumas de Brás Cubas**, p. 126.

<sup>170</sup> ASSIS, Machado de. **Dom Casmurro**, p. 81.

pelos próprios narradores, que dizem, hora e outra pelo recurso da ironia, ter a pretensão de nada esconder do leitor.

Em *Memórias póstumas de Brás Cubas* e em *Dom Casmurro*, o silêncio e a seletividade das memórias estiveram ligados à ironia, que pressupõe justamente algo que não é dito. Enquanto nos romances os silêncios são mais expressados, no texto historiográfico esses silêncios tendem a ser silenciados em busca de uma possível credibilidade, de uma completude, da obsessão pelo “conhecimento”. Enquanto nos romances machadianos o não dito está inserido no discurso da mesma forma que o dito, os silêncios na historiografia foram comumente negligenciados.

### 3.2.3. DISTÂNCIA E A DESCONFIANÇA

O jogo que Machado propõe entre os narradores e os leitores consiste em abordar todas as fases da desconfiança que estão presentes nessa relação. A partir de citações de trechos das obras, poder-se-á compreender melhor essa questão:

Abane a cabeça, leitor; faça todos os gestos de incredulidade. Chegue a deitar fora este livro, se o tédio já o não obrigou a isso antes; tudo é possível. Mas, se o não fez antes e só agora, fio que torne a pegar no livro e que o abra na mesma página, sem crer por isso na veracidade do autor.<sup>171</sup>

Machado de Assis não só admite essa desconfiança entre narrador e leitor como a incita. É possível observar isso no trecho citado:

(...) o livro é enfadonho, cheira a sepulcro, traz certa contração cadavérica; vício grave, e, aliás, ínfimo, porque o maior defeito deste livro és tu, leitor. Tu tens pressa em envelhecer, e o livro anda devagar; tu amas a narração direta e nutrida, o estilo regular e fluente, e este livro e o meu estilo são como os ébrios, guinam à direita e à esquerda, andam e param, resmungam, urram, gargalham, ameaçam o céu, escorregam e caem...<sup>172</sup>

Na historiografia, Carlo Ginzburg não só admite como proclama a importância do estranhamento do historiador com relação às fontes que analisa, à cultura que

---

<sup>171</sup> Ibidem, p. 74.

<sup>172</sup> ASSIS, Machado de. **Memórias Póstumas de Brás Cubas**, p. 176.

estuda, ou à cultura a qual pertence. Ele admite isso ao dizer que “compreender menos, ser ingênuos, espantar-se, são reações que podem nos levar a enxergar mais, a apreender algo mais profundo, mais próximo da natureza”.<sup>173</sup> Mas o que Machado também propõe com o recurso do distanciamento é o exercício da desconfiança do próprio narrador e não só daquilo que ele enxerga ou analisa.

Essa seria uma das contribuições dos romances de Machado para a história: a possibilidade de estranhamento da “autoridade” do narrador. Nos romances, autor e narrador podem ser diferentes, como acontece em Machado e, portanto, desconfiar do narrador machadiano é enaltecer a capacidade que teve o escritor de assim conceber o seu romance. Entretanto, desconfiar do narrador historiador seria o mesmo que destituí-lo de um status científico? Seria o mesmo que negar a sua profissão? Pode-se afirmar que, com relação à objetividade que pressupõe a distância como método, Carlo Ginzburg estaria iludido, já que o distanciamento não pressupõe o conhecimento de uma “verdade”, tampouco do passado?

Ao compreender que o próprio historiador é quem indaga e desconfia, é quem estranha e interroga a fonte que analisa, o leitor pode se abster de examiná-lo (o historiador) mais a fundo, de distanciar-se da própria narrativa que tem em mãos, e acreditar. Quanto a isso, Michel de Certeau faz algumas considerações:

(...) O discurso historiográfico troca o lugar do rei pelo da criança da estória, apontando uma verdade que todos faziam questão de esquecer. Esta é, também, a posição do mito, reservado à festa que abre no trabalho o parêntese de uma verdade. Sem nada retirar das funções previamente sublinhadas, é necessário não negligenciar aquela (função) que liga o *dizer* histórico ao *fazer* social, sem identificar o primeiro com o segundo: ela lembra ao trabalho sua relação com a morte e com o sentido; ela situa a verdadeira historiografia ao lado das questões indiscretas a serem abertas no imenso movimento da práxis.<sup>174</sup>

Essas questões indiscretas das quais fala Michel de Certeau em sua reflexão sobre o fazer e o dizer históricos, sobre a práxis historiográfica, referem-se a uma autoanálise do ofício do historiador, ao movimento de voltar-se para dentro da própria historiografia e entender os seus mecanismos. Ao falar de distanciamento,

---

<sup>173</sup> GINZBURG, Carlo. Op. cit., p. 29.

<sup>174</sup> CERTEAU, Michel de. Op. cit., p. 58-59. Certeau compara a escrita histórica ao mito. Para isso, ele se baseia no conceito de ficção que já foi questionado no capítulo 1. Aqui, transcreve-se a parte em que ele reflete sobre o fazer historiográfico por condizer com a discussão empreendida.

Certeau propõe que os estudiosos da história compreendam como a prática historiográfica adquiriu socialmente uma função, compreendam por que ela está atrelada à “verdade histórica”. Ele também sugere que as questões que envolvem o “dizer histórico” sejam alvo de reflexões (como propõe Machado). Este, ao apresentar essa relação de desconfiança entre leitor e narrador, convida à compreensão de que a narração dos romances também está repleta de “questões indiscretas”, como sugere Certeau.

Com o reconhecimento da característica lacunar da história, as produções no sentido de analisar o importante processo de distanciamento na historiografia e o ofício do historiador cresceram. Quando Ginzburg analisou alguns episódios da história para falar sobre a distância ele tentou esclarecer que “o passado não pressupõe uma reflexão explícita sobre a distância que nos separa dele”.<sup>175</sup> Se não é explícito, é preciso que se trabalhe isso, que se dialogue sobre isso.

#### 3.2.4. DISTÂNCIA E JULGAMENTO

A desilusão que o distanciamento aparentemente proporciona em história relaciona-se à questão de não ser a pessoa que conta a mesma que experienciou. Em *Memórias póstumas de Brás Cubas* isso fica mais claro quando se vê que o Brás Cubas que rememora e que evoca o passado não é exatamente o mesmo que é lembrado. O historiador, igualmente, não é o evocado, pelo menos não por ele mesmo. Brás Cubas e Dom Casmurro são narradores e protagonistas na narrativa, enquanto o historiador é o narrador que estaria, de certa forma, distanciado do relato, que figuraria como morto. Essa distância de morte simbólica pode provocar uma desilusão tanto para os narradores machadianos como para o historiador.

Hannah Arendt, ao mencionar a filosofia Kantiana que presume o juízo como condição básica, afirma que, entre o julgar e o narrar, o indivíduo jamais pode reclamar para si o direito de se revoltar, apesar de ter o direito de julgar e emitir o veredito final sobre algum acontecimento quando é um mero espectador.<sup>176</sup> Se para Machado de Assis o julgamento dos narradores (tanto em *Memórias póstumas* como em *Dom Casmurro*) é comum e aparece na trama de maneira contundente: “É bem, qualquer que seja a solução, uma coisa fica, e é a suma das sumas, ou o resto dos

---

<sup>175</sup> GINZBURG, Carlo. Op. cit., p. 179.

<sup>176</sup> ARENDT, Hannah. Op. cit., p. 73-74.

restos, a saber, que a minha primeira amiga e o meu maior amigo (...) quis o destino que acabassem juntando-se e enganando-me”,<sup>177</sup> para a historiografia pode ser um problema, pois, se algum dia acreditou-se na história como salvadora que apresentava verdades aos homens, ela também foi a juíza que os condenava ou absolvía.<sup>178</sup> Para Machado, em *Dom Casmurro* toda a trama se dá devido ao julgamento que Bento faz das ações de Capitu. E toda essa questão sobre “poder julgar por estar de fora” remete mais uma vez às reflexões feitas por Carlo Ginzburg quando ele cita Montaigne e a visão dos índios brasileiros: estes, por serem “incapazes de perceber o óbvio, tinham visto algo que costuma ser ocultado pelo hábito e pela convenção”.<sup>179</sup>

Quando o personagem machadiano distancia-se da sua própria vida, ele estranha e julga a partir dessa nova perspectiva. Enquanto Ginzburg relata experiências nas quais autores colocam-se “no lugar do outro” para estranharem algo, Machado vem apresentar, em *Memórias póstumas*, que é possível tornar-se “outro em si mesmo”. Que é possível distanciar-se de si, morrer enfim, sem precisar adquirir o corpo de outro personagem e, por isso mesmo, nunca conseguir se afastar inteiramente daquilo que pensa. Sobre isso, Hannah Arendt afirma que, como socialmente as opiniões e os julgamentos alheios estão ligados a diversos interesses, o homem costuma “não estender ao mundo as revelações que faz à consciência”. No entanto, quando se está morto há uma liberdade. Para a filósofa, quando se está morto, não há plateia a quem convencer ou agradar. Aparentemente, o olhar da opinião não teria sentido, no entanto, o julgamento não cessaria.<sup>180</sup> De forma bastante equivalente, Brás Cubas afirma: “senhores vivos, não há nada tão incomensurável como o desdém dos finados”.<sup>181</sup>

A partir dessa afirmação de Cubas, Juracy Assmann coloca que, por situar-se além do espetáculo, o narrador “pode indicar a ruptura entre o ser e o parecer”.<sup>182</sup> O movimento proposto por Machado é interessante justamente porque os personagens são os julgadores e os julgados. Mas aqui não se fala de um julgamento moral, com

---

<sup>177</sup> ASSIS, Machado de. *Dom Casmurro*, p. 184.

<sup>178</sup> CATROGA, Fernando. A história do mundo como tribunal do mundo. *SÆCULUM – Revista de História*, s/v, n. 21, João Pessoa, Jul./ dez. 2009, p. 14.

<sup>179</sup> GINZBURG, Carlo. Op. cit., p. 29.

<sup>180</sup> ARENDT, Hannah. Op. cit., p. 71-80.

<sup>181</sup> ASSIS, Machado de. *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, p. 88.

<sup>182</sup> SARAIVA, Juracy Assmann. *O circuito das memórias: narrativas autobiográficas romanescas de Machado de Assis*. São Paulo: Edusp, 2009, p. 33.

o intuito de mostrar o que seria “certo” ou “errado”. Os narradores machadianos rejeitam as normas, negam os princípios e, pelo contraditório, dão seus vereditos – ao mesmo tempo em que incitam o leitor a questioná-los.

Nesse diálogo sobre a distância, pode-se compreender que “o domínio sobre as paixões que nos transformam em marionetes”<sup>183</sup> não seria possível inteiramente, por mais distante que suponha estar o historiador das suas fontes. A partir das questões levantadas nos estudos sobre os romances de Machado, foi possível pensar sobre alguns critérios de objetividade da história, como o distanciamento.

### 3.3. CARACTERÍSTICA FRAGMENTÁRIA DA LEMBRANÇA

Ao se trabalhar com as memórias apenas sobre a expectativa do “uso” (seja para “construir conhecimento”, o que já se criticou, ou para legitimar um discurso) se cala o mundo sensível no qual a memória habita. A proposta desta dissertação é mostrar que seria um equívoco aplicar à memória os mesmos procedimentos metodológicos da escrita histórica. Quando a historiografia pretende realizar uma crítica à memória, baseia-se em critérios exteriores à própria memória, o que dificulta o reconhecimento de toda a afetividade que ela carrega.

A psicologia e a filosofia detiveram-se, durante muitos anos, nos estudos do “*como*”, da maneira como as lembranças se manifestavam nos seres humanos. Atrelado a isso, a ambição de que a memória pudesse ser fiel ao passado – e quem sabe a um tipo de verdade – acompanhou as pesquisas sobre a mneme, a anamnese e a amnésia.<sup>184</sup> “Não temos nada melhor que a memória para significar que algo aconteceu – ocorreu – se passou *antes* que declarássemos nos lembrar dela”.<sup>185</sup> No entanto, são as críticas à veracidade dos testemunhos de memória, o confronto entre eles, que acabam abrangendo grande parte do campo da metodologia historiográfica, distinguindo, assim, a memória da história apenas pela “severidade” de análise que esta impõe àquela.

Durante algum tempo os historiadores acreditaram que a memória pudesse servi-los e aplicaram sobre ela a metodologia historiográfica, desarticulando-a de

---

<sup>183</sup> GINZBURG, Carlo. Op. cit., p. 20.

<sup>184</sup> Mneme = lembrança; anamnese = recordação; amnésia = esquecimento.

<sup>185</sup> RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Tradução de Alain François. São Paulo: Editora da UNICAMP, 2007, p. 40.



outros saberes, de outros discursos e da sua afetividade. Sobre isso, Jacy Seixas afirma que:

A intenção não é a de transplantar, como uma prótese mal ou bem finalizada, reflexões sobre a memória realizadas pela filosofia e pela literatura para o terreno da história e, a partir daí, medir sua adequação ou inadequação. Muito pelo contrário. Penso que há, *latu sensu*, uma *problemática da memória*, que circula por vários campos do conhecimento e da sensibilidade e *que é precisamente elaborada neste percurso*, e da qual a história não está excluída. Pensar, portanto, as relações entre memória e história é colocar-se *no interior desses diálogos* – postura à qual a história, ingênua e arrogantemente, tem-se furtado, ao reconhecer na memória apenas o que reflete sua própria imagem e semelhança.<sup>186</sup>

A citação longa corrobora com o objetivo deste trabalho, que é mostrar a relação que o discurso historiográfico mantém com a memória e as contribuições dos romances machadianos para que se compreenda (ou quem sabe se altere) esse processo. A ênfase aqui é sobre a característica fragmentária da lembrança e sobre a ideia de que existe uma lacuna nos estudos da historiografia, que renegam a sensibilidade da rememoração.

Trabalhar com a memória é necessariamente trabalhar com lacunas, com esquecimentos e com emoção. Trabalhar com memória é dialogar com outras fontes narrativas. Machado de Assis problematizou a memória e preocupou-se em abordar os aspectos da rememoração. O que se pretende é destacar mais essa especificidade memorialística nos romances e suas possíveis contribuições para a historiografia. Jacy Seixas afirma que “a oposição entre memória e história é construída sem que haja ruptura efetiva com a tradição aristotélica, que entende a memória – ou melhor, a reminiscência, o ato de lembrar –, (...) como conhecimento do passado”.<sup>187</sup> Ou seja, por mais que a historiografia tenha tentado empreender uma diferenciação entre memória e história, manteve-se a rememoração no lugar de “conhecimento do passado”.

Equivocadamente, elegeu-se para a memória um “pódio” no qual ela constantemente receberia a medalha do “conhecimento”. Em Machado, as relações que seus narradores mantiveram com a memória envolveram a desconfiança sobre

---

<sup>186</sup> SEIXAS, Jacy Alves de. *Percursos de memória em terras de história: problemáticas atuais*. In: BRESCIANI, Stella, NAXARA, Márcia (Orgs.). **Memória (re)sentimento**: indagações sobre uma questão sensível. Campinas: Editora da UNICAMP, 2001, p. 52.

<sup>187</sup> Ibidem, p. 39.

a distância e a desconfiança do discurso. Por que seria objetivo da historiografia afirmar que a lembrança pode ser transformada em “conhecimento do passado”? Walter Benjamin diz, em 1940, que “articular historicamente o passado não significa conhecê-lo ‘tal como ele propriamente foi’. Significa apoderar-se de uma lembrança tal como ela cintila num instante de perigo”.<sup>188</sup> As obras machadianas mostram que o passado, ou a “realidade”, estão ocultos.

Narrar as memórias, nos romances, não significa necessariamente conhecer o passado. Imaginar o passado seria recriá-lo e, portanto, o que se conhece é a imagem dessas lembranças manipuladas e contaminadas: “Os sonhos do acordado são como os outros sonhos, tecem-se pelos desenhos das nossas inclinações e das nossas recordações”.<sup>189</sup> A imaginação é potencialmente criadora e Machado de Assis demonstra isso quando propõe ao leitor a construção dos romances baseada na maneira com que os narradores, ao mesmo tempo protagonistas, tecem suas vidas através da imaginação. Esta está presente no relato e no silêncio. É ela quem preenche as lacunas do que não foi dito:

Não, não, a minha memória não é boa. Ao contrário, é comparável a alguém que tivesse vivido por hospedarias, sem guardar delas nem caras nem nomes, e somente raras circunstâncias. (...) Nada se emenda bem nos livros confusos, mas tudo se pode meter nos livros omissos. Eu, quando leio algum dessa outra casta, não me aflijo nunca. O que faço, em chegando ao fim, é cerrar os olhos e evocar todas as coisas que não achei nele. (...) É que tudo se acha fora de um livro falho, leitor amigo. Assim preencho as lacunas alheias; assim podes também preencher as minhas.<sup>190</sup>

Nessa passagem transcrita, Machado está chamando a atenção do leitor para a imaginação, que é imprescindível na compreensão do discurso fragmentário da memória de seus narradores.

Bento Santiago não só imagina para preencher esses esquecimentos, como convida o leitor a também imaginar as lacunas deixadas pelos “livros falhos”. Embora se admita a característica lacunar da história e o aspecto fragmentário das lembranças, na historiografia não se vê o esquecimento como ação, mas como

---

<sup>188</sup> BENJAMIN, Walter. Über den Begriff der Geschichte. In: *Gesammelte Werke*. Tradução de J. M. G. Frankfurt/Main: Suhrkamp, 1974, vol. 1-2, p. 695 e 701. Apud. GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Lembrar, escrever, esquecer**. São Paulo: Editora 34, 2006, p. 40.

<sup>189</sup> ASSIS, Machado de. **Dom Casmurro**, p. 50.

<sup>190</sup> Ibidem, p. 90.

elemento passivo. Sabe-se que algo não é dito, mas raramente investiga-se o porquê e as influências desse silêncio para seus leitores, bem como não se dá muito espaço para a reflexão sobre a imaginação nas produções históricas. Jacy Seixas propõe uma interrogação sobre o que a história está deixando de lado ao manter apenas uma “relação crítica” com a memória e descobre alguns aspectos como: “a dimensão afetiva e descontínua das experiências humanas, sociais e políticas; a função criativa inscrita na memória de atualização do passado, lançando-se em direção a um futuro (...)”.<sup>191</sup>

### 3.4. SOBRE A MEMÓRIA VOLUNTÁRIA E INVOLUNTÁRIA NA HISTÓRIA E NO ROMANCE

Quando se fala em memória, fala-se também no plural, em memórias voluntária e involuntária. A busca da lembrança está vinculada à memória voluntária que, segundo Bergson, é uma memória de repetição, ligada ao hábito e ao intelecto, superficial. Já a memória involuntária seria instantânea, ligada a uma imagem que sobrevém do cérebro e não tem nenhuma ligação com o hábito.<sup>192</sup> Para o filósofo, a memória voluntária é mecânica. Para Jacy Seixas, “a memória voluntária é uma memória uniforme e, em grande medida, enganadora, pois opera com imagens que, apesar de representarem a vida, não ‘guardam’ nada dela”.<sup>193</sup>

Mas não seria exatamente esse esforço vão de captura intelectual do passado o que fazem os personagens machadianos nas obras? O fracasso na captura desse passado não estaria ligado exatamente a essa pretensão? E não seria essa também a crítica de Machado? Pois ele mostra que, quanto mais seus personagens tentaram, de forma irônica, “conhecer” o passado, mais eles se distanciaram do que teriam sido. Essa é também uma reflexão trazida a partir dos romances de Machado, que construiu personagens e narradores que, ironicamente, por mais que desejem, não conseguem apreender a “realidade” nem daquilo que foram.

---

<sup>191</sup> SEIXAS, Jacy Alves de. Op. cit., p. 44.

<sup>192</sup> BERGSON, Henri. **Matéria e Memória**. Tradução de Paulo Neves. São Paulo: WMF Martins Fontes, 4ª Ed., 2011, p. 85-86.

<sup>193</sup> SEIXAS, Jacy Alves de. Op. cit., p. 46.

É possível que os narradores se inclinem para os seus passados a fim de darem explicações aos seus “presentes”. No caso de Bento, ao seu presente de solidão e casmurrices. No caso de Brás Cubas, ao seu padecimento e ao seu aborrecido presente no além-túmulo. E que diferença teria, então, entre os contos de Machado e a análise historiográfica sobre as memórias voluntárias? Dessa forma, se historiografia e romance dizem o mesmo, cessa-se o diálogo aqui. No entanto, as formas críticas que o historiador e o autor dos romances empregaram na busca incessante das lembranças são distintas. “A memória é, portanto, algo que ‘atravessa’, que ‘vence obstáculos’, que ‘emerge’, que irrompe: os sentimentos associados a esse percurso são ambíguos, mas estão sempre presentes”.<sup>194</sup> E são justamente esses sentimentos que não ganham terreno na historiografia, pois ela se baseia, mais das vezes, numa relação de exterioridade com a memória.

Quem narra sente e muitas vezes deixa transparecer isto na escrita. As memórias de Brás Cubas e Bento Santiago, carregadas de sensibilidade, exprimem suas emoções. Não a ideia do que sentiram no passado, mas o que sentem no momento da narração. Dar-se-á exemplo disso em algumas passagens das obras:

Assim, eu, Brás Cubas, descobri uma lei sublime, a lei da equivalência das janelas, e estabeleci que o modo de compensar uma janela fechada é abrir outra, a fim de que a moral possa arejar continuamente a consciência. Talvez não entendas o que aí fica; talvez queiras uma coisa mais concreta, um embrulho, por exemplo, um embrulho misterioso. Pois toma lá o embrulho misterioso<sup>195</sup>.

Nessa passagem, do capítulo cinquenta e um, Brás Cubas narra sensações. Narra seus sentimentos e a impressão que tivera. Mas como os sentimentos não são concretos, o narrador, ao adivinhar a pressa do leitor, passa a um capítulo no qual falará sobre que há de mais sólido: um embrulho misterioso. Dessa forma, Machado não só faz uma crítica ao que se chamou “realismo”, como também ao romantismo, pois, atrelado aos seus “arroubos possessórios” por Virgília soma-se a vontade que teve de ficar com a moeda de ouro que achara no chão. Seus sentimentos amorosos são atropelados pela ganância financeira. De toda forma, a rememoração não abarcou apenas os sentimentos que possivelmente teve o

---

<sup>194</sup> SEIXAS, Jacy Alves de. Op. cit., p. 47.

<sup>195</sup> ASSIS. **Memórias póstumas de Brás Cubas**, p. 137.

protagonista, como também o sentimento de enfado do próprio narrador, que diz ir logo ao capítulo sobre o “embruho misterioso”.

As memórias involuntárias tiveram mais lugar nas narrativas dos personagens machadianos do que na historiografia: “Há nisto alguma exageração; mas é bom ser enfático, uma ou outra vez, para compensar esse escrúpulo de exatidão que me aflige”.<sup>196</sup> Machado de Assis, com romances que aparentemente pretendem se dedicar ao que se conhece por memória voluntária, não deixa escapar a “dimensão afetiva e a descontinuidade da vida e das ações dos homens”.<sup>197</sup> Bento Santiago diz: “Poucos teriam ânimo de confessar aquele meu pensamento da Rua de Matacavalos”.<sup>198</sup> Por hora, importa dizer que a história, ao trabalhar quase que exclusivamente com os aspectos da memória voluntária, perde muito em reflexão. Tão atrelada ao método, não é capaz de encarar a memória fora dos conceitos que há séculos arquitetou para si. Brás Cubas critica essa rigidez metódica ao dizer:

De modo que o livro fica assim com todas as vantagens do método, sem a rigidez do método. Na verdade, era tempo. Que isto de método, sendo, como é, uma coisa indispensável, todavia é melhor tê-lo sem gravata nem suspensórios, mas um pouco à fresca e à solta, como quem não se lhe dá da vizinha fronteira, nem do inspetor de quarteirão. É como a eloquência, que há uma genuína e vibrante, de uma arte natural e feiticeira, e outra tesa, engomada e chocha.<sup>199</sup>

E pode ser ainda mais grave se a historiografia tentar cobrir as memórias com as quais se relaciona com o manto desse método “teso”. Com base nas contribuições que foram possíveis com a leitura dos romances de Machado de Assis, como trabalhar com o aspecto fragmentário da lembrança? Como fazer com que a memória involuntária tenha mais lugar na historiografia?

A lembrança tem um aspecto fragmentário, tanto a voluntária quanto a involuntária e entre cada fragmento existe um espaço que associa imagem e imaginação. Esses espaços, esses silêncios, podem permanecer como silêncios, desde que sejam citados. Citar o não dito, embora possa parecer dispensável, não o é. Esses espaços têm valor e acercam-se da característica descontínua de todo relato. Não há como excluí-los do discurso. Pode-se tentar escondê-los, mas

---

<sup>196</sup> ASSIS. **Dom Casmurro**, p. 78.

<sup>197</sup> SEIXAS, Jacy. Op. cit., p. 47.

<sup>198</sup> ASSIS. **Dom Casmurro**, p. 102.

<sup>199</sup> ASSIS. **Memórias Póstumas de Brás Cubas**, p. 44.

pagando um preço bastante alto, que é o do enquadramento da memória no rígido objetivo de conhecer o passado e extrair dele alguma verdade.

É preciso aproximar-se das memórias involuntárias, sem propor a elas um método rígido de análise que, antes de acrescentar, engessaria. Talvez por isso a história ainda não tenha se debruçado sobre ela com tanto afinco, pois, como lembra Jacy Seixas, o esforço reiterado de pensar a história como ciência ainda hoje é consenso. Como a história ainda opta prioritariamente pela memória voluntária, ela acaba por excluir a “faceta afetiva” presente na memória involuntária. Esta foi desqualificada pela historiografia por acreditar que constituía um “terreno de irracionaisismos”.<sup>200</sup> As obras machadianas, apesar de priorizarem também a memória voluntária, mesmo ao duvidarem da sua característica de “aprisionadora da realidade”, permitem que o leitor tenha acesso aos sentimentos que afloram – ou a alguma lembrança que emerge quase “sem querer” – das narrações. Elas dão espaço às memórias involuntárias dos narradores e dos personagens.

Em *Dom Casmurro* encontram-se exemplos pertinentes, pois como tudo lembrava Capitu, o narrador não deixou escapar os momentos em que as pequenas coisas permitiam o acesso a sua memória de criança, ao sorriso da moça ou as suas peraltices. No capítulo sessenta, Bentinho afirma:

Justamente, quando contei o pregão das cocadas (no capítulo dezoito), fiquei tão curtido de saudades que me lembrou fazê-lo escrever por um amigo, mestre de música, e grudá-lo às pernas do Capítulo.<sup>201</sup>

A sua menção às cocadas o fizeram lembrar de outra coisa, a qual não havia evocado mecanicamente. No capítulo trinta de *Memórias póstumas*, também Brás Cubas relata momentos em que, quando ainda vivo, a memória involuntária percorreu sua mente e seu corpo:

Eugênia, a flor da moita, mal respondeu ao gesto de cortesia que lhe fiz; olhou-me admirada e acanhada, e lentamente se aproximou da cadeira da mãe. A mãe arranhou-lhe uma das tranças do cabelo, cuja ponta se desmanchava. - Ah! travessa! dizia. - Não imagina, doutor, o que isto é... - E beijou-a com tão expansiva ternura que me

---

<sup>200</sup> SEIXAS, Jacy. *Os campos (in)elásticos da memória: reflexões sobre a memória histórica*. \_\_\_\_\_. (Org.). In: **Razões e sentimentos na política**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 2002, p. 74-75.

<sup>201</sup> ASSIS. *Dom Casmurro*, p. 90.

comoveu um pouco; lembrou-me minha mãe, e - direi tudo, - tive umas cócegas de ser pai.<sup>202</sup>

Tantas vezes não se sabe sequer o que procura e a memória involuntária faz uma surpresa, apresentando coisas antes não produzidas pelo intelecto. Trabalhar com a memória involuntária, como permite Machado de Assis que façam seus personagens, é, de certa forma, transcender a imaginação, é lidar com a dinâmica da surpresa. Talvez seja preciso, à história, abrir-se a essa proposta aqui apresentada na leitura desses dois romances. É possível citar mais um momento no qual o narrador de *Dom Casmurro* depara-se com lembranças involuntárias, fora da estrutura narrativa que havia supostamente traçado e, sem titubear, ofereceu a elas nada menos que um capítulo:<sup>203</sup>

Contando aquela crise do meu amor adolescente, sinto uma coisa que não sei se explico bem, e é que as dores daquela quadra, a tal ponto se espiritualizaram com o tempo, que chegaram a diluir-se no prazer. Não, não é claro isto, mas nem tudo é claro na vida ou nos livros. A verdade é que sinto um gosto particular em referir tal aborrecimento, quando é certo que ele me lembra outros que não quisera lembrar por nada.<sup>204</sup>

### 3.5. PERCEPÇÃO PESSOAL DA “VERDADE” E DA HISTÓRIA

---

<sup>202</sup> ASSIS. **Memórias póstumas de Brás Cubas**, p. 100.

<sup>203</sup> Tem-se alguns exemplos como os capítulos 45, 57, 77 de **Dom Casmurro** e os capítulos 3, 12, 16 - principalmente - de **Memórias Póstumas de Brás Cubas**, entre outros.

<sup>204</sup> ASSIS, Machado de. **Dom Casmurro**, p. 110.

*“A verdade é improvável. A mentira está por toda a parte. Também a verdade costuma ser ambígua. Se fosse exata não seria humana”.<sup>205</sup>*

Quando se fala em percepção pessoal de uma experiência ou mesmo da história, pode-se falar da subjetividade com que cada testemunha relata um acontecimento, pode-se falar do impacto que cada fato teve na vida das pessoas. Neste espaço, a intenção é que o diálogo com a historiografia verse sobre a retórica testemunhal e sobre a ideia de verdade, apresentada por Machado de Assis nos seus livros.

Beatriz Sarlo, ao problematizar a lógica do testemunho, questionando sua condição de fidedignidade e apresentando os critérios historiográficos para que sejam considerados fontes, apresenta algumas questões relativas à experiência do vivido e relativas à narrativa histórica no decorrer da obra. Segundo Sarlo, a revalorização da primeira pessoa como ponto de vista não é surpresa, está vinculada ao que se chamou de *guinada subjetiva*.<sup>206</sup> Esta, em história, reconstituiu “a confiança nessa primeira pessoa que narra a sua vida”. Mas essa confiança abrangeria a própria desconfiança e o método.

Anteriormente afirmou-se a perspicácia de Machado de Assis em trabalhar com a desconfiança entre narrador e leitor. No entanto, antes de adentrar o aspecto da confiabilidade da memória, Machado, através de seus personagens, mostrou um pouco a característica dos sujeitos que percebem de maneira única os acontecimentos. No capítulo quatro, intitulado “A ideia fixa”, Brás Cubas, a fim de justificar a ideia que tivera e que o levou ao óbito (o emplasto Brás Cubas), mencionou alguns acontecimentos relatados pela história. Falou de César, Bismarck, Sêneca, etc. Disse ele: “viva, pois, a história, a volúvel história que dá para tudo”.<sup>207</sup> Comparou-se a esses personagens ilustres apresentados pela historiografia e, mais, colocou a sua “ideia fixa” acima das desses sujeitos historicamente lembrados. Segundo Cubas, “ao pé de cada bandeira grande, pública, ostensiva, há muitas vezes várias outras bandeiras modestamente

---

<sup>205</sup> AGUALUSA, José Eduardo. **O Vendedor de Passados**. Rio de Janeiro: Gryphus editora, 2011, p. 100 (do e-book). Frase do personagem José Buchmann em conversa com a narradora da obra, uma lagartixa, durante um sonho que esta tivera. Esse personagem comprou de Félix Ventura (o vendedor de passados) uma nova história da sua vida.

<sup>206</sup> SARLO, Beatriz. **Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva**. Tradução de Rosa Freire D’Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, Belo Horizonte: UFMG, 2007, p. 18.

<sup>207</sup> ASSIS, Machado de. **Memórias Póstumas de Brás Cubas**, p. 28.



particulares”. Com isso, Machado remete à importância de cada pessoa, de cada testemunho, e dos diferentes públicos que deveriam ser “ouvidos”, o que, segundo Beatriz Sarlo, só ocorreu de forma mais contundente na historiografia em meados das décadas de setenta e oitenta do século XX.

“Uma noite perdeu-se em fitar o mar, com tal força e concentração que me deu ciúmes”.<sup>208</sup> Neste trecho da obra *Dom Casmurro*, o narrador Bento Santiago alude a ações de Capitu que poderiam confirmar a sua desconfiança: a de que ela o havia traído com seu melhor amigo Escobar. Durante algumas passagens nos últimos capítulos, Casmurro chega a pensar que as suas suspeitas não tinham muito sentido, embora a sua convicção, nas últimas linhas do livro, de que sua esposa havia se relacionado amorosamente com Escobar. Não raro, alguns leitores partem em defesa da jovem senhora e Machado enfim consegue o que provavelmente desejava: trabalhar com as múltiplas interpretações e com a interpretação pessoal da “verdade”.

Beatriz Sarlo propõe “analisar a transformação do testemunho em um ícone de verdade ou no recurso mais importante para a reconstituição do passado”.<sup>209</sup> Testemunhar é lembrar e o campo da memória é um campo de conflito. É aí que essa interlocução com Machado também se torna interessante. Ao falar de sua separação de Capitu devido a sua ida ao seminário, Bento diz “há tanto tempo que isto sucedeu que não posso dizer com segurança que (ela) chorou deveras, ou se somente enxugou os olhos; cuido que os enxugou somente”.<sup>210</sup> Em diálogo com a historiografia, não basta somente duvidar das fontes testemunhais, não é esse o objetivo, mas dar a elas o “direito” de serem desconfiáveis. No entanto, o que, nas obras machadianas poderia remeter a uma discussão sobre o testemunho?

No capítulo dois desta dissertação, afirmou-se que *Dom Casmurro* apresenta, mais do que *Memórias póstumas*, um caráter confessional, mas que os dois seriam testemunhas das narrativas.<sup>211</sup> Bento Santiago é a testemunha viva da possível traição de Capitu. Brás Cubas é testemunha de toda uma existência. O primeiro diz vez e outra que irá “confessar” suas memórias. Machado não só se refere ao caráter testemunhal, como o coloca como defesa principal dos narradores. Os sentimentos

---

<sup>208</sup> ASSIS, Machado de. **Dom Casmurro**, p. 141.

<sup>209</sup> SARLO, Beatriz. Op. cit., p. 19.

<sup>210</sup> ASSIS, Machado de. **Dom Casmurro**, p. 70.

<sup>211</sup> Página 50.

que ganham espaço na obra causam essa ambivalência na narrativa, na qual pairam a dúvida e a confiança. Machado trabalha isso de forma irônica e tende a confundir o leitor uma vez que os próprios narradores, ao tempo que proclamam a autodefesa, apresentam igualmente o autoengano.<sup>212</sup>

Quando a historiografia analisa as várias vozes das vítimas da ditadura militar no Brasil, por exemplo, qualquer desconfiança é vista com certo horror. Beatriz Sarlo afirma que:

O testemunho, por sua autorrepresentação como verdade de um sujeito que relata sua experiência, exige não ser submetido às regras que se aplicam a outros discursos de intenção referencial, alegando a verdade da experiência, quando não a do sofrimento, que é justamente a que deve ser examinada.<sup>213</sup>

Mas essa preocupação da Beatriz Sarlo versa sobre a ideia de “verdade” para a disciplina. Ela propõe que o trabalho com o testemunho leve em conta relações que envolvam o sentimento e a afetividade com a memória, pautando-se no método de distanciamento e desconfiança. Mais do que elencar o que seria ou não “fiel” à veracidade do discurso historiográfico, quer-se compreender que não é o status de “verdade” ou “mentira” que autorizaria um testemunho para a história.

Não é importante apenas observar o “a confiança presente no imediatismo do corpo e da voz” em busca de uma desconfiança com o outro. Mas sim dar espaço para que se compreenda, dentro da própria historiografia, que qualquer ideia que se possa fazer sobre a relação de exterioridade do historiador com o testemunho merece cuidado. Paul Ricoeur fez algumas considerações relativas ao critério testemunhal e destacou dele cinco características: a sua confiabilidade presumida, o “eu estava lá” como um olho de câmera, o pedido de crédito, o desafio de se utilizar de outra pessoa para atestar sua veracidade, a manutenção do testemunho no tempo e o testemunho como uma instituição natural.<sup>214</sup> O auxílio de Machado está justamente em mostrar que a percepção que cada um possui sobre o que considera verdadeiro não deslegitima o discurso.

Tanto os discursos de Brás Cubas como de Bento Santiago são fontes riquíssimas de análise da relação que o sujeito enunciator mantém com a memória,

---

<sup>212</sup> Isso ganhou melhor explicação no capítulo anterior.

<sup>213</sup> SARLO, Beatriz. Op. cit., p. 38.

<sup>214</sup> RICOEUR, Op. cit., p. 170-175.

que, definitivamente, vai além dessa dinâmica entre passado e presente. O desafio que Machado de Assis pode trazer para a historiografia versa sobre a construção e a análise das incertezas do discurso. Nos romances, o protagonista e o narrador dialogam entre si. No entanto, embora o Brás Cubas narrador submeta os diálogos ao seu ponto de vista (do alto e aparentemente distanciado), ele não impõe ao leitor uma autoridade, ou seja, ele permite que se desconfie dele e que se confie mais em algum outro personagem. Isso é claro com os exemplos que já foram dados no capítulo anterior sobre a obra *Dom Casmurro*, pois em várias situações Bento Santiago oferece ao leitor elementos para que se parta em “defesa” de Capitu.

Na historiografia, há muito tempo se tem levado em conta tanto a subjetividade dos discursos de memória quanto a pessoalidade com que as testemunhas confessariam parte de suas lembranças. Mas mesmo que esse espaço tenha sido dado, a dinâmica da autoridade em história continua, já que o historiador estaria autorizado a apresentar um aspecto da “realidade” por trás dos discursos. Tudo o que já foi discutido até aqui revela justamente que tanto a percepção do historiador poderia levar em consideração outros fatores que vão além da simples ideia de “conhecimento do passado”, como o seu ofício merece ser questionado pela própria disciplina.

Comumente atribui-se à memória uma relação entre passado e presente. A própria Beatriz Sarlo afirma isso, embora, em algum momento, “confesse” que a narração funda uma temporalidade que, a cada repetição, voltaria a se atualizar, e que essa narração inscreveria a experiência numa temporalidade que é a da lembrança.<sup>215</sup> Para além do presente e do passado, existe outro tempo, intangível, que é o da atualidade. Paul Ricoeur, ao mencionar a “manutenção do testemunho no tempo” leva em consideração essa temporalidade que recorre à atualização. Enquanto o “presente” pode parecer externo ao homem e submetido apenas ao calendário e ao relógio, a atualidade funda uma temporalidade que está submetida às circunstâncias ligadas ao homem, a sua vontade e a fatores sociais que podem reafirmar identidades.

Sobre a percepção pessoal que o sujeito tem da história, é muito intrigante quando Brás Cubas ou Bento Santiago fazem referências a acontecimentos mencionados pela historiografia, a fim de se remeterem a suas próprias vidas:

---

<sup>215</sup> SARLO, Op. cit., p. 25.

“Francamente, interessava-me mais o espadim do que a queda de Bonaparte. Nunca me esqueceu esse fenômeno. Nunca mais deixei de pensar comigo que o nosso espadim é sempre maior do que a espada de Napoleão”.<sup>216</sup> Independentemente dessa estratégia de Machado estar vinculada a uma tradição literária, é a vida pessoal e a história que ele pretende misturar. Talvez seja um recurso para colocar a história de vida dos narradores acima dos acontecimentos que “mereceram” lugar nos livros didáticos. Quando Bento narra a sua amizade com Manduca, um amigo que faleceu, diz assim:

Não éramos amigos, nem nos conhecíamos de muito. Intimidade, que intimidade podia haver entre a doença dele e a minha saúde? Tivemos relações breves e distantes. Fui pensando nelas, recordando algumas. Reduziam-se todas a uma polêmica, entre nós, dois anos antes, a propósito... Mal podeis crer a que propósito foi. Foi a guerra da Criméia.<sup>217</sup>

O narrador não cita nada sobre o que significou essa guerra, mas sim as cartas que trocava com o colega e o bem que isso fazia a ele. Ao que parece, os fatos “históricos” que deveriam ser dignos das lembranças dos sujeitos seriam aqueles que os remetessem a alguma motivação em vida. Portanto, a importância dada a esses fatos seria de tal maneira pessoal que a história só teria relevância na forçosa epistemologia da disciplina: na qual é o historiador, numa conjuntura cultural, social e política, quem classifica os acontecimentos em graus de importância.

A chamada “micro-história”, com a dinâmica de análise dos detalhes, mesmo ao se aproximar da vida cotidiana de personagens que antes não passavam de figurantes para a historiografia, ainda não conseguiu debruçar-se com mais afinco à pergunta: como o leitor ressignifica a escrita da história em sua própria vida, com suas experiências? Isso está no âmbito da recepção do discurso e no reconhecimento apontado por Machado de que cada sujeito tem da história uma percepção pessoal.

## 1. CONSIDERAÇÕES FINAIS

---

<sup>216</sup> ASSIS, Machado de. **Memórias Póstumas de Brás Cubas**, p. 51.

<sup>217</sup> ASSIS, Machado de. **Dom Casmurro**, p. 122.

*“Tu que chegaste ao fim, põe a epístola no fundo da gaveta, e não te lembres de ir ver se ela tem um post-scriptum...”<sup>218</sup>*

Esta dissertação procurou problematizar (questionar) a relação que a historiografia manteve/mantém com a memória, a partir do diálogo que foi feito com as obras de Machado de Assis. Em 2008, ao reler a obra *Memórias póstumas de Brás Cubas*, algumas inquietações sobre a escrita da história começaram a surgir, a princípio informalmente, nos intervalos das disciplinas da graduação. Em 2010, a pesquisa começou a enveredar por caminhos mais teóricos e mais densos. Ainda assim, a cada página lida dos romances, a paixão pelos escritos de Machado reacendia e se misturava com a paixão pela história da historiografia e pela escrita da história. Não tem como deixar de mencionar, durante as breves páginas destas considerações finais, as impressões pessoais transcritas acima, pois durante todo o trabalho se mencionou a importância da afetividade na relação da escrita com a memória.

Algumas perguntas mais abrangentes nortearam os caminhos da pesquisa, dentre elas, por que há hoje tantos estudos e trabalhos que buscam diferenciar a história do romance, do conto e da poesia? Na verdade essa questão não é atual, mas nas últimas décadas observou-se um crescimento das produções que moveram o eixo dessa discussão. Por isso a escolha de abordar o conceito de ficção em história. Por que houve um aumento considerável dos estudos sobre memória de meados do século XX em diante? De que forma os romances de Machado de Assis ajudariam a compreender melhor o processo de construção da escrita histórica?

A primeira parte do primeiro capítulo da dissertação tratou de questões inerentes à narrativa historiográfica do século XX em diante, com principal auxílio do texto de Sônia Lacerda. O capítulo abordou a relação que a historiografia mantém com a temporalidade, com a memória, com o conceito de passado, presente e futuro. Em toda a dissertação, Jacy Seixas ajudou a compreender que a memória não é “passado”, que ela está vinculada à ideia de atualização e que a relação que a história manteve com as lembranças merece sim maior reflexão.

No decorrer do processo de pesquisa, afirmou-se que a memória esteve muito atrelada ao “conhecimento do passado”. Enquanto isso, Machado de Assis,

---

<sup>218</sup> Personagem Luís Alves no capítulo “O fim da carta”, do romance **A mão e a luva**, de Machado de Assis, publicado originalmente em 1874.

em *Dom Casmurro*, mostrou que, a partir da transcrição das memórias de Bentinho, a única coisa que se poderia alcançar seria o desconhecido. A realidade é intangível e a melhor forma para se afirmar tal coisa é o relato memorial dos protagonistas. Essa é uma das contribuições de Machado de Assis para a historiografia no diálogo empreendido aqui.

Mas para falar da relação que a historiografia manteve/mantém com a memória, não se pode esquecer a relação que ela também manteve com o esquecimento. Por que os esquecimentos não ganharam tanto espaço dentro da historiografia, ao contrário do que acontece nas obras machadianas? Junto a isso, percebeu-se que uma análise mais cuidadosa sobre a imaginação na memória e na escrita da história também foi deixada de lado (nesta dissertação esse tema também não foi tratado de forma mais abrangente, de maneira adequada). Imaginação que estaria presente no ato da escrita, no ato da rememoração, no ofício do historiador.

No decorrer das leituras, observou-se que Cubas manteve uma relação afetiva com as suas memórias e que a historiografia disso poderia valer-se, a fim de ampliar os horizontes de estudo sobre a narrativa histórica. As contribuições desse diálogo da historiografia com os romances de Machado envolvem várias questões, como o questionamento do compromisso histórico com a “verdade”. A partir das leituras dos romances, a autoridade dos narradores passou a ser questionada pelo autor das obras, pelos seus leitores, e isso poderia ser repensado dentro do estatuto do narrador historiográfico. Essa relação de desconfiança entre narrador e leitor, apresentada por Machado, poderia ser benéfica em história.

Embora não se tenha dado ênfase à teoria literária, foi possível fazer uma leitura dos romances e descobrir suas influências literárias, suas críticas ao “realismo” e ao romantismo. Para isso, Enylton Rego e Gustavo Bernardo tiveram grande contribuição. Mostrar que Machado não era um escritor realista, que ele sequer considerava a possibilidade de conhecimento da realidade, contribuiu para o diálogo, já que a crítica quanto a memória estar atrelada ao pretense conhecimento do passado surgiu dentro da própria disciplina. Machado então viria reforçar a ideia de que, para narrar memórias não é preciso que as atrelem a um método ou a uma expectativa. Assim são seus romances de memória, cheios de afetividade, emoção e personalidade.

Esse diálogo entre a relação da escrita com a memória feito aqui levantou outras questões, como a da objetividade, da ilusão do distanciamento, da ideia de verdade, da desconfiança, do julgamento, das memórias voluntária e involuntária. É possível que algumas dessas questões não tenham sido desenvolvidas com todo o esmero que merecem, mas certamente foram questões que contribuíram para a questão central da pesquisa: De que forma as obras de Machado de Assis podem contribuir para que se compreenda melhor a relação que a historiografia mantém com a memória e o processo de escrita histórica? Seria possível aprender algo com os romances em questão?

A dissertação mostrou que sim, que essas questões que foram discutidas e problematizadas estão no cerne da compreensão da própria narrativa histórica. No entanto, como a questão central da pesquisa tem cunho mais amplo, a quantidade de leituras sobre o assunto tornou-se muito grande e a seleção dessas leituras foi feita de forma bastante árdua. Não se conseguiria ler tudo que já havia sido publicado sobre o assunto. A focalização das obras de Machado evidenciou a necessidade de se fazer escolhas pontuais no desenvolvimento do trabalho. Essas escolhas só poderiam ser feitas após a leitura de várias considerações, contrárias mesmo entre si.

Uma das contribuições de Machado para a historiografia envolve a compreensão da recepção do texto pelo leitor. Este é um tema que pode ser melhor estudado em história, já que tanto quem narra quanto quem recebe a narrativa mantêm uma relação afetiva e pessoal com o material de trabalho ou leitura, respectivamente. Machado ajudou a compreender que os eventos históricos que têm relevância para cada pessoa estarão conectados com aspectos de suas vidas particulares.

O terceiro capítulo abordou a problematização da distância tanto no romance como na história. O capítulo, bem como todo o trabalho, não objetivou apenas comparar as duas formas de escrita, mas sim destacar elementos do romance que conversariam e contribuiriam com a historiografia, relativamente às suas relações com a memória. Algumas dessas contribuições que Machado pode dar à história no diálogo que foi empreendido aqui envolvem a possibilidade de se pensar a objetividade historiográfica em parâmetros menos rígidos, não ligados ao método; envolvem o questionamento da exterioridade do historiador frente à memória que

analisa e frente aos próprios sentimentos; envolvem a percepção de que é preciso dar espaço em história às relações afetivas que as pessoas mantêm com a memória e com a lembrança; envolvem a importância do questionamento do vínculo da memória ao conhecimento do passado; envolvem também a ideia de que, assim como nos romances machadianos, a história pode dar mais espaço à memória involuntária e assim, como lembra Jacy Seixas, aproximar-se da dimensão afetiva da recordação.

No segundo capítulo, a impossibilidade de classificação das obras de Machado de Assis contrasta com algumas leituras a respeito de suas produções, que as inserem na narrativa crítica da sociedade brasileira, da política do império. Existem muitos trabalhos sobre a vasta produção de Machado e, dentre eles, alguns que o comparam ao crítico social, outros que, não conseguem colocá-lo em lugar algum, ressaltando a sua singularidade e outros que mencionam suas influências literárias. Dentre estes, Enylton Rego destaca-se por aproximar os textos de Machado à sátira menipeia e à tradição de Luciano de Samosata. Rego foi escolhido para a discussão deste trabalho pela leitura cuidadosa que fez dos romances e porque corrobora a ideia de que Machado não teria sido um escritor “realista”. Gustavo Bernardo, grande crítico à classificação de Machado como pertencente ao “realismo” ou ao “romantismo” também foi escolhido para este diálogo, pois sua tese não só aprofunda a ideia de “realismo” como problematiza as afirmações feitas sobre as obras do autor.

Ler um romance de memória que não tenha a pretensão de dar “conhecimento do passado”, que questiona a ideia de “verdade”, de “realidade” contribui para que a historiografia repense sua trajetória e reconfigure sua proposta. Esta dissertação deseja mostrar que a contribuição do romance para a história vai além da ideia defendida por alguns historiadores de que ele, o conto, a poesia, a pintura, a música poderiam servir de fonte para que a historiografia “conhecesse” outra forma de expressão do “real”, através do imaginário cultural.<sup>219</sup> Imaginário que, segundo Pesavento, é a “atividade do espírito que extrapola as percepções sensíveis da realidade concreta, definindo e qualificando espaços, temporalidades,

---

<sup>219</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & Literatura: Uma velha-nova história* In: COSTA, Cléria Botelho da; MACHADO, Maria Clara Tomaz (org). **Literatura e História: Identidades e Fronteiras**. Uberlândia: UDUFU, 2006.



práticas e atores”.<sup>220</sup> Machado faz mais do que isso, ele questiona a própria ideia de “realidade” e, de acordo com o diálogo aqui empreendido, a própria historiografia deveria também questioná-la. A contribuição das obras de Machado de Assis a este trabalho não circula os limites do fato, ela ultrapassa as cercas vivas da teoria.

O objetivo da palavra “literatura” não ter aparecido nas linhas desta pesquisa, refere-se à confusão de conceitos que ainda hoje a permeiam. Já a confusão que comumente envolve a palavra “ficção” procurou ser dirimida (ao menos em parte) com o auxílio do texto de Sônia Lacerda. Da mesma forma, a palavra “realidade” também não aparece no desenvolvimento da pesquisa, pois envolve conceitos conflitantes que não teriam espaço adequado para serem discutidos.

Esta dissertação procurou apresentar um estudo mais cuidadoso sobre essas duas obras de Machado de Assis, considerando-se toda a complexidade que a produção e o estudo delas envolvem. Não foi feito um breve contexto histórico da produção machadiana, nem um resumo sobre cada um dos romances especificamente, para proporcionar ao leitor o conhecimento da narrativa machadiana dentro da proposta da pesquisa. Também não se fez menção a alguns aspectos da vida pessoal de Machado de Assis, como comumente se encontra nas recepções críticas às suas obras, por não ser interesse claro desta pesquisa. Com a certeza de que isso não prejudicou a compreensão do trabalho, espera-se que ele desperte interesse não só em historiadores como também naqueles que se ocupam das singularidades encontradas nos romances de Machado. Espera-se igualmente que este estudo tenha aberto a possibilidade de se permitir múltiplos olhares sobre o processo de escrita da história.

---

<sup>220</sup> Ibidem.

## 1. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.

AGUALUSA, José Eduardo. **O Vendedor de Passados**. Rio de Janeiro: Gryphus editora, 2011.

ALMARZA, S. *Desde as dunas da memória, narrativa de Hernán Rivera Letelier*. In: PIRES, Maria Isabel Edom (org.). **Formas e dilemas das representações da mulher na literatura**. Brasília: Editora UnB, 2008, p. 137-155.

\_\_\_\_\_. *A persistência da memória*. In: CYNTRÃO, Sylvia H (org.). **Poesia: o lugar no contemporâneo**. Brasília: TEL/UnB, 2009, p. 173-179.

ARENDT, Hannah. **A vida do espírito**. Tradução de Antônio Abranches, César Augusto R. de Almeida e Helena Martins. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000, V. 1.

ASSIS, Machado de. **Dom Casmurro**. São Paulo: Ática, 39ª Ed., 2001.

ASSIS, Machado de. **Memórias Póstumas de Brás Cubas**. São Paulo: Abril, 2010.

ASSIS, Machado de. **Quincas Borba**. Rio de Janeiro: Ediouro, 26ª Ed., 1997.

BARTHES, Roland. **O rumor da língua**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

BERGSON, Henri. **Matéria e Memória**. Tradução de Paulo Neves. São Paulo: WMF Martins Fontes, 4ª Ed., 2011.

BERNARDO, Gustavo. **O problema do realismo de Machado de Assis**. Rio de Janeiro: Rocco, 2011.

BLOCH, Marc. **Apologia da História: ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 2002.

BORGES, Jorge Luís. *Funes, o memorioso*. In: \_\_\_\_\_. **Prosa Completa**. Tradução de Marco Antônio Franciotti. Barcelona: Ed. Bruguera, 1979, v. 1, p. 477-484.

BORGES, Vavy Pacheco. *Desafios da memória e da biografia: Gabrielle Brune-Sieler, uma vida (1874-1940)*. In: BRESCIANI, Stella, NAXARA, Márcia (Orgs.). **Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2001, p. 287-312.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembrança de velhos**. São Paulo: T.A Queiroz, 1979.

BRACHER, Beatriz. **Não falei**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

CÂNDIDO, Antônio. *Literatura de dois gumes*. In: \_\_\_\_\_. **A educação pela noite e outros ensaios**. São Paulo: Ática, 1987, p. 163-180.

CATROGA, Fernando. **Memória, História e Historiografia**. Coimbra: Quarteto, 2001.

\_\_\_\_\_. A história do mundo como tribunal do mundo. **SÆCULUM – Revista de História**, s/v, n. 21, João Pessoa, Jul./ dez. 2009.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CHALHOUB, Sidney. **Machado de Assis historiador**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

CHALHOUB, Sidney; PEREIRA, Leonardo A. de Miranda (Orgs.). **A História Contada: Capítulos de História Social da Literatura Brasileira**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: Entre práticas e representações**. Tradução de Maria Manuela Galhardo. Miraflores: Difel, 2ª Ed., 2002.

COUTINHO, Afrânio. **Machado de Assis na Literatura Brasileira**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1990.

DERRIDA, Jacques. *O perdão, a verdade, a reconciliação: qual gênero?* In: NASCIMENTO, Evandro (org.). **Jacques Derrida: pensar a desconstrução**. São Paulo: Estação Liberdade, 2005, p. 45-94.

DUBY, George; LARDREAU, Guy. **Diálogos sobre a Nova História**. Lisboa: D. Quixote, 1989.

FACIOLI, Valentim. **Um defunto estrambótico: análise e interpretação das Memórias Póstumas de Brás Cubas**. São Paulo: Edusp, 2008.

FANTINI, Marli. *Tradução, desconstrução, renovação*. In: \_\_\_\_\_. (Org.). **Crônicas da antiga corte: literatura e memória em Machado de Assis**. Belo horizonte: Editora UFMG, 2008, p. 401-421.

FARIA, Daniel. Memórias póstumas de Camões: ou o anacronismo em três tempos. **Artcultura**, Uberlândia, V. 10, n. 17, p. 57-72, jul.-dez. 2008.

FIGUEIREDO, Vera Lúcia Follain de. *A morte em Memórias póstumas de Brás Cubas* In: FANTINI, Marli (Org.). **Crônicas da antiga corte: literatura e memória em Machado de Assis**. Belo horizonte: Editora UFMG, 2008.

FURET, François. **A Oficina da História**. Tradução revista por Adriano Duarte Rodrigues. Editora Gradiva, s/d, V. 1.

GADAMER, Hans-Georg. **Verdade e método**. Petrópolis: Vozes, 1997.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Lembrar, escrever, esquecer**. São Paulo: Editora 34, 2006.

\_\_\_\_\_. **História e narração em W. Benjamin.** São Paulo: Perspectiva, 2004.

\_\_\_\_\_. O início da história e as lágrimas de Tucídides. In: **Sete aulas sobre linguagem, memória e história.** São Paulo: Imago, 1997.

\_\_\_\_\_. **Walter Benjamin: os cacos da história.** São Paulo: Brasiliense, 1982.

GAY, Peter. **O estilo na história:** Gibbon, Ranke, Macaulay, Burckhardt. Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

GINZBURG, Carlo. **Olhos de madeira:** nove reflexões sobre a distância. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

\_\_\_\_\_. **Mitos, Emblemas, Sinais:** morfologia e história. Tradução de Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GLEDSON, John. **Machado de Assis: Ficção e História.** 2ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

\_\_\_\_\_. (Org.). **50 contos de Machado de Assis.** São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GRAFTON, Anthony. **As origens trágicas da erudição:** pequeno tratado sobre a nota de rodapé. Tradução de Enid Abreu Dobránszky. Campinas: Papirus, 1998.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Entre amadorismo e profissionalismo: as tensões da prática histórica no século XIX. **Topoi**, Rio de Janeiro, dez., p. 184-200.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** Tradução de Laurent Léon Schaffter. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1990.

HARTOG, François. Tempo e Patrimônio. Tradução de José Carlos Reis. **Vária História**, Belo Horizonte, v. 22, n. 36, p. 261-273, Jul.-Dez. 2006.

HOBBSBAWN, Eric. **Sobre História:** ensaios. Tradução de Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

HUYSEN, Andreas. **Seduzidos pela memória:** arquitetura, monumentos, mídia. Tradução de Sergio Alcides. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

HUNT, Lynn. *Apresentação:* história, cultura e texto. In: \_\_\_\_\_ (org.) **A Nova História Cultural.** Tradução de Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1992, p. 1-29.

ISER, Wolfgang. **O fictício e o imaginário:** perspectivas de uma antropologia literária. Tradução de Johannes Kretschmer. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1996.

JEDLOWSKI, Paolo. Memória: temas e problemas da sociologia da memória no século XX. **Proposições**, Campinas, v. 1, n. 40, jan-abr, 2003.

JÚNIOR, Raimundo Magalhães. **Vida e obra de Machado de Assis**: Maturidade. Civilização Brasileira, 1981.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Tradução de Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

\_\_\_\_\_. Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 134-146, 1992.

KRAMER, Lloyd. *Literatura, crítica e imaginação histórica*: o desafio literário de Hayden White e Dominick Lacapra. In: HUNT, Lynn (org.). **A Nova História Cultural**. Tradução de Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1992, p. 131-176.

KREISWIRTH, Martin. Merely Telling Stories? Narrative and Knowledge in the human Sciences. In: **Poetics Today**, v. 21, n. 2, p. 293-318.

LACERDA, Sônia. *História, narrativa e imaginação histórica*. In: SWAIN, Tânia Navarro (Org.). **História no plural**. Brasília: Ed. UnB, 1993, p. 9-42.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Tradução de Bernardo Leitão... [et. al]. São Paulo: Editora da UNICAMP, 1990.

LIMA, Luiz Costa. **História, ficção, literatura**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

LOPES, Ana Cristina M.; REIS, Carlos. **Dicionário de Teoria da Narrativa**. São Paulo: Ática, 1988.

MASSA, Jean-Michel. **Machado de Assis tradutor**. Belo Horizonte: Crisálida, 2008.

MARTINS, Alex Lara. **O ceticismo aporético nas Memórias póstumas de Brás Cubas de Machado de Assis**. Belo Horizonte: Ed. UFMG.

MARTINS, Estevão de Rezende. *Introdução*. In: \_\_\_\_\_ (org.). **A História Pensada**. São Paulo: Contexto, 2010.

MINK, Louis. *Narrative form as a Cognitive Instrument*. In: CANARY, R. & KOZICKI, H. (org.). **The Writing of History**. The University of Wisconsin Press, 1978, p. 129-149.

MUDROVCIC, Maria Inês. *Por que Clio retornou a Mnemosine?* In: AZEVEDO, Cecília, ROLLEMBERG, Denise, et. al. **Cultura política, memória e historiografia**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009, p. 101-116.

NETO, José R. Maia. *Machado de Assis: ceticismo e literatura*. In: BERNARDO, Gustavo. **Literatura e ceticismo**. São Paulo: Annablume, 2005.

NIETZSCHE, Friedrich. *Da utilidade e desvantagem da história para a vida* (1874). In: **Obras Incompletas**. Seleção de textos Gérard Lebrun. Tradução de Rubens Rodrigues Torres Filho. São Paulo: Abril Cultural, 1983, p. 58-70.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Tradução de Yara Aun Khoury. In: **Revista Projeto História**. PUC/SP, n. 10, 1993, p. 1-12.

\_\_\_\_\_. **Les Lieux de mémoire**. Paris: Gallimard, 1985.

\_\_\_\_\_. *O retorno do fato*. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. **História: novos problemas**. São Paulo: Francisco Alves, 1979.

NUNES, Benedito. *Narrativa histórica e narrativa ficcional*. In: RIEDEL, Dirce Cortes (org). **Narrativa: ficção e história**. Rio de Janeiro: Imago, 1988.

PAES, José Paulo. *Um aprendiz de morto* (1976) e *A armadilha de Narciso* (1983). In: \_\_\_\_\_. **Gregos e Baianos**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985, p. 13-36 e 37-48.

PÉRES, Sávio Passafaro; MASSIMI, Marina. O conceito de memória na obra de Machado de Assis. **Memorandum**, n. 15, p. 20-34. Belo Horizonte: UFMG; Ribeirão Preto: USP, 2008. Disponível em: <<http://www.fafich.ufmg.br/~memorandum/a15/permas02.pdf>>.

PEREIRA, Lúcia Miguel. **Machado de Assis: Estudo crítico e biográfico**. São Paulo: Gráfica Editora Brasileira Ltda., 1949.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & Literatura: Uma velha-nova história* In: COSTA, Cléria Botelho da; MACHADO, Maria Clara Tomaz (org). **Literatura e História: Identidades e Fronteiras**. Uberlândia: UDUFU, 2006.

\_\_\_\_\_. (org.). **Leituras cruzadas: Diálogos da História com a Literatura**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2000.

\_\_\_\_\_. *Fronteiras da ficção: Diálogos da história com a literatura*. Franca: **Estudos de História**, v. 6, n. 1, 1999.

PLATÃO. **Diálogo de Teeteto**. Tradução de Carlos Alberto Nunes. In: <<http://www.cfh.ufsc.br/~wfil/teeteto.pdf>>, acesso em 16 abr. 2012.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

PROUST, Marcel. **O tempo redescoberto**. Tradução de Lúcia Miguel Pereira. São Paulo: Editora Globo, 1992.

REGO, Enylton José de Sá. **Machado de Assis: a Sátira Menipeia e a tradição Luciânica**. Brasília: UnB-BCE, 1986.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Tradução de Alain François. São Paulo: Editora da UNICAMP, 2007.

\_\_\_\_\_. **O si-mesmo como um outro**. Tradução de Lucy Moreira Cesar. Campinas: Papirus, 1991.

RIEDEL, Dirce Cortes (org.). **Narrativa: ficção e história**. Rio de Janeiro: Imago, 1988.

RIVERS, D. P. B. Tradição, memória e pós-modernidade. **Estudos de religião**. São Paulo: ano XII, n. 15, dez., 1998.

ROSSI, Paolo. *O paradigma do retorno ao passado*. In: \_\_\_\_\_. **O passado, a memória, o esquecimento**: seis ensaios da história das ideias. Tradução de Nilson Moulin. São Paulo: Editora Unesp, 2010, p. 129-166.

RUNIA, Eelco. Presence. In: **History and Theory**, n. 45, Middleton, USA, p.1-29, fev., 2006.

RÜSEN, Jorn. **Razão Histórica**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

SAER, Juan José. **O enteado**. São Paulo: Iluminuras, 2002.

SANTIAGO, Silviano. *Solidariedade do aborrecimento humano*. In: FANTINI, Marli (Org.). **Crônicas da antiga corte**: literatura e memória em Machado de Assis. Belo horizonte: Editora UFMG, 2008.

SARAIVA, Juracy Assmann. **O circuito das memórias**: narrativas autobiográficas romanescas de Machado de Assis. São Paulo: Edusp, 2009.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado**: cultura da memória e guinada subjetiva. Tradução de Rosa Freire D'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, Belo Horizonte: UFMG, 2007.

SEIXAS, Jacy Alves de. *Percursos de memória em terras de história*: problemáticas atuais. In: BRESCIANI, Stella, NAXARA, Márcia (Orgs.). **Memória (res)sentimento**: indagações sobre uma questão sensível. Campinas: Editora da UNICAMP, 2001, p. 37-58.

\_\_\_\_\_. Halbwachs e a memória-reconstrução do passado: memória coletiva e história. **História**. São Paulo: Ed. UNESP, v. 20, 2001, p. 93-108.

\_\_\_\_\_. *Os campos (in)elásticos da memória*: reflexões sobre a memória histórica. \_\_\_\_\_. (Org.). In: **Razões e sentimentos na política**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 2002, p. 59-77.

\_\_\_\_\_. Comemorar entre memória e esquecimento: reflexões sobre a memória histórica. **História: questão e debates**. Curitiba, v. 1, n. 1, 1980.

SCHWARZ, Roberto. **Ao vencedor as batatas**. São Paulo: Duas cidades, 1992.

TADIÉ, Jean-Yves. O farol de Alexandria. In: \_\_\_\_\_. **A crítica literária do século XX**. Tradução de Wilma Freitas Ronald de Carvalho. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992, p. 9-16.

TODOROV, Tzvetan. **La memoria, ¿un remedio contra el mal?**. Traducción Manuel Arranz. Barcelona: Arcadia, 2009.

VERÍSSIMO, José. **Machado de Assis: História da Literatura Brasileira**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1963, p. 304-319.

VEYNE, Paul. **Como se escreve a história**. Tradução de Alda Baltar e Maria Auxiliadora Kneipp. Brasília: Ed. UnB, 1982.

WHITE, Hayden. **Meta-história: a imaginação histórica do século XIX**. São Paulo: EDUSP, 2008.

ZILBERMAN, Regina. *Memórias póstumas de Brás Cubas: à procura da história*. In: FANTINI, Marli (Org.). **Crônicas da antiga corte: literatura e memória em Machado de Assis**. Belo horizonte: Editora UFMG, 2008.